

“A Diplomacia Angolana no Quadro das Organizações Regionais Africanas Pós-Guerra Civil: A Comissão do Golfo da Guiné e a Sua Importância Geoestratégica na Afirmação Regional de Angola”

Lúcia Kaka Kissaca

Orientadora: Prof. Doutora Andreia Soares e Castro

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

Dedicatória

Às minhas Rainhas Ginga Mbandi:
Liana e Júliane Sachiombo

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar a Deus cuja vida e sabedoria devo.

À minha família: aos meus irmãos pelo estímulo e todo o apoio incondicional dado ao longo destes dois anos, em especial à minha mãe e ao meu marido, pela compreensão, neste longo percurso pautado pela minha ausência. Sem o vosso apoio jamais chegaria à meta.

A minha gratidão vai também para o ISCSP-ULISBOA, enquanto Instituição de Ensino, por todo o apoio prestado, em particular ao Coordenador do Curso de Mestrado em Relações Internacionais, Professor Doutor António de Sousa Lara e a Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva, pelo carinho e atenção que me foi prestada.

A minha gratidão em especial é endereçada à minha Orientadora, Professora Doutora Andreia Soares e Castro, que se disponibilizou desde a primeira hora a orientar este trabalho, pautando-se pelo rigor e interesse pelo tema.

Sou grata ao Embaixador da República de Angola em Portugal, José Marcos Barricas, por se ter disponibilizado a clarificar algumas das minhas inquietações sobre a Política Externa angolana e prorrogo a minha gratidão igualmente ao Oficial General Gilberto Veríssimo, Secretário Executivo Adjunto para os Assuntos Políticos da Comissão do Golfo da Guiné, pela disponibilidade em receber-me todas as vezes que o contactei.

Sou grata ainda à Universidade Técnica de Angola (UTANGA), pela bolsa de estudo que me foi concedida, pois sem a mesma este trabalho não seria possível.

Para não incorrer no risco de me esquecer de citar o nome de alguém, os meus agradecimentos são extensivos a todos os meus colegas e amigos.

Resumo

A presente pesquisa trata da diplomacia angolana no quadro das Organizações Regionais Africanas e a importância que estas desempenham na projeção e realização dos interesses nacionais de Angola, focando especificamente a importância geoestratégica que a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) desempenha no quadro do aumento da influência de Angola ao nível regional. O período em análise inicia-se com a assinatura do Memorando de Luena, em 4 de abril de 2002, marcando o fim da guerra civil angolana. Assim, Angola inicia um processo de reconstrução nacional centrado na projeção internacional dos seus interesses nacionais, constituindo-se a manutenção da sua paz no epicentro da sua política externa. Esta projeção tem sido feita em áreas prioritárias da sua política externa como a região Austral e Central de África e a CGG, expressando o desejo enorme de Angola de ser reconhecido como um Estado relevante em África.

A principal conclusão desta pesquisa é de que efetivamente a CGG contribui para o aumento da influência de Angola a nível regional. Sublinha-se ainda que as ameaças existentes no Golfo da Guiné constituem os principais obstáculos à política externa angolana e por conseguinte, as oportunidades para Angola colmatar algumas vulnerabilidades internas.

Palavras-chave: Angola, CGG, Política Externa, Diplomacia e Integração Regional.

Abstract

This research deals with Angolan diplomacy within the framework of African Regional Organizations and the importance they play in the projection and realization of Angola's national interests, focusing specifically on the geo-strategic importance that the Gulf of Guinea Commission (GGC) plays in the context of increased influence of Angola at the regional level. The period under analysis begins with the signing of the Luena Memorandum, on April 4, 2002, marking the end of the Angolan civil war. Thus Angola initiates a process of national reconstruction centered on the international projection of its national interests, with the maintenance of its peace at the epicenter of its foreign policy. This projection has been made in priority areas of its foreign policy, such as the Southern and Central African Region and the GGC, expressing Angola's enormous desire to be recognized as a relevant State in Africa.

The main conclusion of this research is that GGC effectively contributes to increasing the influence of Angola at the regional level. It is also underlined that the threats in the Gulf of Guinea constitute the main obstacles to Angola's foreign policy, and therefore the opportunities for Angola to address some internal vulnerabilities.

Key-words: Angola, GGC, Foreign Policy, Diplomacy and Regional Integration

Lista de Siglas e Abreviaturas

AFRICOM - Comando Norte-Americano para a África

ANGOP- Agência de Notícias Angola Press

APSA - Arquitetura de Paz e Segurança Africana

CGG- Comissão do Golfo da Guiné

CEEAC- Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

C.E.E.A. – Centro de Estudos Estratégicos de Angola

CEIC - Centro de Estudo e Investigação Científica

CEN-SAD - Comunidade dos Estados do Sahel-Shara

CIRGIL - Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos

COMESSA - Mercado Comum da África Oriental e Austral

COPAX- Conselho de Paz e Segurança da África Central

CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRESMAC - Centro Regional de Segurança Marítima da África Central

CSNU- Conselho de Segurança das Nações Unidas

ECOBRIg - Brigada de Espera da África Ocidental

ELF - Estados da Linha da Frente

EUA- Estados Unidos da América

EASBRIG – Brigada Regional de Espera da África Oriental

FA – Forças Armadas

FAA- Forças Armadas Angolanas

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola

FAEA - Força Africana em Estado de Alerta

FOMAC - Força Multinacional da África Central

FTCM - Força Tarefa Conjunta Multinacional

GG – Golfo da Guiné

IGAD - Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

MC - Mecanismo de Cooperação

MARAC- Mecanismo de Alerta Rápido da África Central

MdE - Memorando de Entendimento

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

MINUSCA - Missão de paz da ONU na República Centro Africana

MIREX – Ministério das Relações Exteriores

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento em África

NASBRIG - Brigada Regional de Espera do Norte de África

NU - Nações Unidas

OECD - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU- Organização das Nações Unidas

ORA - Organizações Regionais Africanas

OUA- Organização da Unidade Africana

PN - Polícia Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

RCA – República Centro Africana

RDC- República Democrática do Congo

RISDP- Plano Indicativo de Desenvolvimento Regional

RGG – Região do Golfo da Guiné

RSD - Reformas do Setor Defesa

RSS – Reformas do Setor de Segurança

SADC- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SADCC – Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral

SADCBRIGAD - Brigada de Espera da África Austral

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UA- União Africana

UE – União Europeia

UMA - União Árabe do Magrebe

UNITA- União Nacional para Independência Total de Angola

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZLC - Zona de Livre Comércio

ZEE - Zona Económica Exclusiva

ZTC - Zona de Tensão e Conflitos

Lista de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1- Corredor que liga Angola à África Austral..... | 22 |
| Figura 2 - Estados Membros da SADC | 27 |
| Figura 3 - Golfo da Guiné baseado na Exploração de Recurso Energético | 35 |
| Figura 4 - Pirataria e Assaltos à Mão Armada | 42 |

Lista de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1-Participação de Angola nos Exercícios Militares da SADC | 28 |
| Tabela 2 - Correlação de Forças dos Estados-Membros da CEEAC | 31 |
| Tabela 3 – Gastos de Defesa dos Estados-Membros da CEEAC | 32 |

Lista de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Produção Petrolífera dos Estados da África Subsariana | 38 |
|---|----|

Índice

| | |
|--|------|
| Dedicatória | I |
| Agradecimentos..... | II |
| Resumo..... | III |
| Abstract | IV |
| Lista de Siglas e Abreviaturas..... | V |
| Lista de Figuras | VIII |
| Lista de Tabelas..... | VIII |
| Lista de Gráfico..... | VIII |
| Introdução | 1 |
| 1.1. Tema e Contexto | 2 |
| 1.2. Questão Central e Derivadas | 3 |
| 1.3. Objetivo geral e objetivos específicos..... | 4 |
| 1.4. Justificação da Relevância da Pesquisa..... | 4 |
| 1.5. Metodologia | 6 |
| 1.6. Revisão da Literatura e Enquadramento Teórico - Conceptual..... | 8 |
| 1.7. Estrutura da Dissertação..... | 11 |
| CAPÍTULO 1- A RELEVÂNCIA DO 4 DE ABRIL DE 2002 PARA A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: A MANUTENÇÃO DA PAZ COMO A PRINCIPAL PRIORIDADE..... | 13 |
| 1.1. O Fim da Guerra Civil e os Desafios da Construção da Paz..... | 13 |
| 1.2. A Manutenção da Paz como o Epicentro da Política Externa de Angola..... | 16 |
| CAPÍTULO 2 - O IMPACTO DA DIPLOMACIA ANGOLANA NA GESTÃO E RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS EM ÁFRICA | 19 |
| 2.1. A Aposta nas Organizações Regionais Como Plataforma de Projeção dos Interesses Angolanos | 19 |
| 2.2. A Importância das Organizações Regionais de Segurança e Defesa | 23 |
| 2.2.1. Angola na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) | 26 |
| 2.2.2. Angola na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)..... | 29 |
| CAPÍTULO 3 - A COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ NO QUADRO DE INTERESSES GEOESTRATÉGICOS DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA | 34 |
| 3.1. A Importância Geoestratégica da Comissão Golfo da Guiné na Construção da Afirmação Regional de Angola..... | 34 |
| 3.2. Os Contributos de Angola na Pacificação da Sub-Região | 40 |
| CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO | 47 |
| Referências Bibliográficas | 53 |
| ANEXOS..... | 64 |

| | |
|--|----|
| Anexo 01- Tratado da Comissão do Golfo da Guiné | 65 |
| Anexo 02 – Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné | 81 |
| Anexo 03 - Declaração dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados da África Central e da África Ocidental sobre a Segurança no Espaço Marítimo Comum (Declaração de Yaoundé). | 89 |
| Anexo 04 - Resolução nº 2039 do Conselho de Segurança da ONU, de 29 de Fevereiro de 2012, referente à Segurança Marítima no Mar do Golfo da Guiné | 96 |
| Anexo 05 - Resolução 3/14 de 16 Janeiro de 2008, referente ao Acordo de Sede entre a República de Angola e a Comissão do Golfo da Guiné | 99 |

Introdução

“Angola sempre desempenhou um papel importante e ativo na resolução de conflitos em África, quer pela forma como conquistou a liberdade e a soberania, quer pela experiência de guerra que marcou a sua história em 2002”.

(Chikoti, 2013).

A importância que o Estado angolano atribui às Organizações Regionais Africanas (ORA) vem desde a luta pela independência em África. É precisamente neste contexto que Angola aderiu primeiramente à Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), na sequência das ações desenvolvidas pelos Estados da Linha da Frente (ELF) e, mais tarde, à Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Um facto muito curioso a este respeito é que a presença de Angola nestas organizações é notória desde a sua génese e em relação à Comissão do Golfo da Guiné (CGG), que mais adiante abordaremos, a sua sede encontra-se em Luanda, capital angolana. Isto mostra claramente que para Angola as ORA são um instrumento de cooperação e as principais responsáveis pelo apoio à paz e ao desenvolvimento em África.

O facto de um país como Angola, que por um longo período se digladiou com as suas limitações a nível económico e de participação internacional, ter conseguido se afirmar como ator relevante nestas duas organizações (SADC e CEEAC), é bastante significativo para o estabelecimento e aprofundamento das suas relações com os outros Estados. Nota-se que a participação de Angola neste processo só obteve êxito, por ter apostado no estabelecimento de relações diplomáticas assentes no respeito mútuo e no diálogo como a melhor forma de combater os conflitos. Neste domínio, o “Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017”, elaborado pelo Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial em 2012, salienta que os objetivos da Política de Reforço do Posicionamento de Angola no Contexto Internacional e Regional se baseiam nas seguintes prioridades políticas: a) Consolidar as relações com as instituições financeiras internacionais; b) Reforçar a posição geoestratégica de Angola na região e no mundo (República de Angola, 2012, p. 89).

O mesmo Plano reconhece a importância que as ORA desempenham na prossecução dos objetivos nacionais de Angola e, por isso, define que se devem estabelecer e aprofundar as relações bilaterais com os Estados de todo o mundo, designadamente com os países membros da SADC (nomeadamente os países vizinhos: a República Democrática do Congo, a Zâmbia e a Namíbia, e a África do Sul, para assumir uma posição de proeminência no seio da SADC),

mas também com a CEEAC e os países do Golfo da Guiné (GG), o que atesta o esforço que Angola vem envidando para assumir um lugar de proeminência nas ORA onde se inscreve e que tem conseguido com êxito. Basta observarmos que Angola é a segunda força económica da África Austral a seguir à África do Sul; ocupa a primeira posição em termos militares da CEEAC e na CGG, após a Nigéria, e foi o grande impulsionador desta Comissão, e país anfitrião da respetiva Sede.

É por esta razão que, no desenvolvimento da presente pesquisa, tomamos como referência alguns documentos que regem as ações do Estado angolano, designadamente: a Agenda Nacional de Consenso de 2008, a Constituição da República de Angola adotada em 2010 e o PND 2013-2017, adotado em 2012, pois dentre os pontos expostos nestes diplomas destacam-se a urgência da promoção de relações políticas e económicas de Angola na SADC, na CEEAC, na CGG, essenciais para a compreensão das razões da aposta de Angola nas ORA na prossecução dos seus objetivos nacionais.

1.1. Tema e Contexto

“A Diplomacia Angolana no Quadro das Organizações Regionais Africanas Pós-Guerra Civil: A Comissão do Golfo da Guiné e a Sua Importância Geoestratégica na Afirmação Regional de Angola” é o título que se deu a esta pesquisa que se inscreve nos estudos diplomáticos e de política externa. Na presente pesquisa, interessa analisar o papel, bem como a importância destas organizações na prossecução dos objetivos nacionais de Angola, de modo a compreendermos a centralidade atribuída à diplomacia angolana no quadro das ORA, sem no entanto descurar a influência que o passado recente de Angola teve neste âmbito, pois oferece um panorama global do novo posicionamento de Angola relativamente às ORA. Importa sublinhar que a ênfase da pesquisa recai para a análise da contribuição do Estado angolano na definição da CGG como uma “Zona de Paz e Segurança”.

É importante referir que a existência de ameaças transnacionais designadamente a pirataria, os assaltos à mão armada, a imigração e a pesca ilegal, que afetam não apenas os Estados da região, mas a segurança marítima internacional, bem como o fraco desenvolvimento da Marinha de Guerra Angolana (MGA), constituíram os motivos para que Angola assumisse a dianteira deste processo, marcado por uma abordagem regional e global, e não por uma abordagem estritamente nacional.

Com o encerrar da guerra civil angolana, cujo marco foi a assinatura do Memorando de Luena em 4 de abril de 2002, a recuperação das principais infra-estruturas então destruídas pela

guerra e as questões de paz e segurança ganharam caráter prioritário passando a dominar a agenda na definição das mais variadas políticas do Estado angolano (Carvalho, 2014, p. 33). Esta constatação pode ser feita em alguns diplomas que regem a ação do Estado angolano, como os diplomas acima referidos, bem como em alguns discursos oficiais dos Chefes de Estado e de Governo de Angola citados ao longo da presente pesquisa. É precisamente neste contexto, que o então Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, ressalta a necessidade de conjugação de sinergias que visam contribuir para a resolução dos conflitos internos dos países que fazem fronteira com a República de Angola, pelos reflexos que estes podem ter no processo de paz e na estabilidade do país (Santos, 2002).

Partindo do facto de que o Estado angolano não conheceu momentos duradouros de estabilidade política desde o início da luta armada em 4 de fevereiro de 1961, a presente pesquisa pretende desenvolver o argumento de que a assinatura do Memorando de Luena (4 de abril de 2002) mudou o curso da história política angolana, pois, pela primeira vez, o povo angolano passou a vislumbrar um clima de paz efetiva. A paz finalmente alcançada é hoje o bem que o povo angolano mais preza e o epicentro da sua política externa. Outro argumento importante que a presente pesquisa defende é que o 4 de abril de 2002 levou a diplomacia angolana no quadro das ORA a prosseguir o reforço do seu posicionamento geoestratégico na região.

É partindo destas premissas, que as ações de Angola assentam num eixo estratégico marcado pela participação em organizações potencialmente geradoras de segurança e desenvolvimento em África, designadamente a SADC, CEEAC e a CGG. É neste quadro que as ações de Angola passaram a estar voltadas para uma política diplomática e económica assente no respeito mútuo e nas vantagens recíprocas, na boa vizinhança com os seus parceiros mais próximos territorialmente e no fortalecimento da integração económica regional ao nível destas organizações. E por esta razão, o Estado angolano tem conduzido as suas relações com os seus parceiros de cooperação internacional com base num comprometimento coerente com os interesses de Angola e dos angolanos (Santos, 2012, p. 115), o que lhe tem permitido garantir a tranquilidade das suas fronteiras e concomitantemente colocar à disposição da União Africana (UA) a sua experiência de gestão e resolução de conflitos.

1.2. Questão Central e Derivadas

A delimitação e contextualização do tema da pesquisa permitiu-nos identificar a seguinte pergunta de partida: ***Que influência o fim da guerra civil teve na condução da Diplomacia Angolana no quadro das Organizações Regionais Africanas, especialmente na Comissão do Golfo da Guiné?***

Através da definição da questão central, derivaram as seguintes questões:

- Que fins prossegue a diplomacia angolana desde o fim da guerra civil em Angola?
- Que papel as Organizações Regionais Africanas desempenham no reforço da posição geoestratégica de Angola na região?
- Que importância geoestratégica a CGG desempenha ao nível do aumento da influência regional de Angola?
- Que obstáculos se colocam à influência de Angola na sub-região do Golfo da Guiné?

1.3. Objetivo geral e objetivos específicos

A presente pesquisa tem como **objetivo geral** compreender o funcionamento da diplomacia angolana no âmbito das Organizações Regionais Africanas, no período pós-guerra civil angolana, destacando que o novo quadro de paz em Angola relevou o lugar que as ORA ocupam na agenda da política externa angolana, com ênfase para a CGG, em função da sua contribuição na afirmação regional de Angola.

A pesquisa procurará responder aos seguintes **objetivos específicos**:

- Analisar os pressupostos que estiveram na base da definição da paz como o epicentro da ação externa de Angola;
- Identificar e caracterizar as ORA essenciais à projeção dos interesses angolanos;
- Evidenciar a relevância geoestratégica da CGG para a política externa angolana;
- Identificar os obstáculos que se colocam à influência de Angola na sub-região do Golfo da Guiné.

1.4. Justificação da Relevância da Pesquisa

Tratar da diplomacia angolana no quadro das ORA torna-se à partida um enorme desafio, se observarmos que existem poucos trabalhos que retratam a temática da política externa angolana, bem como a diplomacia enquanto o seu principal instrumento. Por outro lado, constitui uma pesquisa de crucial importância, do ponto de vista das relações internacionais africanas, sobretudo se considerarmos que as ORA se têm vindo a constituir como uma ferramenta

de suma importância para suprir as vulnerabilidades em matéria de desenvolvimento e segurança dos Estados africanos, particularmente de Angola, atendendo ao caráter transnacional dos conflitos em África e, por conseguinte, permitindo ao Estado angolano conquistar um lugar de relevo nos principais fóruns de decisão em África, de modo a ser visto como um Estado respeitável e credível.

A escolha do tema da presente pesquisa deve-se em primeiro lugar ao interesse académico e científico do mesmo, pois trata-se verdadeiramente de um assunto atual e que ocupa um lugar preponderante nos principais documentos orientadores da ação externa do governo angolano. A limitada bibliografia relativa ao tema em desenvolvimento torna esta pesquisa num contributo singelo para a abordagem da política externa angolana.

Uma das principais motivações da ênfase dada à CGG resulta do facto de o mar constituir a principal via para Angola escoar a sua produção nacional, aliado ao facto do transporte do petróleo produzido em Angola, principal fonte de receitas e um recurso estratégico para o Estado angolano, fazer-se essencialmente por via marítima; outro fator é a sua extensa ZEE, a que acresce o fraco desenvolvimento da MGA, devido essencialmente à natureza da sua guerra civil, pois possibilitou-lhe apenas desenvolver os ramos militares do exército e da aviação das suas Forças Armadas, deixando o seu mar desguarnecido, ou seja, suscetível ao aumento da insegurança. Sob esta perspetiva, os mecanismos regionais complementares, com o objetivo de garantir a segurança do mar dos Estados da sub-região do GG, permitem que Angola encontre aqui a oportunidade para neutralizar tais ameaças. Por outro lado, a posição geoestratégica da região que garante a participação de Angola em 3 organizações regionais, das 7 comunidades económicas regionais que conformam a arquitetura funcional da UA, designadamente a SADC, a CEEAC e a CEDEAO, que por sinal constituem as bases para o reforço do posicionamento geoestratégico de Angola na região, explicam as principais razões da ênfase dada a esta Comissão.

O que a pesquisa traz de novo, sob a perspetiva das Relações Internacionais, é uma abordagem à centralidade do papel que a diplomacia tem na prossecução dos objetivos nacionais definidos pelo Estado angolano, designadamente, a consolidação da sua paz, a consolidação das relações com as instituições financeiras internacionais, bem como o reforço da posição geoestratégica de Angola na região e no mundo, num quadro marcado por ameaças transnacionais e pela presença de Estados fortes, a que Eugénio Costa Almeida na sua obra *Angola Potência Regional em Emergência*, publicada em 2011, designou por Estado-Diretor (Almeida, 2011, p. 87). Neste quadro, a dissertação demonstra que Angola tem procurado tirar o maior

proveito da sua inserção nas ORA, enquanto instrumentos de pacificação e aproximação dos Estados, para participar em exercícios militares e em missões de paz, em prol da operacionalização da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) e, por extensão, da sua própria segurança.

1.5. Metodologia

Tal como atrás referido, um dos objetivos desta dissertação é evidenciar a importância geoestratégica que a CGG desempenha a nível do aumento da influência regional de Angola. Por esta razão, a metodologia de investigação qualitativa, no âmbito das Ciências Sociais, especificamente na área das Relações Internacionais, mostra-se bastante útil para a presente pesquisa, uma vez que permite sustentar de forma fundamentada nos conceitos, no contexto em análise da presente pesquisa, bem como recolher, refletir e sobretudo analisar ou interpretar as informações sobre o seu objeto de estudo (Santo, 2015, p. 27). Refira-se que o fim da guerra civil angolana constitui a variável escolhida na presente pesquisa, por oferecer uma melhor compreensão e visão dos fins que estão subjacentes à diplomacia angolana no período que se inicia em 2002, marcado por um maior engajamento do país em preservar a sua paz, bem como o reforço da sua posição geoestratégica na região.

Neste contexto, torna-se imprescindível a utilização de mais do que um método, para que sejam encontradas as respostas para a pergunta de partida da investigação e perguntas derivadas da pergunta de partida (Sarmiento, 2013, p. 7). Em função da importância que a CGG desempenha na prossecução dos objetivos nacionais de Angola, o recurso à análise SWOT na parte conclusiva da presente dissertação será crucial para a identificação dos possíveis fatores que influenciaram o Estado angolano a atribuir tão significativa importância a esta Comissão. Desta análise espera-se também a identificação dos obstáculos que se impõem à afirmação regional de Angola, bem como as suas forças e as fraquezas no contexto interno e as suas oportunidades e ameaças no contexto externo (Silva, Silva, Barbosa, Henrique & Baptista, s.d.).

Quanto às limitações encontradas relativas ao acesso à informação sobre o tema, refira-se, a existência de poucos trabalhos que retratam esta temática e o facto de as pessoas de direito se mostrarem indisponíveis, e inclusive inviabilizarem o acesso à informação usando como subterfúgio o “espírito de segredo”. Neste sentido, a articulação entre o método qualitativo e a pesquisa documental tornou-se estratégico para a compreensão do contexto em estudo. Seguiremos de perto, neste âmbito, Belarmino Van-Duném (2014, p. 258), que refere que o estudo da política externa angolana só é possível através da pesquisa documental, mas sobretudo através

da monitorização direta dos atos oficiais liderados pelo Chefe do Executivo, ou seja, do Presidente da República e dos seus auxiliares, uma vez que o artigo 121º, alínea a), da Constituição da República de Angola, define que compete ao Presidente da República definir e dirigir a execução da política externa do Estado.

Face a este facto, a interpretação das informações obtidas na pesquisa qualitativa, nomeadamente na pesquisa documental, que podem ser recolhidas no momento em que o facto ou fenómeno ocorre, ou depois, incidindo sobre mensagens tão variadas como documentos oficiais, livros, revistas, jornais, teses, apresenta-se como um quadro auxiliar da compreensão do universo da presente pesquisa (Lakatos & Marconi, 2002, p. 62). É neste contexto que se recorre à leitura e análise de documentação primária (discursos oficiais, relatórios, despachos diplomáticos), tendo a análise dos discursos dos dirigentes angolanos, particularmente, os discursos do então Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, constituído a principal base de apoio da presente pesquisa, de modo a produzir-se uma pesquisa científica credível e aceitável.

É ainda importante acrescentar que a recolha de informações sobre o tema ocorreu em Bibliotecas, Centros de investigação de Angola e Portugal. Em Angola, a recolha de informação ocorreu no Ministério das Relações Exteriores, concretamente no Comité da SADC, na Biblioteca do Instituto de Relações Internacionais (IRI), na Biblioteca Nacional, na Biblioteca do MPLA, bem como na Sede da CGG em Luanda. Em Portugal, as Bibliotecas do ISCTE, do ISCSP, do Instituto de Defesa Nacional (IDN) em Lisboa, bem como a Embaixada de Angola constituíram os principais espaços de recolha de informação.

Importa ainda referir que num segundo momento se fará a análise e o tratamento dos documentos estruturantes da CGG, nomeadamente: o Tratado da CGG e os documentos resultantes das Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da respetiva Comissão. Deve-se salientar também que os encontros que mantivemos com o Secretário Executivo Adjunto para os Assuntos Políticos da CGG, Gilberto Veríssimo, e com o Embaixador da República de Angola em Portugal, José Marcos Barrica, foram igualmente importantes por permitirem a recolha de um conjunto de informações e opiniões, pertinentes na definição da linha de investigação da presente pesquisa.

Para além da articulação entre o método qualitativo e a pesquisa documental, também se recorreu ao método dedutivo, que parte do conhecimento geral para o particular (Carvalho, 2009, pp. 84 - 85). Deste modo, faz-se recurso a uma abordagem geral baseada nas teorias e

conceitos já existentes, designadamente, os conceitos de política externa, diplomacia e integração regional, para uma abordagem mais restrita, relativa à contribuição da diplomacia angolana na transformação da CGG numa “Zona de Paz e Segurança”.

Em suma, é sob esta base metodológica que assenta a presente pesquisa, permitindo a contextualização, bem como a compreensão das informações específicas relativas à importância da CGG no quadro do reforço da influência regional de Angola.

1.6. Revisão da Literatura e Enquadramento Teórico - Conceptual

Analisar especificamente a política externa angolana, como anteriormente referido, pressupõe à partida um enorme desafio. Dos poucos trabalhos existentes, Belarmino Van-Dúnem (2014, p. 259) observou que não existe, até à data, nenhuma obra dedicada exclusivamente à política externa angolana e poucos são os textos escritos que tenham feito esse tipo de abordagem. O mesmo autor sublinha (e a prática assim o tem demonstrado) que, em muitos casos, os agentes e técnicos dos setores que possuem as informações ainda fazem segredo dos atos públicos, os arquivos documentais e/ou bibliotecas não estão devidamente divulgadas e na maioria das vezes estão vedados ao acesso público. Salienta-se o facto de as várias coletâneas e obras dedicadas à análise do posicionamento geoestratégico de Angola serem elaboradas por pesquisadores ligados ao aparelho do Estado.

Portanto, o que aqui se apresenta é o resultado de uma profunda reflexão que nos remeteu para leituras exploratórias e visões pertinentes de alguns autores de modo a sustentarmos teoricamente os argumentos defendidos na presente pesquisa. Neste sentido, destacamos os contributos apresentados por algumas obras e teses dedicadas à análise da política externa dos Estados, que forneceram as ferramentas para a compreensão dos fatores estratégicos angolanos enquanto elementos determinantes para a sua afirmação regional, bem como a apresentação dos conceitos de política externa, diplomacia e de integração regional, essenciais a esta pesquisa:

- *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança* (2011) de Maria Raquel Freire e Luís da Vinha;

- *Elementos de Análise de Política Externa* (2012) de Victor Marques dos Santos;

- *Angola como Potência Regional Emergente: Análise dos Fatores Estratégicos* (2014) de Aida Silvério Pinto Pegado;

- *Angola Potência Regional em Emergência* (2011) de Eugénio Costa Almeida.

Maria Raquel Freire e Victor Marques dos Santos, por exemplo, apresentam um quadro teórico assente no interesse nacional enquanto conceito chave para a formulação da política

externa. No caso particular, Maria Raquel Freire apresenta as variáveis que condicionam a formulação e decisão em política externa, sendo que para esta autora o contexto interno constitui a variável relevante na definição e priorização da agenda de política externa.

Já Aida Pegado e Eugénio Costa Almeida partem de uma análise mais centralista, no intuito de demonstrar se Angola reúne ou não os requisitos para ser considerada como uma potência regional. A tese apresentada por Aida Pegado conclui que para Angola ser uma potência regional emergente os *fatores estratégicos devem ser sustentáveis*. Já Eugénio Costa Almeida, baseando-se na teoria de *Estado-Diretor*, sustenta que Angola apresenta condições para se tornar numa potência regional em África, nomeadamente, na África Central e Centro-meridional. Adotando uma outra perspetiva, esta dissertação não procura tanto destacar Angola enquanto potência regional, mas demonstrar a centralidade atribuída à diplomacia angolana a partir do fim da sua guerra civil (2002), a importância que as ORA, particularmente a CGG, desempenha no aumento da influência de Angola a nível regional, bem como a enorme contribuição que estas têm dado na manutenção da segurança interna de Angola, uma vez que a cooperação é atualmente a melhor estratégia para fazer face aos inúmeros problemas que os Estados enfrentam.

É importante proceder à delimitação de conceitos considerados como centrais para o tema em análise e que constituem a base para a compreensão dos capítulos que se seguem, designadamente, os conceitos de política externa, diplomacia e integração regional.

Segundo Maria Raquel Freire e Luís da Vinha (2011, p. 18), não existe uma definição absoluta e consensual de política externa, mas as várias definições avançadas contêm atributos e pressupostos semelhantes. Neste contexto, a sua utilização ao longo desta dissertação sublinha o sentido de soma das relações, das decisões e das ações de um Estado em relação ao domínio externo, desempenhadas por órgãos próprios através da utilização de recursos e de instrumentos pacíficos (Mendes, 2017, p. 154; Magalhães, 1982; Santos, 2012).

Neste domínio, a temática de política externa angolana parece-nos atual na medida em que está estreitamente ligada à busca da paz e de uma estabilidade interna política sustentada, indispensáveis para o desenvolvimento nacional, o bem-estar e a prosperidade do povo angolano. Para o efeito, Angola estabelece uma estratégia de atuação política e diplomática que contribui para a sua integração cada vez mais plena no sistema político e económico regional e internacional e para a sua assunção num lugar de prestígio e de relevância nos centros políticos e económicos de África de forma que venha a corresponder definitivamente às suas reais potencialidades (Bernardino, 2013, pp. 396-397).

Para compreendermos o projeto de desenvolvimento nacional e da diplomacia angolana no quadro das ORA, torna-se imprescindível a apresentação dos instrumentos da política externa, sendo necessário analisar de forma isolada um dos seus instrumentos, designadamente a “Diplomacia” e assim, analisar o seu funcionamento no âmbito da CGG.

No que se refere ao conceito de diplomacia, a sua utilização ao longo desta dissertação sublinha o sentido de instrumento de execução dos objetivos da política externa angolana, nomeadamente o da construção da imagem do país, enquanto mecanismo de resolução pacífica dos conflitos (Magalhães, 1982; Mendes, 2017, p. 154; Santos, 2009, p. 222).

Relativamente ao conceito de integração regional, a sua utilização ao longo desta dissertação sublinha o sentido geográfico e a existência de objetivos comuns considerados como relevantes para o desenvolvimento de ligações entre um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, motivado por interesses comuns como a cooperação nas áreas de comércio e outros setores económicos, com vista a alcançar uma zona de livre comércio e, subsequentemente, estabelecer uma união aduaneira (Santos, 2009, p. 137; Murapa, 2002, p. 196).

Neste contexto, o recurso ao conceito acima referido, permite constatar que, a nível regional, as ações da política externa angolana continuam viradas para o exercício de uma via diplomática e económica assente no respeito mútuo e nas vantagens recíprocas, privilegiando os países mais próximos, no intuito de contribuir para o reforço da posição geoestratégica de Angola na região e no mundo (Chikoti, 2013). É com base nesta visão que Victor Marques dos Santos (2009, p. 222) afirma que dentre “os interesses nacionais, pode considerar-se a promoção da imagem do Estado junto da comunidade internacional e das organizações internacionais”, o que de facto o Estado angolano tem feito através das ORA onde se inscreve, designadamente na SADC, na CEEAC e na CGG, permitindo assim encontrar um espaço privilegiado de intervenção multilateral, para a prevenção e resolução de conflitos, de modo a fazer face às ameaças e riscos que afetam a estabilidade e a segurança em África (Bernardino, 2013, p. 53).

Assim sendo, “a integração regional vai constituir-se, por um lado, como um instrumento de importância crucial para desenvolver e fortalecer a interdependência económica dos países da comunidade e, assim, contribuir para promover um maior crescimento económico e, por outro, como um dos meios para garantir a participação dos países no desenvolvimento e segurança regional” (Bernardino, 2013, p. 11). Para além disso, é propósito desta pesquisa evidenciar, na linha do que defende Pavia (2012, p. 112), que a participação de Angola na CGG irá em breve trecho ganhar maior protagonismo no contexto regional e que Angola irá procurar articular as suas pretensões estratégicas neste complexo *puzzle* de interesses, em linha de ação

externa no âmbito da diplomacia de afirmação regional, que são basilares na sua política externa.

Importa salientar ainda que, não obstante não existir um conceito oficial expresso em lei angolana relativa à política externa, à diplomacia ou à integração regional, na presente pesquisa os conceitos ora referidos são cruciais, pois os mesmos são capazes de oferecer uma compreensão e análise mais exata relativa ao objeto de estudo da pesquisa, bem como aos fins que prossegue a diplomacia angolana desde o alcance da paz em 2002.

Por último, importa ainda sublinhar que a presente pesquisa é desenvolvida à luz da abordagem realista das Relações Internacionais. A escolha desta teoria prende-se com o facto de ser quem melhor sustenta a visão e os objetivos da política externa angolana. Veremos as características ou elementos desta teoria aplicada na política externa e na execução da diplomacia angolana ao longo desta dissertação. Efetivamente, a abordagem realista das Relações Internacionais (Braillard, 1999; Moreira, 1996), no caso particular de Angola, permitirá compreender e analisar que as ações desenvolvidas no âmbito das ORA prendem-se com a realização dos seus interesses nacionais. De igual modo, a mesma coloca Angola num lugar de realce como um parceiro estratégico para a segurança regional em África, permitindo assim a realização dos seus objetivos nacionais, designadamente, a manutenção da paz e a sua projeção internacional.

1.7. Estrutura da Dissertação

A presente pesquisa estrutura-se em quatro capítulos, que se seguem à introdução.

O primeiro capítulo atribui particular relevância ao 4 de abril de 2002, primeiramente por simbolizar o fim de 27 anos de guerra civil em Angola e por constituir a referência histórica da política externa angolana, constituindo-se a manutenção da paz como a sua principal prioridade.

O segundo capítulo é dedicado à análise do impacto da diplomacia angolana na gestão e resolução dos conflitos em África, ressaltando as razões que motivaram a participação mais interventiva de Angola nas dinâmicas regionais, enquanto atores importantes na consolidação das suas relações com as instituições financeiras internacionais, bem como no reforço da sua posição geoestratégica na região e no mundo. Para além destas razões, o capítulo assume que as suas ações visam a tranquilidade das suas fronteiras, ou seja, a sua estabilidade interna, o que implica que Angola deve contribuir para a estabilidade dos seus Estados vizinhos, justificando assim a participação na APSA.

O terceiro capítulo analisa o papel que a CGG desempenha no quadro dos interesses geoestratégicos da política externa angolana. Trata-se de um tema de importância particular para o Estado angolano pelo facto de o mar ser vital para a sua economia. O enfoque deste capítulo centra-se na análise da posição de relevo que esta Comissão desempenha no aumento da influência regional de Angola.

O quarto e último capítulo é dedicado à conclusão onde se tentarão validar os argumentos apresentados e dar resposta à pergunta de partida e derivadas. Para melhor compreensão do objeto de estudo da presente pesquisa consta da conclusão uma análise SWOT, que tenta evidenciar as potencialidades geoestratégicas do Estado angolano e os obstáculos que se impõem à afirmação regional de Angola, com base nas fontes citadas essencialmente no 3º capítulo da presente dissertação.

CAPÍTULO 1- A RELEVÂNCIA DO 4 DE ABRIL DE 2002 PARA A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: A MANUTENÇÃO DA PAZ COMO A PRINCIPAL PRIORIDADE

“A paz é a condição indispensável para a obtenção do progresso, da justiça, da igualdade de oportunidades e do respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos”.

(Santos, 2013).

Este capítulo apresenta as linhas gerais para a compreensão dos capítulos subsequentes, sublinhando a relevância do 4 de abril de 2002 para a política externa angolana. Importa sublinhar que não é propósito do mesmo apresentar de forma detalhada o conflito angolano, mas evidenciar que a renúncia à guerra, fruto das consequências drásticas advindas da mesma, colocam hodiernamente a manutenção da paz como o epicentro das ações, quer internas, quer externas, do Estado angolano.

Deste modo, a história de Angola, marcada por tentativas incansáveis para pôr termo primeiramente à opressão colonial, e a quatro décadas de guerra que devastaram Angola, fornece-nos as ferramentas essenciais para a compreensão das razões da primazia dada essencialmente à manutenção da sua paz, bem como à permanência da mesma nos principais discursos dos decisores políticos do Estado. Somente com a assinatura do Memorando de Paz de Luena em 2002, após dois acordos (Bicesse e Lusaka) falhados relativos à paz, o intento de conquistar a paz foi finalmente materializado, tornando-se na aspiração mais importante do povo angolano.

1.1. O Fim da Guerra Civil e os Desafios da Construção da Paz

“A guerra, qualquer que seja o seu objetivo, apenas servirá para perpetuar o sofrimento do povo angolano, adiando interminavelmente a possibilidade dos angolanos poderem desfrutar plenamente dos recursos e das sinergias do seu País”.

(MPLA, 2011, p.12).

A assinatura do Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka marcou de modo indelével a história política angolana. Pela primeira vez um acordo relativo à paz foi assinado no território nacional sem nenhum interveniente externo. O documento assinado em 4 de abril de 2002, considerado como o dia da paz em Angola, para além de encerrar o longo período de guerra civil em que Angola mergulhara, passou a constituir a referência histórica na importante luta do povo angolano pela sua dignificação e construção de uma sociedade próspera (Radio Ecclesia, 2013).

É bem verdade que a prevenção e a resolução de conflitos não são coisa fáceis. Na maioria dos casos, os conflitos intraestatais parecem insolúveis. Alguns deles recomeçam mesmo após a negociação de um cessar-fogo ou de acordo e, segundo as estatísticas, têm mais hipóteses de levar a uma retomada da violência do que quando terminam com a vitória de um dos adversários (David, 2006, p. 281). O conflito angolano é obviamente um dos exemplos proeminentes desta afirmação, pois a proclamação da sua independência teve lugar num quadro de guerra. A guerra civil, iniciada em 28 de janeiro de 1975, entre o MPLA e a FNLA, ao qual se junta a UNITA, a partir de 16 de junho do mesmo ano, foi motivada pela falta de entendimento entre os três principais movimentos de libertação, degenerando em ferozes batalhas pelo controlo de Luanda (Lara, 2000, p. 149; Abrantes, 2005, p. 47).

A guerra civil internacionaliza-se com a intervenção de muitos milhares de soldados catangueses (Zaire, atual República Democrática do Congo – RDC), de sul-africanos apoiando a UNITA e FNLA, ao que se acresce o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) a estes mesmos movimentos, e o MPLA, que por razões de orientação ideológica, era apoiado pela URSS, por Cuba e Moçambique. Com a presença destas forças no território nacional, iniciava-se uma guerra entre os angolanos com uma forte componente militar estrangeira (Lara, 2000, p. 150; Silva, 2002, p. 33).

No entanto, foram precisos três acordos de paz e a morte em combate de Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002, para que as armas se calassem definitivamente em Angola (Messiant, 2004, p. 16). “Logo à partida podemos observar que os primeiros dois acordos, o de Bicesse em maio de 1991 e o de Lusaka em novembro de 1994, ambos realizados sob os auspícios da comunidade internacional tiveram como resultado a continuação da guerra, com consequências cada vez mais mortíferas para a população civil; enquanto o terceiro acordo, o Memorando de Luena de 2002, no qual a comunidade internacional desempenhou um papel muito secundário e em grande medida simbólico, não só conseguiu a formalização da cessação das hostilidades como pôs fim ao ciclo de guerras que devastavam Angola desde a independência, em 1975” (Meijer, 2004, p. 16).

Apenas após a assinatura do Acordo de Luena (4 de abril de 2002) foi possível iniciar-se um caminho de desenvolvimento em paz e segurança, que exigiu às Forças Armadas Angolanas (FAA) que assumissem um papel relevante na reconstrução do país e no apoio à afirmação da soberania do Estado. Esta participação decorreu em áreas tão importantes como o apoio ao desenvolvimento, a segurança interna, as fronteiras e a participação nos sistemas regionais de

prevenção de conflitos, atuando como elemento da política externa do Estado angolano na defesa dos seus interesses ao nível regional e continental (Carvalho, 2014 apud Messiant, 2008, pp. 367-369).

De referir, que, nos anos que se seguem ao fim da guerra, o Governo angolano dedicou-se à reconstrução do país devastado principalmente no que toca às infra-estruturas, como: estradas danificadas e minadas; caminhos-de-ferro totalmente inoperantes, com pontes e linhas destruídas, funcionando somente cerca de 10% da sua extensão (C.E.E.A, 2006, p. 74). Foi enorme o esforço feito no que respeita à recuperação das infra-estruturas produtivas e sociais do país, com resultados palpáveis no domínio do abastecimento de água, da reabilitação de estradas, da reabilitação e modernização dos caminhos-de-ferro de Angola, dos portos e aeroportos do país. Avanços muito importantes foram também registados no domínio das infraestruturas de telecomunicações. Todas estas infraestruturas são críticas para a diversificação e para a modernização da economia do país (MPLA, 2016, p. 13).

Outros esforços estão a ser envidados de modo a dar continuidade ao processo de consolidação da paz, através do desenvolvimento de um conjunto de ações que visam combater a fome e a pobreza. É por essa via que a paz em Angola se constrói através da educação, da instrução, do conhecimento, isto é, da interiorização do respeito pelos princípios e valores éticos e morais que dignificam as relações humanas. Baseando-se nesta visão, o Estado angolano advoga que a resolução de conflitos é feita através do diálogo franco e aberto, como forma de se alcançar o consenso, pois a promoção do diálogo entre civilizações constitui o elemento essencial para a cultura da paz, para o respeito pela diferença entre os povos e para a prevenção de conflitos, cruciais para a estabilidade em Angola e no mundo (MIREX, 2014).

Face a este panorama, fica de facto difícil de explicar como é que num território potencialmente dos mais ricos do continente africano, com petróleo, diamantes, minerais estratégicos, madeiras, peixe, terras férteis para culturas de climas temperadas e tropicais, e ainda recursos hídricos, cerca de 70% da população viva abaixo do limiar da pobreza, com rendimentos *per capita* incapazes de justificar a sua simples sobrevivência (Abrantes, 2005, p. 22). Angola hoje sofre as consequências da crise económica e financeira internacional, desde 2008, provocada pela queda do preço do petróleo (Santos, 2016).

E, no entanto, Angola conseguiu até aqui o que parece ser essencial, ou seja, conseguiu preservar a independência, manter a integridade territorial, lançar as bases de um Estado Democrático de Direito e conquistar a paz, garantindo a unidade e a consciência do seu povo em torno de um projeto nacional, apesar de todas as agressões e de todas as ações de estabilização

que sofreu nesses últimos 30 anos (Abrantes, 2005, p. 22). Ainda neste quadro de paz, Angola realizou atos eleitorais nos anos de 2008 e 2012, e aprovou a sua primeira Constituição em fevereiro de 2010 (Veríssimo, 2016, p. 264) ao que acresce as eleições realizadas em agosto de 2017.

“Sabemos por experiência própria quão dolorosos são os efeitos da guerra e quais os valores que a paz propicia e encerra” (Santos, 2013). Neste sentido, a construção da paz finalmente alcançada, passa por uma nova filosofia de vida que coloca a todos os angolanos a responsabilidade da sua preservação e contínua consolidação, visando a garantia do normal desenvolvimento económico e social do país e a satisfação das necessidades sempre crescentes dos cidadãos (MPLA, 2011, p. 13). Angola, ao acolher a Conferência sobre a “Cultura de Paz” em África (26 de março, 2013) sob o auspício da UNESCO, em parceria com a UA, deu mostras que *a paz é sem dúvida um dos bens mais preciosos para o nosso continente e também aquele que o povo angolano mais preza e procura proteger e conservar a todo custo*” (Santos, 2013). “A Paz conseguida no Luena corresponde aos interesses mais legítimos do povo angolano. Ela é definitiva porque a Paz conquistada está a ser consolidada no dia-a-dia dos angolanos, através de ações e atitudes práticas e é dever de todos contribuir para que este processo seja irreversível” (Radio Ecclesia, 2013). Matéria reforçada pelo então Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, na abertura da Sessão Legislativa 2014/2015 da Assembleia Nacional quando afirmou que *“a paz é o maior bem da Nação a preservar”* (Santos, 2014).

“Foi a paz que devolveu ao nosso povo a esperança num futuro melhor, num quadro de liberdade, justiça e inclusão social” (Santos, 2016). “Conscientes disso, temos de continuar a esforçar-nos para que a paz se venha a tornar na principal força identitária entre os angolanos de todas as origens, convicções políticas ou crenças religiosas e para que se mantenha entre nós o espírito de união, de tolerância e de respeito pela diferença e pelos valores em que assenta a democracia” (Santos, 2016). Todo o processo está em curso e caminha numa direção em que se pode afirmar que a paz veio para ficar, expressão muito utilizada em Angola (Van-Dúnem, 2014, p. 104).

Assim, o Estado angolano considera a paz e a segurança como as premissas fundamentais para o desenvolvimento, para a democracia e para a promoção dos direitos humanos no mundo e é a principal prioridade da sua política externa.

1.2. A Manutenção da Paz como o Epicentro da Política Externa de Angola

O Estado angolano, após 4 décadas de luta incansável de busca pela paz, tem hoje a paz como o principal bem a proteger e, constitui o pilar chave para a obtenção do progresso e do

desenvolvimento. O caminho percorrido com vista à manutenção da paz tem passado por um forte e permanente empenho cultural, que deve ser protagonizado por todos quantos partilham o objetivo de fazer perdurar a paz ao longo dos tempos (Santos, 2013). A República de Angola como uma Nação de vocação para a paz e o progresso tem conduzido a sua política externa no sentido de preservar a paz como base do primado do direito e da lei e visa assegurar as condições necessárias à estabilidade e ao desenvolvimento do país (República de Angola, art.º 11º, parágrafos 1º-2º).

Victor Marques dos Santos (2012, apud Frankel, 38) salienta que “a elaboração de uma política externa nacional, assenta no interesse nacional sendo o conceito chave da mesma, baseada em valores da comunidade nacional que podem ser considerados como o produto da sua cultura e a expressão do seu sentido de coesão, valores que definem para os homens aquilo que crêem estar certo ou ser justo”.

Não fugindo a esta regra, para o Governo do MPLA, a política externa deve continuar a prosseguir o interesse nacional, sendo este definido como o conjunto dos interesses políticos e económicos estratégicos de Angola no plano externo, devendo este ser a base de atuação do Governo, das empresas e demais instituições públicas e privadas que operam transnacionalmente (República de Angola, 2012, p. 216). É neste sentido que Pavia José (2011, p. 54) argumenta que “a formulação da política externa de Angola nasce de um encontro entre interesses económicos, políticos e sociais variados e a sua transformação pelo Estado em ação diplomática ou militar”. No entanto, o Estado só poderá defender os seus interesses nacionais com eficiência e eficácia se definir objetivamente quais são os seus interesses nacionais e estratificá-los segundo a importância de cada um deles (Van-Dúnem, 2014, p. 167).

Nesta senda, a Constituição da República de Angola, interpretando as aspirações, as tradições históricas e a sabedoria das lições da história do povo angolano, primeiro para resistir à ocupação colonizadora, depois para conquistar a independência e a dignidade de um Estado soberano e, mais tarde, para edificar um Estado democrático e de direito e uma sociedade justa, define os seus interesses nacionais (designados como tarefas fundamentais do Estado), dos quais citaremos apenas os que vão de encontro com a nossa linha de pesquisa, designadamente:

- a) Garantir a independência nacional, a integridade territorial, e a soberania nacional;
- e) Assegurar a paz e a segurança nacional (República de Angola, 2010, pp. 2-10).

De referir que as ameaças e riscos que pesam sobre alguns países como é o caso dos conflitos inter e intraestatais na África Central e na região dos Grandes Lagos, em particular na RDC, onde o conflito ainda existente, pela proximidade que têm com as fronteiras angolanas,

podem facilmente afetar ou ter consequências no seu território, perigando o projeto de construção de uma sociedade democrática, próspera e moderna (Santos, 2010), o que conduziu à definição da contribuição para a eliminação de focos de tensão e conflitos, bem como para a prevenção dos mesmos, como uma das prioridades da ação governativa no domínio da política externa angolana (República de Angola, 2012, p. 262).

Neste domínio, a política externa angolana funda-se nos princípios estruturantes da Constituição da República e no Programa de Ação do Executivo com vista à preservação e fortalecimento da soberania nacional e promoção da imagem de Angola no estrangeiro. É sob esta orientação que Angola tem centrado a sua política externa na promoção da paz, segurança e estabilidade mundial, prevenção, gestão e resolução de conflitos por via pacífica e no reconhecimento do direito internacional como norma de conduta dos Estados nas suas relações. Também é dada atenção à defesa e à promoção da cooperação internacional dos sistemas opressivos, rejeitando toda e qualquer forma de colonialismo, neocolonialismo, terrorismo, discriminação ou segregação (Santos, 2011, p. 2).

É defendendo uma cultura de paz como forma mais correta, nobre, eficiente e atual para se vencer a violência no continente e garantir uma sã convivência entre os cidadãos de diferentes regiões (Simão, 2016) que o Estado angolano defende seus interesses nacionais através da participação ativa nas organizações internacionais de que faz parte. Essas ações são desenvolvidas no âmbito das Nações Unidas e seus organismos especializados, na UA, na SADC, na CEEAC, na CGG e na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP. Nestas organizações regionais, a prioridade é obviamente a manutenção da paz, a estabilidade e o desenvolvimento (Chikoti, 2014, p. 3).

É por essa via que Angola se define e tem-se assumido como um Estado progressista em todo o processo de transformações que ocorrem nas Relações Internacionais e a sua política externa tem-se baseado nos princípios do respeito e igualdade jurídica entre os Estados, da resolução pacífica dos conflitos, da cooperação entre os povos, do progresso e da justiça social (República de Angola, 2012, p. 216). Assim, a paz alcançada em 2002 define o quadro da defesa dos interesses nacionais de Angola, designadamente a manutenção da sua paz como a principal prioridade. É pertinente reiterar ainda que, nos organismos regionais acima referidos, a diplomacia angolana constitui o instrumento mais eficaz para a cultura da paz, para a prevenção de conflitos, bem como para o reforço da sua posição geoestratégica na região.

CAPÍTULO 2 - O IMPACTO DA DIPLOMACIA ANGOLANA NA GESTÃO E RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS EM ÁFRICA

Neste capítulo, o objetivo passa por uma abordagem sobre a participação ativa de Angola no quadro das ORA, assente na cooperação, onde as ações de Angola têm sido orientadas para atos conducentes à promoção da paz, enquanto pressuposto crucial para o desenvolvimento. Desse modo, é importante evidenciar as razões que motivaram a escolha destas organizações (SADC e CEEAC), a relevância das mesmas na projeção dos interesses de Angola, bem como as razões que nortearam a diplomacia angolana a assumir tão significativa importância na gestão e resolução dos conflitos neste âmbito.

2.1. A Aposta nas Organizações Regionais Como Plataforma de Projeção dos Interesses Angolanos

As organizações regionais são criadas pelos Estados no intuito de prosseguir os objetivos que estes não conseguem alcançar de forma isolada. Neste sentido, compreende-se que as ORA foram criadas no intuito de impulsionar a integração regional em África, constituindo-se desse modo como as principais responsáveis por impulsionar o desenvolvimento sustentado e as principais garantes da segurança em África. O facto é que a interdependência crescente dos Estados, nos mais diversos domínios, com a correspondente variedade e complexidade de relações a que não podem furtar-se, fizeram das Organizações Internacionais Intergovernamentais um instrumento privilegiado da indispensável cooperação internacional. Razão pela qual estas organizações assumem particular relevo no quadro das Relações Internacionais pelo papel que desempenham como instrumento de aproximação pacífica e de cooperação entre os Estados (Campos, 1999, p. 25).

Daí a razão de Cardoso e Ferreira (2005, pp. 66-70) referir que as ORA assumiram, após os atribulados processos de descolonização africano, uma estratégia de crescimento e de afirmação institucional que lhes tem garantido e granjeado o reconhecimento da comunidade internacional, em face das intervenções, das estratégias e das políticas, que vêm adotando no contexto africano e mundial. Em particular no quadro atual da UA, mas também de outras organizações africanas no nível sub-regional, têm intervindo na mediação e prevenção de conflitos, na intervenção militar e na contenção da criminalidade, contribuindo globalmente para um reforço da segurança regional em África.

Desse modo, observa-se a existência de sete Comunidades Económicas Regionais que são a pedra angular da integração económica de África. As comunidades económicas regionais

reconhecidas pela UA são: a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), a CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central), a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), o COMESSA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), a UMA (União Árabe do Magrebe), a IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento) e a CEN-SAD (Comunidade dos Estados do Sahel-Shara) (UA, s.d), criadas com o fim último de impulsionar o desenvolvimento económico através da criação de políticas integracionistas com vista a uma coabitação harmoniosa e de boa vizinhança. Os princípios estabelecidos versam a harmonização dos mercados, a liberalização do comércio, a melhoria das infra-estruturas, a livre circulação de pessoas e bens, e harmonização monetária (Hugon, 2015, p. 307; Pegado, 2014, p. 61). É importante realçar que a UA, para além das Comunidades Regionais referidas, desde o ponto de vista funcional integra o que designa de Mecanismo de Cooperação (MC), dos quais aqui se realçam, simplesmente por razões de aproximação aos principais destinatários, a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGIL) e a CGG (Veríssimo, 2013, p. 141).

A génese da integração regional de Angola remonta à década da luta pela independência nacional, ganhando maior contorno em função da guerra fratricida que Angola vivera logo a seguir à proclamação da sua independência nacional. Neste contexto, Angola, em prol da defesa da sua soberania e integridade territorial, fez recurso ao artigo 51º da Carta da ONU, nos termos do Direito Internacional, solicitando apoio logístico e militar à ex-URSS e a Cuba, respetivamente. Por outro lado, priorizou o reforço no estabelecimento de relações de amizade, de cooperação e de boa vizinhança com os demais Estados da região, participando ativamente na formação da SADCC, através dos ELF, decorrente da persistente guerra não declarada movida contra o país por forças externas, concretamente, o exército regular sul-africano, que utilizava a UNITA como ponta-de-lança para a tomada do poder à força em Luanda (Moraes, 1998, pp. 39-42).

Neste âmbito, as principais diretrizes da política externa angolana eram relacionadas com a diplomacia de inteligência e contra inteligência, e da diplomacia política de alianças, nomeadamente ao nível do setor da segurança e defesa. A partir de 2002, com o termo da guerra civil, essas perspetivas foram separadas do contexto de guerra e Angola passou a ganhar um maior protagonismo e visibilidade na promoção dos seus interesses no plano internacional, designadamente ao nível regional e continental, devido à diminuição do custo da guerra (Ginga, 2014, p. 113).

Hoje, a política externa angolana vem sendo orientada no sentido de promover a imagem ou melhoria do papel de Angola no contexto internacional e regional, sendo que o desenvolvimento socioeconómico do país tem constituído o principal objetivo do Estado, o que pressupõe que Angola deve prosseguir o seu interesse nacional, através da sua intervenção nos principais *dossiers* internacionais em particular na região dos Grandes Lagos e do GG, quer no âmbito da SADC e da UA, acompanhando e participando ativamente nas organizações internacionais, em particular no que respeita à reforma do sistema das Nações Unidas, ao reforço das instituições da UA e ao processo de transformação em curso nesta organização, o que implica que Angola deve promover a candidatura de quadros qualificados angolanos para posições de relevo nestes organismos (MPLA, 2016, p. 62). Neste contexto, é importante destacar o papel atribuído à diplomacia angolana, orientada no sentido de fazer face às múltiplas ameaças à paz no plano regional e nacional, sendo que a inserção nos agrupamentos regionais constitui as janelas de oportunidade para a materialização desses objetivos.

Assim, as ORA, por constituírem vetores estratégicos que possibilitam a projeção dos interesses dos Estados (Belarmino, 2013, p. 184), atestam o esforço envidado pelo Estado angolano, no sentido de aprofundar e cooperar no seio destes organismos com vista à satisfação deste grande desígnio: a paz (Van-Dúnem, 2014, p. 62). Como referiu Adriano Moreira (1996, pp. 412 - 413), o motivo mais documentado pela experiência, suposta a paz, é o objetivo de otimizar a capacidade económica, seguido da necessidade de aumentar o potencial político na balança internacional de poderes. Acresce que um dos objetivos da integração é eliminar as causas dos conflitos.

Para o Estado angolano, este objetivo tornou-se mais premente com o fim da sua guerra civil, sendo que o clima de instabilidade dos países fronteiriços, concretamente a RDC, constitui uma das principais preocupações do Estado, razão pela qual, a política externa de Angola não está confinada a uma única região, nem é restrita a uma única dimensão. Angola contribui para a construção de uma ordem regional, na UA, e mundial pacífica e solidária, fundada no direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso territorial, económico e cultural e da sua democracia (José, 2011, p. 12). Esta afirmação foi reforçada pelo então Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos (2011), ao afirmar que:

“...A condução da nossa política externa continuou a pautar-se por uma atuação objetiva em atos e eventos conducentes à consolidação do entendimento e cooperação entre as nações e à preservação da paz, da estabilidade e da segurança internacionais. Tendo uma experiência de guerra

dolorosa, que ainda hoje tem graves reflexos na vida das nossas populações, Angola defende o diálogo e a negociação como princípios para a busca de solução pacífica para todas as divergências e contradições que possam surgir no plano internacional. Nós continuaremos a cumprir as nossas obrigações e a assumir as nossas responsabilidades no plano internacional, em especial no que diz respeito a África no seu todo e em particular no quadro dos conjuntos económicos e políticos a que pertencemos, como a SADC e a CEEAC, e também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Esta posição é cada vez mais relevante numa conjuntura mundial em que qualquer crise atinge logo uma dimensão global e em que se volta a privilegiar a imposição e a ameaça da força para se resolverem os conflitos internos ou interestatais de países soberanos...”

Deste modo, Angola, com uma posição geográfica privilegiada no corredor do Lobito que liga a África Central à África Austral, através do Rio Zaire e o Caminho-de-ferro de Benguela, e por extensão à África Central e ao Leste de África, torna Angola membro da SADC e da CEEAC, respetivamente (Van-Dúnem, 2009). Portanto, esta condição acarreta consigo também maiores responsabilidades para Angola, no âmbito do desenvolvimento das duas sub-regiões (MPLA, 2012, p. 116), e alimenta uma dicotomia estruturada e estrategicamente conveniente, que ao nível da segurança regional tem contribuído para uma clara definição das prioridades da sua política externa de vizinhança (José, 2011, p. 117). Neste quadro, entende-se a emergência do binómio segurança - desenvolvimento, foco principal na SADC, CEEAC e na CGG, que explica a aposta de Angola nestas organizações, pois, convergem com os seus principais interesses nacionais (José, s.d. 21).

De acordo com a geopolítica e geoestratégia da República de Angola no contexto geral da política externa e da diplomacia, a “Agenda Nacional de Consenso” enquanto primeiro documento que explica as regiões e os objetivos da política externa angolana, prevê o apoio aos grupos empresariais nacionais que operam além das fronteiras nacionais, o estabelecimento de

Figura 1- Corredor que liga Angola à África Austral



Fonte: <http://www.aplop.org/sartigo/index.php?x=5974>. Acesso em: 10.04.2017.

parcerias com as organizações e blocos económicos regionais, bem como o aproveitamento das sinergias provenientes das comunidades angolanas residentes no estrangeiro e de outras comunidades do mundo como as estratégias para que Angola se afirme na arena internacional (Van-Dúnem, 2014, pp. 316-318).

Assim, com a consequente participação de empresas angolanas públicas e privadas em projetos de desenvolvimento e de infra-estruturas destas regiões (MPLA, 2012, p. 220), as bases para o novo posicionamento de Angola na arena internacional foram assim lançadas, permitindo que o país passasse de solicitante de apoio para a paz interna e cooperação, para um parceiro relevante para a resolução de conflitos, pacificação e consolidação da paz, para além de bom parceiro de cooperação e passando de Estado de Emigração para um Estado de Imigração (Van-Dúnem, 2009). Neste domínio, a paz e a estabilidade política e económica configuram uma bandeira que a diplomacia angolana transporta e são valores que Angola defende como essenciais para que os povos africanos possam, de modo efetivo, dedicar-se ao combate à fome e à pobreza (Jornal de Angola, 2014).

Em suma, este enquadramento reflete as linhas da ação externa de Angola, sendo que a sua inserção nos agrupamentos regionais tem-se constituído como o principal instrumento de aproximação pacífica e de cooperação com os outros Estados. Assim, pelo facto da eliminação das causas dos conflitos constituir-se como um dos objetivos da integração, e sendo a segurança o pressuposto crucial para o desenvolvimento, justifica-se a sua inserção nas organizações regionais de segurança e defesa, pois a segurança constitui uma prioridade do Estado angolano e dos Estados africanos em geral.

2.2. A Importância das Organizações Regionais de Segurança e Defesa

“A segurança das fronteiras e a própria estabilidade interna são pressupostos de defesa que importa ter permanentemente em conta”.

(Bernardino, 2013, p. 392).

Apesar de Angola estar a viver um período considerado como de paz efetiva, as ameaças e riscos que se colocam à sua estabilidade interna remetem para a cooperação no âmbito regional, uma vez que a sua estabilidade interna depende em grande medida da sua contribuição para a segurança dos países fronteiriços como o Congo Brazzaville, a RDC, a Zâmbia e a Namíbia. Daí a aposta na cooperação regional a favor da paz interna, como a melhor resposta para pre-

venir eventuais ingerências resultantes da permeabilidade das suas fronteiras e dos países africanos em geral, numa altura em que fruto da interdependência entre os Estados resultantes do fenómeno da globalização, uma crise rapidamente pode atingir uma dimensão global.

Neste contexto, o processo de globalização em que o mundo se encontra envolvido, mas também os novos problemas de segurança como resultado da expansão do fenómeno do tráfico de droga, do terrorismo, particularmente o cibernético e outra criminalidade transnacional gerada pelo fenómeno da democratização, e em grande medida pela difusão e disseminação das tecnologias, originou tal interdependência entre os Estados que se torna difícil hoje abordar a questão da segurança numa perspetiva estritamente nacional (Veríssimo, 2016, p. 90). Relembre-se que a razão que esteve na base da transformação da OUA (Organização da Unidade Africana) para UA deveu-se em grande medida às resoluções infrutíferas de alguns conflitos, culminando no agravamento das numerosas situações de guerra civil, como foram os casos do ex. Congo Belga e em Biafra, bem como a saída de Marrocos da OUA em 1986, em protesto ao reconhecimento do direito à independência de Saaraui. Daí que esta transformação reflita uma evolução significativa da antiga postura de inquebrantável devoção ao princípio de não interferência para uma de responsabilização dos Estados-Membros e engajamento construtivo para promover a paz, a segurança e a estabilidade dentro das fronteiras nacionais (Santos, 2011, p. 50).

O facto é que o conceito de segurança atualmente apresenta duas alterações fundamentais: não está centrado exclusivamente na segurança clássica do Estado, pois significa também a segurança das pessoas (segurança humana), bem como, face aos riscos, ameaças e conflitos transnacionais, a resposta terá necessariamente de basear-se na cooperação regional ou internacional, pois a segurança cooperativa e coletiva constitui a solução mais fiável e eficaz para colmatar as debilidades dos Estados, particularmente dos Estados africanos (Bernardino, 2013, p. 530).

Face ao exposto, a UA adotou desde a sua criação (2000) e principalmente desde a sua efetiva operacionalização (2002) uma postura mais pró-ativa face à inoperância da sua antecessora (OUA), criando estrutura e mecanismos que visam garantir um nível aceitável de sucesso na problemática de gestão dos conflitos regionais (Van-Dúnem, 2014, p. 90). Neste contexto, como resultado das ações desenvolvidas pelos Estados africanos, surgiu a definição da “APSA”, materializada no início do século XXI, conferindo maior relevância e atenção ao fator “segurança”, pois sem paz e estabilidade não existem condições para um desenvolvimento sustentado, ou noutra perspetiva, podemos afirmar que não existe desenvolvimento sustentado sem

segurança sustentada, afirmando-se como mecanismo gerador de paz para o desenvolvimento, prevenção e resolução de conflitos, em que os Estados e as Comunidades Económicas Regionais africanas assumem um importante papel na construção e na dinamização da APSA (Santos, 2011, p. 54).

Para viabilizar esse processo, a UA implementou em 2003 o Conselho de Paz e Segurança (CPS), o Painel de Sábios, o Sistema de Alerta Prévio (o “*Continental Early Warning System*”), o Fundo Especial, a Força Africana em *Standby* também conhecida por Força Africana em Estado de Alerta (FAEA) e o Memorando de Entendimento (MdE) sobre a Cooperação no Domínio da Paz e Segurança entre a UA e os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos complementando assim a “APSA” para o século XXI (UA, 2009, p. 7; Van-Dúnem, 2014, p. 90).

Neste encadeamento de ações, as ORA são os órgãos de apoio e as principais responsáveis pela prevenção de conflitos no âmbito da APSA, abarcando deste modo as cinco brigadas compostas pelos Estados-Membros de cada Organização Sub-regional (Brigada Regional de Espera do Norte de África - NASBRIG; Brigada Regional de Espera da África Oriental - EASBRIG; Força Multinacional da África Central - FOMAC; Brigada de Espera da África Austral - SADCBRIG e Brigada de Espera da África Ocidental - ECOBRIG), no intuito de garantir o aumento da capacidade de resposta, em tempo útil, às crises regionalizadas no continente africano (Carvalho, 2014, p. 38). Assim, a UA para além de ocupar um lugar na estrutura securitária africana em relação aos outros, também vai ocupar um lugar em relação a si mesma e em comparação à sua antecessora. Ocupar um lugar ao nível regional significa ser a voz de África no mundo e a voz do mundo em África. Só assim é possível haver uma estrutura securitária africana, que tem as NU no topo e o cidadão africano na base (Oliveira, 2008, p. 127).

Percebe-se que as ORA ocupam um lugar de relevo para a operacionalização da APSA, contribuindo para incrementar o índice de segurança regional, constituindo-se assim num mecanismo gerador de paz para o desenvolvimento, e assumem um papel estratégico na sua dinamização e operacionalização (Bernardino, 2011, pp. 109-110; Santos, 2011, p. 60; Van-Dúnem, 2010, p. 217). Por essa razão, verifica-se que as ORA adotarem vários mecanismos, e estendendo o seu campo de ação às questões da paz e segurança, como ocorre com a CEDEAO, a CEEAC e a SADC, assumem-se como os verdadeiros garantes da paz, segurança e pelo desenvolvimento sustentado em África, de modo a dar respostas às expectativas dos Estados africanos que transferiram para as mesmas parte dos seus atributos, deveres e responsabilidades, em

matérias relativas ao desenvolvimento social, económico, à “boa governação ” e ainda à segurança humana.

Em suma, na atual conjuntura, parecem não existir dúvidas de que uma integração com a economia global nas condições certas pode promover o crescimento económico e que os agentes facilitadores desta globalização do desenvolvimento são mesmo as organizações africanas, pois os Estados não conseguem dar resposta às necessidades económicas e financeiras regionais, nacionais e internacionais (Bernardino, 2008). Assim, procurar-se-á saber como surgiram, quais são os seus contributos em prol da segurança e da defesa regional, bem como a importância que estas organizações constituem na prossecução dos objetivos definidos pela política externa angolana.

2.2.1. Angola na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Desde a primeira hora, Angola foi um dos Estados fundadores da primeira Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) formalmente estabelecida no dia 1 de abril de 1980, na Conferência de Lusaka, Zâmbia, como proposta do então Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere (em 1979), constituída por Estados que se opunham à África do Sul, do Apartheid, então considerada como uma ameaça real para os países da região (Van-Dúnem, 2014, p. 70; Almeida, 2011, p. 124). Com a adesão da África do Sul e da Namíbia em 1994, fruto da pacificação das relações na região, a seguir aos acordos de 22 de dezembro de 1988, em Nova Iorque, adotou em 1992 a designação de SADC, passando a ter como foco principal as questões económicas e de desenvolvimento para o bem-estar dos respetivos povos.

Percebe-se que a razão que norteou o apoio incondicional de Angola ao ELF e posteriormente à SADCC, se deveu claramente à intenção de instaurar a paz em Angola e consequentemente na África Austral, razão pela qual não se pode deixar de referir o importantíssimo papel que Angola teve no contexto da luta de libertação da Namíbia e da democratização da África do Sul, o que de facto muito contribuiu para a construção dos laços de fraternidade e amizade da África Austral. Neste sentido, a vitória militar alcançada por Angola nas célebres batalhas de Cuito Canavale e Calueque (1987/1988), obrigou a África do Sul a sentar-se à mesa das negociações com as demais partes envolvidas no conflito (Morais, 1998, p. 18).

A SADC é atualmente constituída por 15 Estados-Membros e constitui-se na organização sub-regional que congrega um vasto conjunto de programas de apoio ao desenvolvimento e na vertente da segurança e da defesa, e que devido a uma integração entre as estratégias de segurança e de desenvolvimento sustentado na região tem possibilitado (muito por via do sucesso económico-financeiro da África do Sul) um crescimento económico consistente e uma melhoria no índice de segurança regional, afirmando-se como uma organização de sucesso no continente (Carvalho, 2014, p. 46). Nota-se que a SADC com uma visão de um futuro comum, garante um desenvolvimento sustentado e socialmente equilibrado, promotor da competitividade e da globalização, configurando-se como facilitador dos movimentos de capitais, pessoas e bens para os países da região (Rocha, s.d., p. 231).

A paz e segurança estiveram sempre no centro das ações da SADC, reconhecido o seu papel na materialização da cooperação e integração regionais, bem como na criação do bem-estar dos seus povos. Por essa razão, associa à cooperação interestados a adoção de políticas e instituições comuns, nomeadamente no âmbito da promoção da paz e da segurança regional, reforçando a sua credibilidade ao nível internacional (SADC, 2010, p. 06; Bernardino, 2008).

No âmbito de cooperação na área da defesa, a SADC estabeleceu, em agosto de 2001, um “*Protocolo de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*”, sendo atualmente o principal instrumento para fazer face aos desafios políticos, de defesa e segurança na região (SADC, 2010, p. 06; Bernardino, 2008). Para o efeito, foi criado o “Comité InterEstatl de Defesa e Segurança”, que é constituído pelos Ministros da Defesa dos Estados-Membros. No âmbito das atividades desenvolvidas em prol da segurança regional foi estabelecido o “Pacto de Defesa Mútua” (2003) e criada uma Força de escalão Brigada, a “*SADC Standby Force Brigade - SADCBRIG*”, no âmbito das *African Standby Forces* (Bernardino, 2008), que merece especial referência neste quadro, onde Angola tem participado ativamente, desde a data da sua criação. Em 2004, a SADC adotou o “Plano Estratégico Indicativo para o Órgão (SIPO)”, documento que pretendeu identificar as principais fragilidades em matéria de segurança e defesa na organização e propõe algumas medidas corretivas, estabelecendo para o efeito dois órgãos que associam as comissões interestatais de política e diplomacia, o “Comité Político e

Figura 2 - Estados Membros da SADC



Fonte: <http://www.sadc.int/member-states/>. Acesso em: 23.09.2017.

Diplomático InterEstatual”, integrando os Ministros dos Negócios Estrangeiros e o “Comité de Defesa e Segurança InterEstatual”, onde estão representados os Ministros da Defesa dos Estados-Membros (Carvalho, 2014, pp. 44 - 45).

No âmbito da participação na SADC, Angola parece apostar numa maior visibilidade e empenhamento, participando ativamente nos trabalhos da SADCBRIG, quer na área política, quer na vertente militar, através dos periódicos exercícios militares realizados sob a tutela da SADC e na esfera da SADCBRIG (SADC – *Standby Brigade*). A tabela 1 demonstra isto mesmo e reúne apenas os primeiros exercícios de cada série dos periódicos exercícios militares realizados pela SADC. Significa isto que outros exercícios se têm realizado.

Tabela 1-Participação de Angola nos Exercícios Militares da SADC

| Nº | Designação dos Exercícios | Objetivo | Local | Período | Contingente | Estados Participantes |
|----|---------------------------|---|------------------------|-------------------|-------------|---|
| 1 | Golfinho fase I | Preparar a Brigada para o apoio à manutenção de Paz em África | Cabo Ledo/Bengo Angola | 22-28MAR/2009 | 6 492 | África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, RD Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue |
| 2 | Bhuc Chusta | Melhorar a cooperação regional no domínio das operações humanitárias, para desenvolver, praticar e avaliar a doutrina da SADC no planeamento e execução de operações e no desenvolvimento de estruturas de componentes aéreas da SADC e tático Reforçar a integração regional dos países da Austral | África do Sul | 22 - 31 AGO2011 | 342 | África do Sul, Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue |
| 3 | Welwitschia | Melhorar a prontidão e a interoperabilidade das forças especiais da SADC | Walvis Bay Namíbia | 30SET a 7 OUT2013 | 600 | África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue |
| 4 | Vale do Kave | Treinar a organização, o planeamento, a condução e o controlo de operações no quadro da situação e resposta a uma situação de crise no âmbito das Forças Especiais dos Estados membros da SADC | Cela/Cuanza Sul Angola | 1AGO -13SET/2014 | 1.700 | África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Namíbia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue |

Fonte: SADC, 2009; Machado, 2015; *Defence Web*, 2013; Engelbrecht, 2011; Almeida & Bernardino, s.d, pp. 56-57. Adaptação da autora.

Importa referir que uma das razões da participação de Angola nestes exercícios militares de forças especiais visou a preparação e prontidão das FAA para operacionalizar a Força em Estado de Alerta da SADC, bem como a sua eventual participação na missão de paz da ONU na RCA (*Mission multidimensionnelle intégrée des Nations Unies pour la stabilisation en*

République centrafricaine - MINUSCA), e a necessidade de se criar, por parte dos Estados-Membros e por proposta da comissão política da SADCBRIG, uma Força Tarefa Conjunta Multinacional (FTCM), tendo-se constituído assim no vetor operacional que a SADC acionou para estabilizar a região (SADC, 2009; Almeida & Bernardino, s.d., pp. 57 - 153).

Para demonstrar o que foi referido é visível o contributo decisivo de Angola para o estabelecimento da paz e segurança regional, com intervenções muito recentes na RDC, apoiando a implementação da SADC *Regional Peacekeeping Training Centre*, em Harare – Zimbabwe, entre outras ações que ajudam no estabelecimento da paz e tranquilidade regional (Pavia, 2011, pp. 117-118; Almeida & Bernardino, s.d, pp. 56-57).

Não obstante o facto de Angola ser um dos Estados fundadores da SADC e fornecer efetivos para as missões de paz da SADC no intuito de prevenir conflitos e apoiar o processo de pacificação dos países vizinhos, e ser a segunda força económica da África Austral, à seguir a África do Sul, tem pela frente enormes desafios, entre os quais a diversificação da sua política externa para não ficar dependente exclusivamente das receitas da sua principal matéria-prima (petróleo). Esta diversificação facilitaria a construção de infraestruturas vitais para o país e a implementação de políticas públicas que permitiria reduzir o fosso entre ricos e pobres, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da sua população. Outro grande desafio que se impõe a Angola neste quadro é a sua adesão à Zona de Livre Comércio da SADC (ZLC), tendo Angola adiado mais uma vez a sua adesão, apontando 2020 como a data provável.

De referir ainda que, no quadro das prioridades da política externa angolana, Angola também integra a CEEAC.

2.2.2. Angola na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)

Angola, além de membro da SADC, é igualmente membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central, que tem a sua génese no “Plano de Ação de Lagos” elaborado em 1980, que visava o desenvolvimento económico, social e cultural e a criação de um mercado comum regional, englobando Estados da *Union Douanière et Économique de l’Afrique Centrale* (UDEAC) e da *Communauté Économique des Pays des Grands Lacs* (CEPGL), sendo formalmente estabelecida em outubro de 1983, abarcando atualmente 10 Estados-Membros (Almeida, 2011, p. 129), territorialmente próximos de Angola, constituindo-se por essa razão um ponto estratégico para Angola suprimir ou prevenir eventuais situações de insegurança oriundas dessa região e sobretudo da RDC.

Devido à agitação social e política e conflito armado na maioria dos Estados-Membros, a CEEAC teve um período de inatividade de 1992 a 1998. Após este período de hibernação, fruto das consequências dos conflitos, viria a estender o seu campo de ação às questões da paz e segurança, cujo renascimento foi baseado numa nova vontade política para fazer da CEEAC um pilar da cooperação sub-regional na África Central, de acordo com os eixos e objetivos definidos pela UA, tendo adotado, desde 2007, um plano de integração estratégica e uma visão para 2025, para tornar a região num espaço de paz, de solidariedade, desenvolvimento equilibrado e livre circulação de pessoas, bens e serviços (CEEAC, s.d).

Para ser eficaz, a abordagem escolhida é a gradual, tendo sido assinado em 1996, um Pacto de “não-agressão” entre os Estados-Membros, criando as condições de paz para efetivar uma cooperação mais profícua na região. No âmbito da segurança e defesa, foi estabelecido em 2002, o “Protocolo Parlamentar da África Central” e aprovados os estatutos do Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX), comprometendo-se formalmente com a missão de garantir a paz e a segurança na região. Como mecanismos operacionais foram estabelecidos a “Comissão de Defesa e Segurança” e o Mecanismo de Alerta Rápido da África Central” (MARAC), encarregue da observação, controlo e prevenção de conflitos e ainda uma “Força Multinacional para a África Central” (FOMAC) de escalão Brigada, integrada por contingentes nacionais composta por contingentes militares com componente policial e módulos civis, em linha com o que se vinha fazendo nas outras regiões no continente africano (Bernardino, 2013, pp. 563 - 564).

Em 2004, viria a ser consolidada a parceria para a paz regional entre os seus Estados-Membros com a assinatura do “Pacto de Segurança Mútua” para a África Central, e de um protocolo relativo à criação de um Centro de Gestão de Conflitos, em finais de 2006, constituindo o órgão de planeamento e gestão da participação da organização na sua área de intervenção regional. Neste contexto, Angola através das suas Forças Armadas, tem assumido um papel crescentemente interventivo no seio desta organização, sendo o exercício militar anual *KU-ANZA 2010*, um dos principais exercícios militares realizados pela CEEAC, onde estiveram envolvidos um número significativo de efetivos e meios militares, demonstrativo da importância estratégica e do contexto de afirmação regional que Angola procura assumir no seu eixo de ação externa em África. Se compararmos as Forças Armadas dos países da CEEAC, seguindo um modelo matemático que nos permita correlacionar o potencial terrestre, aéreo e naval e se compararmos os principais efetivos (e meios) militares das suas Forças Armadas podemos constatar uma grande hegemonia por parte das FAA, que se constituem efetivamente como

potência militar na região (Carvalho, 2014, p. 44). Isto mesmo pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 2 - Correlação de Forças dos Estados-Membros da CEEAC

| Estados-Membros | Nº Efetivos | | | Viaturas | | Força Aérea | | Forças Navais | |
|--------------------|-------------|-------------|---------|----------|------------|------------------|---------------------|-----------------|--------------------|
| | Exército | Força Aérea | Marinha | Combate | Blin-dadas | Aviões (Combate) | Aviões (Transporte) | Navios (Guerra) | Navios (Costeiros) |
| Angola | 100.000 | 6000 | 1000 | 300 | 1020 | 85 | 69 | n.s | 9 |
| Burundi | 30.000 | 200 | 50 | n.s | 112 | 2 | 4 | n.s | 7 |
| Camarões | 12.500 | 400 | 1300 | n.s | 120 | 15 | 13 | 2 | 11 |
| Chade | 25.000 | 350 | n.s | 60 | 256 | 6 | 5 | n.s | n.s |
| Congo | 8000 | 1200 | 800 | 40 | 106 | 12 | 9 | n.s | 3 |
| Gabão | 3200 | 1000 | 500 | n.s | 110 | 14 | 8 | n.s | 9 |
| G. Equatorial | 1100 | 100 | 120 | n.s | 36 | 4 | 2 | 1 | 5 |
| RCA | 7000 | 150 | n.s | 3 | 66 | n.s | 9 | n.s | n.s |
| RDC | 103.000 | 2550 | 6700 | 49 | 250 | 5 | 1 | n.s | 3 |
| S. Tomé e Príncipe | n.s | n.s | n.s | n.s | n.s | n.s | n.s | n.s | n.s |

Fonte: Bernardino (2013); IISS, The Military Balance, 2017. Adaptação da autora (n.s. significa não se sabe).

A análise à tabela da Correlação de Forças das FA dos Estados-Membros da CEEAC mostra a incontestável hegemonia das FAA em relação aos demais Estados-Membros no que se refere à tipologia de armamento. Porém, no que se refere aos efetivos existe uma ligeira vantagem da RDC em relação à República de Angola.

Tendo como referência a África Central, Angola tem, a norte, a província de Cabinda, que faz fronteira com países imediatos como a RDC e a República do Congo. Neste triângulo convergem interesses em águas territoriais, devido à existência de grandes reservas de petróleo *offshore*, o que constitui um dos pontos de turbulência geopolítica, com a delimitação a ser reclamada pelos Estados fronteiriços. A geopolítica de Angola nesta região é de apaziguamento, para neutralizar possíveis ameaças que venham destes territórios e direcionada para a resolução de conflitos que, sendo inicialmente de caráter interno, acabam por se tornar regionais devido às questões interétnicas, fronteiriças ou de luta pelos recursos que envolvem países vizinhos. De resto, as ações levadas a cabo nesta zona têm permitido a Angola, com sucesso, injetar poder no *heartland* do Sul para se afirmar. Esta afirmação envolve, necessariamente, investimento em

setores internos e que contribuem para cimentar a projeção de poder, elemento fulcral no posicionamento externo de um Estado para ser reconhecido no âmbito da sua afirmação (Pegado, 2014, p. 174).

Este panorama justifica os gastos elevados de Angola em matéria de defesa e segurança em relação aos demais Estados-Membros da CEEAC, ilustrados pela tabela 3:

Tabela 3 – Gastos de Defesa dos Estados-Membros da CEEAC

| Estados-Membros | Gastos de Defesa Atuais USS m | | | Gastos de Defesa % of GDP | | |
|--------------------|----------------------------------|-------|-------|------------------------------|------|------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2014 | 2015 | 2016 |
| Angola | 6,846/ | 4,441 | 2,778 | 5.40 | 4.31 | 3.02 |
| Burundi | 62 | 64 | 61 | 2.12 | 2.22 | 2.24 |
| Camarões | 402 | 354 | 393 | 1.25 | 1.24 | 1.27 |
| Chade | 273 | 170 | 269 | 1.95 | 1.56 | 2.58 |
| Congo | 706 | 590 | 565 | 5.21 | 6.67 | 6.40 |
| Gabão | 196 | 197 | 204 | 0.71 | 0.65 | 0.65 |
| G. Equatorial | n.s | n.s | n.s | n.s | n.s | n.s |
| RCA | 40 | 27 | n.s | 3.03 | 1.69 | n.s |
| R.D.C | 461 | 738 | 875 | 1.28 | 1.92 | 2.20 |
| S. Tomé e Príncipe | n.s | n.s | n.s | n.s | n.s | n.s |

Fonte: IISS, The Military Balance, 2017; MINFIN, 2015 (n.s. significa não se sabe).

A aposta de Angola na CEEAC resulta ainda do facto de o país possuir uma Marinha de Guerra que não dispõe de meios e recursos navais suficientes para assegurar o controlo efetivo da sua zona territorial e ZEE, pois a natureza da guerra civil angolana possibilitou-lhe apenas desenvolver os ramos militares do exército e da aviação das Forças Armadas. Só agora é que as autoridades angolanas estão a ponderar o desenvolvimento da Marinha de Guerra face aos problemas na região do GG, em particular, perante o incremento da pirataria nas rotas marítimas, na foz dos rios que desaguam no Golfo, em função do sequestro de um navio-tanque contratado pela Sonangol, o M/T Kerala, carregado de crude, em janeiro de 2014. Neste quadro, importa salientar a relevância da FOMAC para a segurança, principalmente, marítima e aérea de Angola no contexto da sua estratégia e segurança marítima e económica na região do GG, em particular, e na região central de África, em geral, sendo que nesta área se reveste de capital importância para a segurança político-militar de África, a influência de Angola na resolução

dos conflitos na área dos Grandes Lagos. Daí a importância em que se reveste a presença fundamental de Angola na FOMAC para a defesa das suas rotas marítimas, bem como para colmatar esta fragilidade da MGA (Almeida & Bernardino, s.d, pp. 49 - 50).

Não obstante estes esforços, importa salientar que há ainda muito por fazer para que se atinja um nível significativo de integração regional na África Central: a adoção de políticas efetivas para a reconciliação entre os países, que se configura como um dos maiores desafios para a integração regional em África; a existência de Estados frágeis, os países encravados que constituem um obstáculo à integração regional na África Central; a melhoria das infra-estruturas básicas, de modo a implementar uma melhoria nas interconexões das redes de transporte nacionais entre os países da África Central, elevando os padrões de consumo de eletricidade *per capita*, bem como a melhoria do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Estes são os principais desafios que a região deve responder para promover a emergência de um sector privado dinâmico e competitivo (CEEAC, s.d.).

Assim, a inserção de Angola em organizações regionais na vertente de defesa e segurança, em que as FAA se constituem como agentes da ação estratégica do Estado e valorizando-as no contexto das ORA, permite que Angola participe na definição das prioridades regionais, possibilitando que as FAA sejam mais profissionais, mais interventivas e operacionais no contexto regional subsariano, constituindo-se num instrumento da política externa do Estado angolano como formadores de outras forças, como membros de missões de *Peacekeeping* ou até mesmo incluídas em contingentes conjuntos para a resolução de conflitos, contribuindo para a afirmação de Angola no quadro da UA, da SADC e da CEEAC e na região subsariana e em África (Rosa, 2010).

Neste contexto, a diplomacia, como alternativa à guerra, é instrumento da ação externa angolana. Por esta razão, acaba por estar como as Forças Armadas, na primeira linha da defesa das suas prioridades de segurança, de política e de economia, e de afirmação da sua influência nos países com os quais tem laços históricos e culturais. A SADC e a CEEAC são as experiências de integração mais importantes da política externa angolana e abriram novas perspectivas de adesão a outras ORA. Uma das principais pautas e estratégias da política externa angolana é a preservação da paz, fundamentalmente para garantir a tranquilidade das suas próprias fronteiras, depois de amadurecida pela experiência amarga vivida durante a guerra civil, consciente dos prejuízos que as guerras provocam. A determinação de Angola em definir-se como membro da SADC e da CEEAC, respetivamente, acaba por levar à sua participação em todas as instâncias destas comunidades sub-regionais (José, 2011, pp. 162 -163).

Em suma, aposta de Angola nas ORA, enquanto atores responsáveis por impulsionar o desenvolvimento dos Estados-Membros e pela prevenção das ameaças a nível regional e continental, constitui para Angola uma excelente oportunidade de estar sempre pronta para dar resposta cabal às eventuais ameaças que podem surgir dos seus Estados vizinhos, numa altura em que o Estado angolano acolhe mais de 20.000 refugiados congolese, em virtude da onda de violência naquela região (ACNUR, 2017; África 21, 2017). Relembre-se que a guerra civil angolana ganhou uma dimensão internacional, fruto da presença de forças sul-africanas e zairenses (congolese) no território angolano. Assim, os exercícios militares conjuntos e combinados no quadro da SADC e a CEEAC oferecem as oportunidades para as suas FAA e a Polícia Nacional (PN) se afirmarem político e estrategicamente e desenvolverem as suas capacidades de modo a tornarem-se mais eficazes e ativas no contexto interno e regional. Pois, como referiu Matias (2008, p. 2), “não há política externa credível sem apoio das Forças Armadas. E quanto maior for a credibilidade das Forças Armadas, em termos de equipamento e de treino, melhor será a política externa”.

Para concluir importa sublinhar que este capítulo demonstra que na visão do Estado angolano o desenvolvimento só é possível num ambiente de paz e de estabilidade. É nesta vertente muito importante da manutenção da paz que tem levado o Estado angolano a investir muito na diplomacia, pois, por princípio, a diplomacia pressupõe a concertação de interesses, de modo a alcançar a paz entre os Estados (Mendes, 2017, pp. 154 - 155).

CAPÍTULO 3 - A COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ NO QUADRO DE INTERESSES GEOESTRATÉGICOS DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA

No decurso deste capítulo procura-se evidenciar o papel que a CGG desempenha ao nível do aumento da influência de Angola no domínio regional, de modo a ser reconhecido como um ator relevante na dinâmica continental. Tendo em conta que Angola é membro de pleno direito da SADC e também da CEEAC, o facto de ser um dos grandes impulsionadores da criação e albergar a sede da CGG, traduz de forma concreta a pretensão de Angola de prevenir-se contra as ameaças à sua segurança interna e granjear um certo prestígio a nível regional. Com efeito, as ações de Angola no quadro dos seus interesses geoestratégicos resultam da intenção de tornar a região numa “Zona de Paz e Segurança”.

3.1. A Importância Geoestratégica da Comissão do Golfo da Guiné na Construção da Afirmação Regional de Angola

Regista a história que os portugueses foram os primeiros europeus a chegar à região, no século XVII, mas o domínio maioritário sobre o Golfo seria dos holandeses, ingleses e franceses. Por quase quatro séculos, a principal atividade económica foi o tráfico de escravos que, de acordo com os historiadores, o GG forneceu a maior parte para as plantações das Américas (Beny, 2007, p. 94). Atualmente, o facto de o petróleo assumir a mais importante origem de energia levou consequentemente os países que dispõem de jazidas com volumes significativos a assumirem maior influência nos assuntos internacionais, em grande parte dos casos, atribuído principalmente, se não excessivamente, a esse fator. De facto, a emergência do petróleo como matéria-prima indispensável introduziu uma considerável mudança no poder relativo das nações politicamente líderes.

A ex-União Soviética tinha-se tornado mais poderosa desde que passou a ser auto-suficiente nessa matéria. Em contrapartida, o Japão ficou consideravelmente mais fraco quando atingiu o esgotamento das suas jazidas de petróleo (Rodrigues, 2000, p. 123). No caso particular da África Subsariana, Angola, entre 2005 – 2007, registou um dos maiores crescimentos económico do mundo, atingindo um crescimento de mais de 20%, como resultado do aumento do preço do barril do petróleo, o que permitiu mais engajamento do país na arena política internacional.

Com base nesta visão, atualmente, os recursos energéticos estratégicos têm ganhado uma maior proeminência no contexto geoestratégico internacional, devido ao facto do petróleo e do gás natural desempenharem um papel relevante no quadro da balança energética global. Dito de outra forma, sem o petróleo, nada funciona na civilização industrial com a sua configuração atual. A sua utilização, tendo em conta a limitada disponibilidade destes recursos, está a criar novas dinâmicas nas Relações Internacionais e conduzindo a uma reavaliação das estratégias energéticas tanto nos países produtores, como nos países consumidores muito específica nas dinâmicas político-estratégicas em África (Bernardino, 2013, p. 540; Kunstler, 2006, p. 89).

É neste contexto que surge surgir a CGG, cujo tratado foi assinado em Libreville, República Gabonesa, em 3 de julho de 2001, constituindo-se numa ferramenta institucional permanente de cooperação destes Estados ribeirinhos do GG, assente no diálogo e concertação, baseados nos laços de amizade, solidariedade e fraternidade que os unem. Entre os vários objetivos a que se propôs com vista à defesa dos seus interesses comuns, aborda a necessidade de criar as condições de confiança mútua, paz e segurança propícia ao desenvolvimento harmonioso, bem como a complementaridade de interesses dos Estados-Membros, no intuito de promover a concertação estreita na exploração dos recursos naturais do Golfo, com vista a assegurar

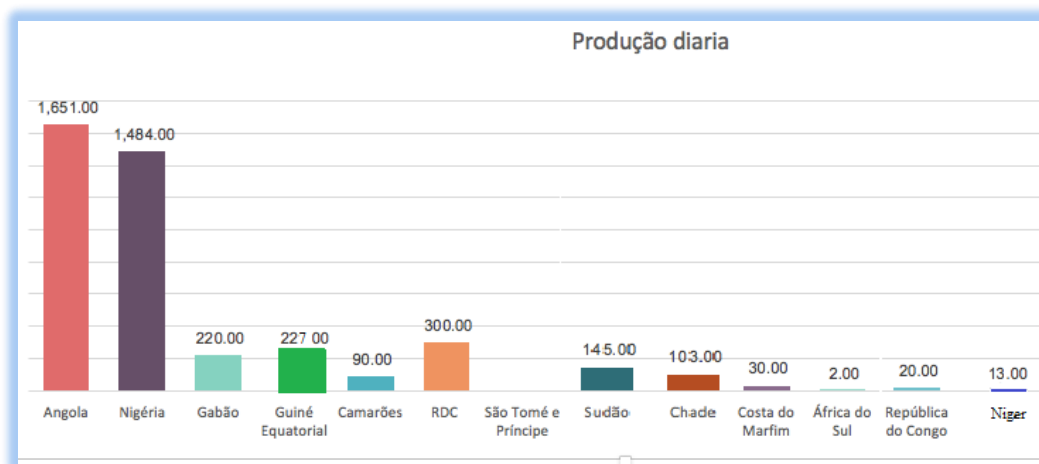
o desenvolvimento económico dos seus Estados-Membros e o bem-estar dos seus povos (Almeida & Bernardino, 2013; CGG, 2001, art.º 3º; Veríssimo, 2015; Veríssimo, 2017).

Pelo facto da segurança marítima constituir uma das principais vulnerabilidades da região, devido à fraca força das marinhas de guerra dos países da região, e dos africanos de uma maneira geral, os chefes de Estado e de Governo presentes e signatários incrementaram, consensualmente, uma ideia conducente de desenvolver uma cooperação estratégica para a segurança regional, com especial destaque, na vertente marítima (CGG, s.d; Almeida & Bernardino, 2013; Almeida, 2014, p. 10). Dito isto, conclui-se que a CGG foi criada no sentido de fazer face à questão da segurança da região, de o mar comum (uma vez que o patrulhamento marítimo implica um preço muito alto quer a nível logístico, bem como financeiro), da exploração do petróleo, bem como da negociação da exploração de forma comum, contemplando ainda a questão do ambiente (Veríssimo, 2015). Daí a razão pela qual Veríssimo (2016, p. 106) salientar que a CGG foi criada com base na intenção de obtenção, pelos seus membros, de benefícios económicos resultantes da participação num esquema de integração regional.

A importância da região viu-se realçada pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, acrescida da atual instabilidade no Médio Oriente, que gera incertezas em relação à exploração dos recursos energéticos daquela região, o que pressionou os EUA a buscar fontes mais seguras de abastecimento de petróleo, fazendo com que qualquer jazida petrolífera, ainda que secundária, se torne mais importante do que no passado. Neste contexto, enquadra-se a súbita importância estratégica que granjeou a região do GG, essencialmente em função do petróleo, com uma reserva estimada de 44 mil milhões de barris de petróleo e 5 bilhões de metros cúbicos de gás, sendo atualmente a primeira região petrolífera da África Subsariana com a presença dos principais países produtores do continente: Angola, Guiné Equatorial e Nigéria constituem um eixo estratégico importante, no quadro da nova geopolítica do petróleo da África Subsariana.

Só a Nigéria, Angola e a Guiné Equatorial, produzem por si próprias cerca de 5 milhões de barris dos 9 milhões, produzidos quotidianamente na África Subsariana, ilustrados no gráfico 1 abaixo apresentado, o que levou obviamente à criação da “*Comissão do Golfo da Guiné*” como uma organização que interligasse estas dinâmicas e estes interesses relativos à prospeção e exploração de hidrocarbonetos que é a principal atividade económica dos seus Estados-Membros (Penha, 2011, p. 211; Barros, 2014, p. 5; Beny, 2007, p. 110; Bernardino & Almeida, 2013).

**Gráfico 1 - Produção Petrolífera dos Estados da África Subsariana
(milhões barris/dia)**



Fonte: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/crude-oil-production?continent=africa>. Acesso em: 14.06.2017.

Esta importância é ilustrada por inúmeros autores. Segundo Eli Alves Penha (2011, p. 211) “suscitou um novo despertar para a África no sentido de uma nova corrida desenfreada, por parte das potências mundiais, para explorar esses recursos”. Para Eduardo Beny (2007) esta região é “Outro Grande Jogo”. Fazendo recurso ao conceito de poder funcional de Adriano Moreira, Veríssimo (2013, p. 161) defende que a região ganhou “poder funcional”. Tal justifica a presença na região da China, do Japão, da Rússia, da Índia, da Austrália ou de agrupamentos regionais, como a UE e o MERCOSUL.

No mesmo quadro estratégico, os EUA, no ano 2002, declararam a região do GG como “zona de interesse vital” e no ano 2008 instituíram o seu Comando Militar para África – AFRI-COM – para assegurar os interesses americanos e modelar o comportamento, a vontade e a capacidade de outras nações amigas e adversárias, para além de proteger o acesso aos hidrocarbonetos e outros recursos estratégicos que África possui em abundância, uma tarefa que inclui garantir contra a vulnerabilidade de tais recursos naturais e garantir que nenhuma outra terceira parte, como a China, a Índia, o Japão ou a Rússia obtenha o monopólio ou atenção preferencial (Veríssimo, 2013, p. 161). Afinal a região do GG em 2011 forneceu 40% do consumo total de petróleo aos 27 países da UE e 29% aos EUA (Chatham House, 2012).

Deste modo, o petróleo produzido no GG assume uma importância estratégica universal pelos seguintes fatores:

1. Corredor estratégico alternativo em relação ao Golfo Pérsico, pois a maior parte das suas reservas localiza-se no *offshore*, sendo, por isso, menos vulneráveis às crises, conflitos e tumultos sociais e possui excelentes características que vão desde a boa qualidade (baixo teor de enxofre), o que torna mais fácil a sua refinação;

2. Encontra-se a cerca de 14000 km mais perto que a região do Médio Oriente da costa norte-americana, atendendo à condição de "mar aberto" do Atlântico Sul, a sua larga via de acesso e de escoamento, apresentando por essa razão condições mais seguras para fazer chegar aos mercados Norte-americano, Sul-americano, Europeu e Asiático, reduzindo assim o custo do transporte do petróleo;

3. Acresce o facto da RGG se situar numa visão de intersecção entre o Atlântico Sul ao Atlântico Norte, ou seja, ninguém sai do Atlântico norte para o sul sem passar por esta região (Beny, 2007, pp. 96-105; Bernardino, 2014, p. 542; Almeida & Bernardino, 2013; Veríssimo, 2015). São estes os fatores que conferem à região uma localização privilegiada, o que poderá servir de argumento significativo para privilegiar e garantir uma acrescida importância político-estratégica da região no mapa energético global.

Face ao exposto, Angola reúne uma série de características que favorecem a atribuição de maior importância ao mar como elemento central para a segurança, defesa e desenvolvimento nacional. Essas vão além da sua extensa ZEE, que corresponde a uma área de 501.050 km² que corresponde a 40% do território angolano total (1.246, 700 km²), vastos recursos energéticos e a dependência das rotas marítimas para escoar a produção nacional (uma vez que mais de 60% das receitas do país advêm da exploração petrolífera no alto mar), abrangendo a necessidade de garantir rotas marítimas seguras e estáveis que contribuam para a necessária diversificação económica. Importa assim destacar a excelente localização dos seus portos à entrada da África Central e Austral, incluindo portos de águas profundas com potencial para receber embarcações de grande dimensão e ligações logísticas de elevada qualidade – como o Corredor de Benguela. Razão pela qual Angola desde muito cedo atribuiu capital relevância à região, passando a constituir uma prioridade da sua política externa (Almeida & Bernardino, 2013, p. 5; José, 2011, p. 251).

Por esta razão, Angola apoiou a iniciativa do então presidente nigeriano Olusegun Obasanjo de liderar e edificar a CGG e colocou à disposição do Secretariado Executivo a sede provisória, as residências e encarregou-se do orçamento do seu funcionamento para o primeiro ano, o que permitiu o seu funcionamento efetivo em 11 de abril de 2007, fazendo com que esteja portanto bem posicionada para desempenhar uma função no desenvolvimento de uma estratégia integrada e completa para a gestão do espaço marítimo regional, em parceria com outros países litorais (bem como com países não litorais) (Almeida & Bernardino, 2013, p. 5; José, 2011, p. 251; Revista Golfo Guiné, 2015; Chatham House, 2012, p. 7). A recente renovação de interesse de Angola pela importância geopolítica do GG como fonte de abastecimento

de petróleo deve-se ao facto da sua produção diária atualmente estar a rondar os 1.400.000 milhões de barris desde 2004, o que levou a redefinir as suas prioridades para a sub-região, passando de assuntos meramente relacionados com as transações petrolíferas para assuntos relacionados ao combate à pirataria marítima, ao tráfico de drogas, ao tráfico de seres humanos e outros (OECD,-2005; SONANGOL, s.d; Carvalho, 2014, p. 51).

De referir ainda que a posição geoestratégica do GG, nomeadamente na sua parte da África Central, ocupa uma posição que põe em contacto com todas as outras sub-regiões africanas, incluindo a região tradicionalmente de influência francesa, onde se situam o Chade, a RCA, o Níger e os Grandes Lagos. Outra região é a comunidade lusófona – Angola, S. Tomé e Príncipe e Guiné – Equatorial (Almeida, 2011, pp. 136-137; Veríssimo, 2016, p. 42). De acordo com Aida Pegado (2014, p. 182) conferiria a Angola “uma posição geoestratégica de elevada importância, onde poderia projetar o seu poder na África Ocidental”, ou seja, na CEDEAO.

Considerando que Angola é o segundo produtor de petróleo da África Subsariana, a seguir à Nigéria; considerando, por outro lado, que o objetivo desta organização é reforçar as relações de cooperação, promoção do progresso e do desenvolvimento económico e social da sub-região; considerando por outro lado que Angola é um ator relevante na África Austral e Central e considerando ainda que a instalação da Sede da CGG é na República de Angola, tudo isto confere ao país um elevado grau de responsabilidade e reforço do seu prestígio na arena internacional (Resolução nº 3, 2014). É com base nesta visão que Angola tem atribuído capital importância a esta região, que por ser muito rica em hidrocarbonetos poderá transformar-se numa região conflituosa, caso os Estados-Membros da mesma não desenvolvam mecanismos eficazes de defesa e segurança. Importa perceber qual é o contributo de Angola para o desenvolvimento destes mecanismos.

3.2. Os Contributos de Angola na Pacificação da Sub-Região

Apesar de todas as potencialidades geoestratégicas e geopolíticas que a RGG apresenta, o facto é que embora muito assimétricos entre si, os países da região apresentam características comuns que hoje os aproximam: a pobreza da grande maioria da sua população, as desigualdades na distribuição da riqueza, doenças endémicas, economias débeis e ineficientes, poucos quadros qualificados, uma esperança de vida muito baixa e altíssimas taxas de desemprego, que são responsáveis por grande número de problemas e, ao mesmo tempo, criam uma grande apetência para a ilegalidade que afeta diretamente os índices de criminalidade regional.

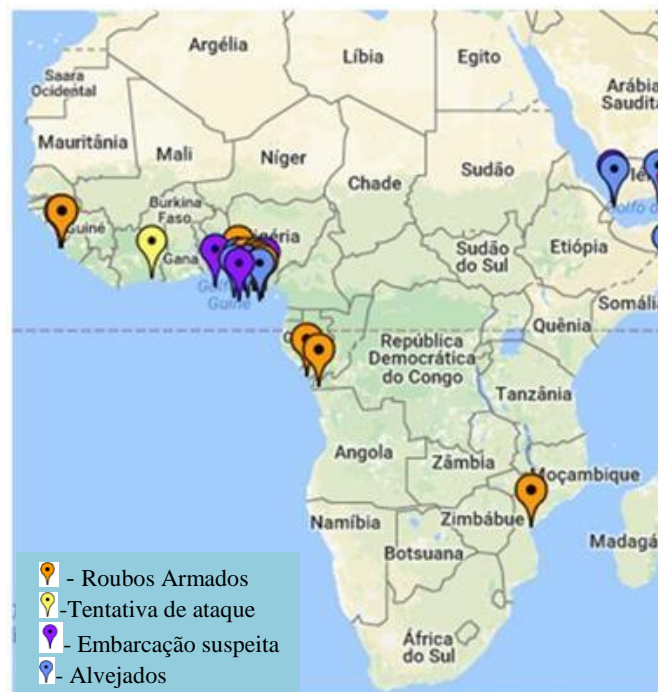
Tudo isto associado à má governação, espelhada nas débeis políticas públicas dos governos em reduzir a pobreza e proporcionar oportunidades e qualidade de vida às populações, que são responsáveis por grande número de problemas que afetam não apenas os Estados costeiros que compõem a região, mas também à economia global, com particular destaque para a criminalidade organizada de natureza transnacional, como a pirataria, o narcotráfico e a pesca ilegal. Aliado a este estado de coisas, como anteriormente referido, não podemos esquecer que a situação ainda ganha contornos mais graves quando se considera o facto de os Estados que compõem a orla marítima do Atlântico Sul terem fraca capacidade de projeção da sua soberania nos respetivos territórios marítimos, de delimitação eficiente de fronteiras marítimas, bem como de exploração dos recursos naturais essenciais ao seu desenvolvimento nomeadamente o petróleo e o gás natural (Barros, 2014, p. 8; C.E.E.A, 2006, p. 102; Santos, 2016).

Com o fim da guerra-fria um novo cenário se vislumbra, possivelmente, a causa principal das grandes alterações que se começam a verificar na maioria desses países, a que acresce a vontade dos africanos e a sua necessidade de se afirmarem, com fórmulas ou receitas, umas importadas mas outras próprias, para poderem inserir-se num mundo cada vez mais globalizado. É por esta razão que o GG vive hoje, fruto de problemas ligados à segurança e ao petróleo noutras partes do Mundo, um momento de particular importância. Um momento que lhe poderá fornecer os meios e a oportunidade de sair, a bem, duma situação dramática que há muito se arrasta e que tem mantido os seus povos numa situação degradante e sem grandes esperanças (C.E.E.A, 2006, p. 102, 125).

Dado o carácter transnacional das ameaças e a crescente importância da sub-região, dá-se origem a uma complementaridade de interesses com outros Estados que compõem a região. Por esta razão, Angola tem uma natural inclinação e interesse em participar ativamente na região, no sentido de contribuir para uma maior e melhor segurança e defesa. Para o efeito, tem procurado reforçar os seus mecanismos de vigilância e monitorização, bem como a defesa das suas linhas de comunicação do comércio marítimo (Santos, 2016).

No cômputo geral, todo o potencial de desenvolvimento que a sub-região encerra está ameaçado pelos crimes cometidos no espaço marítimo, incluindo a pirataria e os assaltos à mão armada cometidos no mar, o tráfico de pessoas e mercadorias ilícitas, a pesca ilegal, o abastecimento ilícito de petróleo e a descarga de resíduos tóxicos. Daí que a magnitude e a grande escala destes desafios significam que os esforços nacionais serão provavelmente ineficazes, sendo essencial uma abordagem regional (Chatham House, 2012, p. 9). A figura 4 abaixo, ilustra os principais problemas que afetam os Estados da sub-região.

Figura 4 - Pirataria e Assaltos à Mão Armada



Fonte: [https://icc-ccs.org/piracy-repo](https://icc-ccs.org/piracy-reporting-centre/live-piracy-map)
rting-centre/live-piracy-map. Acesso em: 10.06.2017.

A figura 4 ilustra os principais problemas que afetam os Estados-Membros do GG, designadamente os incidentes de pirataria e assalto à mão armada, reportados aos Serviços de Crime Comercial (CCS), que é a divisão anticrime da Câmara de Comércio Internacional (ICC), durante o ano 2016. De acordo com o mapa, a Nigéria é o Estado que mais casos regista, sendo, no entanto, o Estado para onde são direcionados quase a totalidade desses esforços. Importa referir, que as dificuldades dos Estados da sub-região em responderem de forma cabal às ameaças marítimas, que por sinal não afeta apenas a sua segurança e o seu desenvolvimento económico, mas representa também uma ameaça para a navegação internacional, implica a necessidade de conjugação de esforços entre os atores nacionais e internacionais.

Pelo facto do esforço de criação da CGG advir da tomada de consciência de que os conjuntos regionais e sub-regionais constituem os elos essenciais para uma África integrada e solidária (José, 2011, p. 251), a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nº 2039/2012, incumbe a responsabilidade primária do combate à pirataria e aos assaltos à mão armada no mar do GG aos Estados da respetiva região. Neste prisma, exorta os mesmos através da CEEAC, da CEDEAO e da CGG a trabalharem no sentido da convocação de uma Cimeira conjunta dos Estados do GG, de modo a desenvolverem uma estratégia regional anti-pirataria, em cooperação com a UA, o que permitiria adotar medidas eficazes e práticas a nível regional

e global destinadas a combater a pirataria e os assaltos à mão armada no mar do GG (Conselho de Segurança da ONU, 2012, p. 3).

Neste contexto, das iniciativas já tomadas pelos Estados da região e pelas organizações regionais, a colaboração mais avançada teve lugar a nível da CEEAC, que através da estratégia adotada pelo Conselho de Paz e Segurança estabeleceu, em 2009, o Centro Regional para a Segurança Marítima na África Central (CRESMAC), com sede em Pointe-Noire, Congo. O CRESMAC tem a tarefa de reforçar a capacidade dos militares e civis dos Estados-Membros, bem como assegurar o reforço a nível estratégico e o controlo do espaço marítimo da CEEAC e dos Estados do GG. Tendo em vista o alcance dos objetivos preconizados, divide a área do espaço marítimo da CEEAC contíguo ao GG em duas zonas: a zona A que compreende Angola, Congo e RDC e a zona D que compreende Camarões, Gabão, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.

Para o efeito, para cada zona torna-se crucial a partilha de informação, a gestão e a vigilância conjunta do seu espaço marítimo. É precisamente neste quadro que a CEEAC se reveste de capital importância na arquitetura de segurança marítima comum, para combater a pirataria na sub-região da África Central e em África de modo geral. Deste modo, salientam-se os esforços nacionais e regionais para proteger áreas costeiras do GG e a condução de operações navais, incluindo patrulhas conjuntas realizadas pela República Federal da Nigéria e a República do Benim ao largo da costa de Benim (CRESMAC, s.d.; Chatham House, 2012).

Ainda no âmbito dos esforços regionais, importa mencionar uma das mais importantes contribuições de Angola, que por iniciativa própria e na qualidade de Estado-Membro e então presidente em exercício da CGG, em parceria com o Secretariado Executivo da respetiva Comissão, convocou e realizou de 27 a 29 de novembro de 2012, em Luanda, a conferência internacional sobre “A Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné”, sob o lema “*Sem paz e segurança não há desenvolvimento*”, reforçando a necessidade de se constituir um mecanismo gerador de paz e segurança na região. Como resultado da mesma, foi assinada a “Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança” e decidido transformar a região do GG em “Zona de Paz e Segurança” (Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné, 2012). Importa salientar que esta declaração resulta da iniciativa tomada para ajudar a resolver as questões de pirataria e assalto à mão armada na região do GG, definidas pela Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nº 2039/2012 (S/RES/2039, 2012, p. 3), que exortava os Estados afetados pela pirataria na região a convocar uma cimeira em 2012 para desenvolver uma estratégia anti-pirataria, que de facto foi realizada nesta data em Luanda.

De igual modo, a aprovação da “Declaração de Yaoundé” na Cimeira conjunta dos Chefes de Estado e Governo da CEDEAO, da CEEAC e da CGG sobre a segurança no espaço marítimo comum, realizada entre os dias 24 e 25 de junho de 2013, na República dos Camarões, constitui uma ferramenta que engendra a cooperação dos Estados da África Central e Ocidental no que se refere à proteção e segurança das atividades no espaço marítimo comum, através da implementação de um código de conduta transitório com vista a facilitar a adoção de um acordo multilateral vinculativo visando erradicar as atividades ilícitas ao longo das costas da África Central e da África Ocidental (Declaração de Yaoundé, 2013; Veríssimo, 2013, pp. 163-164).

No âmbito global, importa frisar a contribuição dos EUA, através do exercício marítimo *Obangame Express*, no âmbito do AFRICOM, que tem permitido melhorar a cooperação entre as nações e aumentar a segurança e a segurança marítima no GG (Almeida, 2011, p.137; AFRICOM, s.d). De referir também a contribuição da UE, que através do seu projeto *The Critical Maritime Routes in the Gulf of Guinea Programme* (CRIMGO), anunciado em janeiro de 2013, tem ajudado os países do GG (os governos da África Ocidental e Central) a melhorar a segurança das suas principais rotas marítimas, através de treinos para a guarda costeira, de modo a estabelecerem uma rede de partilha de informações entre países e agências de toda a região (UE, s.d).

Portanto, essa abordagem resulta do conjunto de apoio aos esforços nacionais e regionais visando ajudar os Estados da sub-região a criar um mecanismo multinacional e transregional cobrindo toda a região do Golfo, do ponto de vista geográfico e que muito tem permitido reduzir as ameaças na região. Todavia, implica uma dependência cada vez mais crescente dos Estados costeiros perante a ajuda disponibilizada pelos EUA e UE, no que respeita à segurança marítima. Desse modo, a manutenção dessa dependência assume-se como um desafio e risco para Angola e os outros Estados costeiros do Atlântico Sul, nomeadamente quando considerado que contribui para o aprofundamento, já em curso, do interesse e influência de grandes potências mundiais, como os EUA, China, Índia, Brasil e países europeus, no domínio económico, político, diplomático e militar na região (Jornal de Angola, 2012; Santos, 2016).

É precisamente essa convergência que levou Angola a aderir e a participar ativamente em organizações regionais multilaterais, tal como a SADC, CEEAC e a CGG (Santos, 2016), como uma aposta estratégica e pelo facto de o mar pela sua importância acrescida potenciar a visibilidade e prestígio na cena internacional, o que permitiria projetar o papel de Angola na segurança de uma geografia marítima marcada pela participação de vários atores internacionais.

Baseado nisto, desde 2002, fruto do despertar da consciência marítima dos angolanos, tem levado a que o Estado cada vez mais reconheça a urgência em manter a sua presença no mar de forma coordenada, com vista a minimizar recursos financeiros e promover o controlo eficaz dos espaços marítimos, em nome da mitigação das várias ameaças no mar (Cunha, 2008, p. 22; Ginga, 2014, p. 202).

Neste domínio, o despertar da consciência marítima do Estado angolano remete para a transformação, a redefinição e o reequipamento do aparelho militar das suas Forças Armadas em geral, e da Marinha de Guerra num contexto mais específico, dentro do quadro das Reformas do Setor de Segurança (RSS) e das Reformas do Setor Defesa (RSD) (Ginga, 2014, p. 157), uma vez que devido às questões conjunturais, tais como a guerra que permitiu apenas desenvolver os ramos terrestre e aéreo das FAA em detrimento da MGA, aliada às dificuldades financeiras do país, restringiu a visão do Estado em relação ao mar e às políticas conjunturais, permitindo a atuação descoordenada dos organismos, uma vez que até ao momento o controlo do espaço marítimo é feito não somente pela MGA, mas pelos ministérios das Pescas-MINPES-CAS; dos Transportes-MINTRANS e do Interior-MININT, pois detêm a maioria dos meios usados para o controlo do espaço marítimo angolano (Cunha, 2008, p. 32).

Com o descrito, está em curso o “Programa de Reequipamento da MGA” e a criação do “Sistema Nacional de Vigilância Marítima”, no quadro da RSS e da RSD (Cunha, 2008, p. 33). Relativamente ao reequipamento da MGA, o Estado angolano através do Despacho Presidencial nº 258/2016, autorizou o fornecimento e assistência técnica de 17 embarcações de patrulha à empresa *Prinvinvest Shipbuilding Investments LLC*, no montante total equivalente em kwanzas a € 495.000.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco e milhões de Euros) (República de Angola, 2016), no intuito de garantir recursos humanos preparados, linhas de apoio e manutenção consistentes, quer em termos de fiscalização da vasta costa marítima como em termos de uma presença naval ininterrupta, no apoio das atividades económicas no Mar.

Verifica-se assim que a adesão e participação de Angola no GG é marcada pela promoção e a implementação de esforços nacionais e regionais que visam garantir a segurança nas zonas costeiras do GG e a condução de operações navais, incluindo patrulhas conjuntas, sem recurso à violência em larga escala (por outras palavras, sem recurso à guerra), face às diversas ameaças que afetam os Estados participantes nesta integração (Braillard, 1990, pp. 190-191). Como defende Gilberto Veríssimo (2016, p. 348), Angola tem procurado eliminar ou reduzir significativamente as vulnerabilidades que atualmente a impedem de ocupar um papel central no quadro do objetivo nacional fixado pelo Estado de transformar o GG numa “Zona de Paz e

Segurança”. Neste contexto, Angola tem procurado promover uma estratégia de segurança marítima no âmbito da cooperação regional, promovendo as parcerias que permitem defender os interesses coletivos, sobretudo os ligados às questões de segurança e defesa, que tendem a estender-se para outras áreas, como a economia e o desenvolvimento científico e tecnológico que para Angola ainda se encontram numa fase muito incipiente (Ginga, 2014, p. 132).

No cômputo geral, é crucial destacar o despertar da consciência marítima dos Estados da sub-região e particularmente do Estado angolano, bem como o desafio que se impõe ao mesmo no intuito de reequipar, bem como reestruturar a sua Marinha de Guerra, de modo a responder de forma cabal às ameaças que se impõem ao seu domínio marítimo e dos Estados da região respetivamente. É igualmente importante destacar o estabelecimento de relações comerciais entre Angola, através da Sociedade de Combustíveis de Angola (SONANGOL) com os Estados da região, quer no âmbito estritamente relacionado ao petróleo, assim como noutros domínios, sobretudo na área da defesa e segurança, pois têm constituído a estratégia para consolidar a presença angolana na região e negociar parcerias comerciais com a União Europeia, no âmbito da SADC, CEEAC e a região do GG, no intuito de assegurar a segurança e a estabilidade política regional, afirmando-se como plataforma de articulação entre estas três ORA (Beny, 2007, p. 21; PND 2013-2017, p. 88).

Por último, é ainda importante sublinhar o papel geoestratégico que a CGG desempenha para a política externa angolana e sobretudo o seu papel preponderante ao nível do aumento da influência de Angola no domínio regional. Neste contexto, se considerarmos as potencialidades de Angola, o seu dinamismo político na SADC e na CEEAC, a localização geoestratégica da sub-região do GG, que permite a comunicação entre a CEEAC, CEDEAO e a SADC, e se consideramos também o papel central atribuído à Nigéria e a Angola, sobretudo este último onde se encontra a sede da Comissão, confirma-se a tese que a CGG contribui de forma significativa para o aumento da afirmação regional de Angola.

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO

No decurso da presente pesquisa, buscámos as informações que considerámos pertinentes relativas ao tema, de modo a analisarmos as razões que estão na base de uma maior aposta da diplomacia angolana nas ORA, e compreendermos a relevância que estas têm na prossecução dos interesses nacionais de Angola. Os resultados a que chegámos, e que são importantes mencionar, são fruto da pesquisa qualitativa a que este estudo teve acesso, e que nos permitiu constatar a validade dos argumentos apresentados.

Em resposta à pergunta de partida da presente pesquisa “*Que influência o fim da guerra civil teve na condução da Diplomacia Angolana no quadro das Organizações Regionais Africanas, especialmente na Comissão do Golfo da Guiné?*” é possível atestar que o fim da guerra civil teve uma influência positiva na condução da diplomacia angolana no quadro das ORA, pois desde o alcance da paz, a diplomacia angolana visa essencialmente a preservação da paz, a consolidação das relações de Angola com as instituições financeiras internacionais e o reforço do posicionamento geoestratégico de Angola na região, o que é facilmente constatado, pois Angola vive hoje um clima de paz efetiva; é um Estado respeitado e credível na SADC, CEEAC e na CGG, ou seja, em África. Ainda é possível constatar que as ações desenvolvidas por Angola neste período tiveram essencialmente como objetivo evitar o retorno à guerra ou ao conflito. É precisamente neste domínio que no período compreendido entre 2014 - 2016, o Estado angolano foi o Estado que mais verba alocou para a defesa e segurança em relação aos demais Estados-Membros da CEEAC.

A dissertação confirma os argumentos apresentados na introdução:

- *A assinatura do Memorando de Luena (4 de abril de 2002) mudou o curso da história política angolana.* Efetivamente o fim da guerra civil angolana mudou o curso da história política angolana, levando um país como Angola, que nunca conhecera momentos duradouros de paz, a conferir hoje uma importância central à preservação da paz e concomitantemente às ORA, enquanto atores responsáveis pela paz e desenvolvimento em África. Neste sentido, a pesquisa corrobora a tese de Maria Raquel Freire e Luís da Vinha (2011, p. 13 citando Neack et al., 1995; Saideman e Ayres, 2007, p. 191) que argumentam que o contexto interno constitui a variável relevante na definição e priorização da agenda de política externa e que é possível projetar interesses e objetivos domésticos para o exterior. No caso particular de Angola, como a dissertação demonstra, o alcance da paz em 2002 é a base de apoio da sua política externa, o

que tem levado o país a contribuir para a resolução dos conflitos internos dos seus Estados vizinhos, no intuito de preservar a sua própria paz.

- O 4 de abril de 2002 levou a diplomacia angolana no quadro das ORA a prosseguir o reforço do seu posicionamento geoestratégico na região. Este argumento confirma-se porque a guerra civil limitou a capacidade de inserção de Angola no contexto regional e por esta razão a política de reforço geoestratégico de Angola, no quadro das ORA, é caracterizada pela presença de organizações potencialmente geradoras de segurança e desenvolvimento em África, designadamente a SADC, a CEEAC e a CGG. De facto, estas têm permitido a salvaguarda das fronteiras angolanas e são as grandes responsáveis pelo reconhecimento que Angola vem granjeando a nível regional, sendo que as ORA oferecem a realização desta dupla intencionalidade, ou seja, permitem a preservação da sua paz e o reforço do seu posicionamento geoestratégico na região. É neste sentido que Angola tem vindo a organizar e a participar em exercícios militares no âmbito das ORA, bem como das missões de paz da UA, o que lhe tem possibilitado tornar as suas FAA mais modernas e eficazes ao atual contexto regional.

A principal conclusão a que chegámos relativamente à contribuição da CGG para o aumento da influência regional de Angola é de que efetivamente a Comissão contribui para a afirmação regional de Angola. Em primeiro lugar, porque tem uma localização geoestratégica que permite a comunicação entre três comunidades económicas regionais (das 7 ORA estabelecidas pela UA), designadamente a SADC, CEEAC e a CEDEAO. Em segundo lugar, o estabelecimento de relações comerciais entre Angola e os Estados da SADC, CEEAC e do GG, permite consolidar a presença angolana na região; em terceiro lugar, como Santos (2016) afirma, para além de um papel central na concertação entre os Estados do GG, a prossecução dos objetivos estabelecidos pelo Tratado da CGG conferiria a Angola um maior prestígio na cena internacional.

Propusemo-nos no início desta pesquisa fazer uma análise SWOT para evidenciar as potencialidades geoestratégicas de Angola, bem como os obstáculos que se impõem à afirmação regional de Angola.

| Análise SWOT | |
|---|---|
| Âmbito Interno | |
| Forças | Fraquezas |
| <p>- Fator Humano * População maioritariamente jovem.</p> <p>- Posição Geográfica privilegiada, através do corredor que liga Angola à África Central e Austral;</p> | <p>- Altas taxas de analfabetismo;</p> <p>- Povo multiétnico;</p> <p>- Forte mão de obra estrangeira;</p> <p>- Território e Zona Económica Exclusiva muito ampla;</p> |

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Excelente localização dos seus Portos; - Abundantes recursos hídricos; - Segundo maior produtor de petróleo de África; <p>- Forma de Governo</p> <p>- Fator militar</p> <ul style="list-style-type: none"> - As FAA possuem ampla experiência de gestão e resolução de conflitos; - As FAA possuem às mais variadas tipologia de armamentos; - A hegemonia das FAA é incontestável ao nível da África Central. | <ul style="list-style-type: none"> - Infra-estruturas pouco desenvolvidas; - Economia fortemente dependente do petróleo e da importação de bens de consumo; - Deficiente abastecimento de água, energia e saneamento básico. <ul style="list-style-type: none"> - Desigualdade social; - Alto índice de desemprego; <ul style="list-style-type: none"> - Marinha de Guerra pouco desenvolvida. |
| Âmbito Externo | |
| Oportunidades | Ameaças |
| <ul style="list-style-type: none"> - Polo de atração para o investimento direto estrangeiro; - Parceiro estratégico na exploração de hidrocarbonetos; <p>- Instituições políticas mais fortes.</p> <p>- Reconhecimento como ator relevante na manutenção da Paz e Segurança no GG;</p> <p>- Desenvolvimento da Marinha de Guerra Angolana;</p> <p>- Rotas marítimas seguras e estáveis.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Polo de atração para os imigrantes; - Está sujeito às ameaças e riscos que afetam os Estado GG; - Volatilidade do preço do barril do petróleo; - Desenvolvimento de alguns setores em detrimento de outros; - Imposição dos interesses dos seus parceiros comerciais; <p>- Meios navais insuficientes para as patrulhas conjuntas.</p> |

Fonte: Autora com base nas fontes já citadas.

A análise SWOT acima apresentada é o resultado da análise e compilação das fontes anteriormente consultadas e referenciadas, tais como a Revista Golfo da Guiné (2015); a obra Geopolítica de Petróleo: Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné (2007), de Eduardo Beny; o Relatório da conferência de Angola Forum a bordo do *HMS Dauntless*, realizada pela Chatham House em 2012; Geopolítica do Golfo da Guiné: A Posição Estratégica de Angola (2016), de Gilberto Veríssimo, entre outras. A análise em alusão permite uma apreciação clara das forças e fraquezas de Angola face ao ambiente interno e das suas oportunidades e ameaças face ao ambiente externo, bem como constatar a existência de alguns fatores que *Alfred Mahan* define como cruciais para construir o poder dos Estados e a sua prosperidade. Para este autor, a capacidade de alcançar o estatuto de potência estava dependente da posição geográfica dos Estados, da sua configuração territorial, da sua extensão, da sua população, do seu carácter nacional e forma de governo (Mahan, citado por Dougherty & Pfaltzgraff, 2003, p. 205). Assim, far-se-á de seguida a análise destes fatores de acordo com os elementos da análise SWOT acima apresentada, designadamente:

▪ **Fator Humano** – Angola tem uma população maioritariamente jovem que nos próximos anos poderá elevar a sua força de trabalho e consequentemente reduzir a forte mão de obra estrangeira existente no país. Por outro lado, a taxa elevada de analfabetismo poderá pôr em causa o aumento da sua força de trabalho. Acresce o facto de Angola ser um Estado multiétnico e esta diversidade étnica poderá constituir-se num fator de instabilidade interna à semelhança do que acontece na RDC e na Nigéria. Importa ainda referir que, no âmbito externo, Angola encontra a oportunidade de atrair o investimento direto estrangeiro de que tanto necessita para melhorar a qualidade de vida da sua população. Por outro lado, a imigração crescente no país, poderá pôr em causa a sua coesão interna.

▪ **Posição Geográfica** – Angola tem uma posição geográfica privilegiada através do corredor do Lobito que liga Angola à África Central e Austral. Destaca-se ainda a excelente localização dos seus portos, abundantes recursos hídricos e o facto de ser o segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana, que se afiguram como potencialidades para a sua afirmação regional. Por outro lado, a sua extensa ZEE, e a sua economia excessivamente dependente do petróleo, constitui uma debilidade extrema com um duplo sentido, ou seja, Angola depende de um único produto estratégico para a sua sobrevivência e tem de importar os principais produtos de consumo, o que constituem uma grande fragilidade se considerarmos que Angola pretende assumir uma continuidade de Estado de referência no continente e na sub-região do GG. Acresce o fraco desenvolvimento das suas infraestruturas ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, que se constituem como as suas principais fraquezas.

Refira-se neste sentido que apenas recentemente Angola tem procurado solucionar estas questões, apostando firmemente em infra-estruturas de grande envergadura, designadamente: a barragem de Laúca, a maior construção do género em todo o continente africano; o novo aeroporto de Luanda, que terá a capacidade para albergar aviões de grande porte; a construção de centralidades e a modernização dos seus caminhos-de-ferro, o que permitiria aumentar as suas trocas comerciais com os países limítrofes, principalmente com os países encravados da região, reduzindo a dependência excessiva do petróleo.

Forma de Governo – desde o alcance da paz em 2002 Angola vive um clima de estabilidade política efetiva, tendo realizado três atos eleitorais, em 2008, 2012 e 2017. A estabilidade política que o país hoje vive poderá servir para incrementar as suas relações bilaterais com os países da região, o que a tornaria mais atrativa para o investimento direto estrangeiro. Por outro lado, a assimetria social que caracteriza o país e a existência de alto índice de desemprego,

afigura-se como um enorme desafio para o Estado angolano, levando-o a redirecionar as suas políticas públicas na melhoria da qualidade de vida da sua população.

▪ **Fator Militar** – as Forças Armadas Angolanas possuem uma ampla experiência de gestão e resolução de conflitos, como resultado do longo período de conflito em que Angola se viu envolvida. Acresce o facto de Angola ter conseguido criar um exército nacional único após o conflito, integrando militares da UNITA nas Forças Armadas, integrar a província de Cabinda, no governo e na diplomacia do país, contribuindo assim para diminuir futuras divergências internas, e por outro lado, constitui uma referência para os Estados vizinhos, que vêem esta situação como uma condição de aceitabilidade de Angola como um pivô na manutenção da paz e segurança na região, particularmente na RGG.

Do ponto de vista externo, é importante referir o fraco desenvolvimento da MGA, o que torna o seu mar suscetível ao aumento de ameaças que afetam alguns Estados da sub-região do GG e, consequentemente, os esforços regionais complementares no sentido de aumentar a segurança do mar da região permitem que Angola possa neutralizar tais ameaças. Daqui se refira a necessidade do Estado angolano reestruturar e reequipar a sua Marinha de Guerra, de modo a fazer face às ameaças marítimas e afirmar-se como um Estado que ocupa uma posição geoestratégica nesta sub-região de África.

A análise SWOT evidencia estes elementos como potenciadores da afirmação de Angola na sub-região do GG.

É ainda importante referir que os obstáculos que se colocam à afirmação de Angola na CGG devem-se maioritariamente à instabilidade política que afeta grande parte dos Estados do continente e ao fraco desenvolvimento das marinhas de guerra africanas, particularmente a MGA, o que condiciona a realização do objetivo a que se propôs de transformar o GG numa “Zona de Paz e Segurança”. Percebe-se assim que o recurso à diplomacia, nomeadamente aplicada à CGG, visa essencialmente colmatar a fragilidade relativa ao fraco investimento na MGA. Por este facto, Angola tem apostado na cooperação regional através dos esforços regionais, nomeadamente, busca e salvamento, exercícios militares, partilha de informação, vigilância e patrulhamento conjunto. Reiteramos a importância da aposta na diplomacia enquanto instrumento de realização dos objetivos da política externa angolana, nomeadamente de segurança, para garantir que a sua costa esteja protegida dos ataques de pirataria e roubos à mão armada e de projeção da sua imagem.

Nota-se que estes obstáculos não inviabilizam o Estado angolano de alargar a sua esfera de influência aos Estados da CEDEAO, mas no nosso entender, se superados permitiriam ao

Estado angolano reforçar a sua autonomia, bem como exercer o seu poder de influência efetivo aos Estados da região. Face a este panorama, o Estado angolano tem levado a cabo o “Programa de Reequipamento da MGA” e a criação do “Sistema Nacional de Vigilância Marítima”, bem como a compra de 17 embarcações de patrulha, de forma a assegurar o acesso aos benefícios económicos do mar, da sua afirmação na sub-região, para poder então ganhar o reconhecimento regional de que tanto almeja.

Em suma, as bases para o reconhecimento regional de Angola foram assim cimentadas, o que muito permitiu ao país sair de uma posição de solicitante de apoio à paz, para um Estado amante da paz, da estabilidade, bem como um parceiro estratégico na SADC, CEEAC, CE-DEAO, como resultado em grande medida do seu dinamismo na CGG.

Referências Bibliográficas

Monografias

Abrantes, José Mena (Org.) (2005). *Angola em Paz: Novos Desafios*. Luanda: Edições Maianga.

Almeida, Eugénio Luís da Costa (2011). *Angola Potência Regional em Emergência*. Lisboa: Colibri.

Almeida, Políbio Valente de (2012). *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências* (2ª Edição). Lisboa: Edições ISCSP.

Barral, Welber e Filho, Romeu Felipe Bacellar (2007). *Integração Regional e Desenvolvimento*. Florianópolis: BOITEUX.

Bernardino, Luís Manuel Brás (2013). *A Posição de Angola Na Arquitetura de Paz e Segurança Africana: Análise da Fundação Estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Coimbra: ALMEDINA.

Bernardino, Luís Manuel Brás (2011). *Contributo de Angola para a Arquitetura de Paz e Segurança Africana in* Pavia, J. F. in *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. Quid Juris: Lisboa.

Beny, Eduardo (2007). *A Nova Geopolítica do Petróleo: Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*. Viseu: Novo Imbondeiro.

Braillard, Philippe (1990). *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação CALOUSTE GULBENKIAN.

Cardoso, Fernando e Ferreira, Patrícia (2005). *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa: Instituto Estudos Estratégicos Internacionais.

Campos, João Mota de (1999). *Organizações Internacionais: Teoria Geral : Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Canas, Nuno Mendes (2017). *História e Conjuntura nas Relações Internacionais* (2ª Edição). Lisboa: Edições ISCSP.

Carvalho, António Luvualu de (2014). *Angola um Actor Importante no Peacemaking e Peacekeeping em África*. Luanda: Universidade Lusíada de Angola.

Centro de Estudos Estratégicos de Angola (2006). *Reflexões sobre Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em África*. Luanda: Editorial Nzila.

David, Charles-Philippe (2000). *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*. Lisboa: Instituto Jean Piaget.

Dougherty, James E. e Pfaltzgraff, Robert L. Jr. (2003). *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: Grávida.

Freire, Maria Raquel e Vinha, Luís de (2011). *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Guéhenno, Jean Marie; Canotilho, Gomes; Júdice, José Miguel; Esteves, Francisco Xavier; Barrento, Martins; Salgueiro, João; Santo, Espírito; Vitorino, António e Ambrósio, Teresa (2002). *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa* (1ª Edição). Lisboa: Edições Atena.

Gil, António Carlos (2006). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4ª Edição). S. Paulo: Atlas.

Hugon, Philippe (2015). *Geopolítica de África* (3ª Edição). Lisboa: Escolar Editora.

Kunstler, James Howard (2006). *O Fim do Petróleo: O Grande Desafio do século XXI*. Lisboa: Bizâncio.

Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade (2002). *Técnicas de Pesquisa* (5ª Edição). São Paulo: Atlas S.A.

Lara, António Sousa (2000). *Colonização Moderna e Descolonização*. Lisboa: Edições ISCSP.

Magalhães, José Calvet de (1982). *Diplomacia Pura*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Estudo das Relações Internacionais.

Meijer, Guus (2004). *Da Paz Social à Justiça Social? O Processo de Paz Angolano*. Londres: Programa Accord da Conciliation Resources.

Messiant, Christine (2004). *As Causas do Fracasso do Bicesse e Lusaka: Uma Análise Crítica in Meijer, G (2004). Da Paz Social à Justiça Social? O Processo de Paz Angolano*. Londres: Conciliation Resources.

Morais, Beatriz (1998). *A cooperação e a integração regionais da África Austral - SADC: o papel de Angola*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Centro de Estudos Africanos (CEA).

Moreira, Adriano (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: ALMEDINA.

Oliveira, Elias Chingulide de (2008). *Segurança Regional em África* (1ª Edição). Luanda: Editorial Nzila.

Pavia, José Francisco (Coord.) (2011). *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. Lisboa: Quid Juris.

Penha, Eli Alves (2011). *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA.

Rocha, Manuel José Alves da (s.d.) *Introdução à Economia Internacional e Integração Regional*. Luanda: Universidade Católica de Angola – Centro de Estudos de Investigação Científica Faculdade de Economia e Gestão.

Rodrigues, José Caleia (2000). *A Geopolítica do Petróleo: Anatomia dos Conflitos. Diplomacias, Segurança, Soberanias*. Lisboa: Atelier de livros.

Santos, Victor Marques dos (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Santos, Victor Marques dos (2009). *Teoria das Relações Internacionais: Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa: Edições ISCSP.

Santo, Paula Espírito do (2015). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génesse, Fundamentos e Problemas* (2ª Ed). Lisboa: Sílabo.

Sarmiento, Manuela (2013). *Metodologia Científica para Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Silva, José Paulino Cunha da (2002). *As Resoluções das Nações Unidas sobre Angola*. Luanda: Editorial Nzila.

Trindade, Augusto José (2006). *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*. Lisboa: Edições ISCSP.

Van-Dúnem, Belarmino (2010). *A Globalização e Integração Regional em África* (1ª Edição) Luanda: Universidade Lusíada de Angola.

Van-Dúnem, Belarmino (2014). *Política Externa dos Estados e Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*. Luanda: Universidade Lusíada de Angola.

Veríssimo, Gilberto da Piedade (2016). *Geopolítica do Golfo da Guiné: A Posição Estratégica de Angola*. Lisboa: Ler Devagar.

Veríssimo, Gilberto da Piedade (2013). *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Ler Devagar.

Documentos Oficiais

CGG (2012). *Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné*. 29 de novembro de 2012. Disponível em: <http://cggrps.org/wp-content/uploads/Declara%C3%A7aodeLuanda-PT.pdf>. Acesso em: 20.04.2017.

CGG (s.d.). *A Comissão do Golfo da Guiné*. Disponível em: <http://cggrps.org/a-comissao-do-golfo-da-guine/>. Acesso em: 20.04.2017.

CGG (2001). *Tratado da Comissão do Golfo da Guiné de 3 de julho de 2001*. Disponível em: <http://cggrps.org/wp-content/uploads/Tratado-EN1.pdf>. Acesso em: 20.04.2017.

Chikoti, Georges (2013). *Diálogo e consenso nos Grandes Lagos*. Governo de Angola: Portal Oficial do Governo da República de Angola. 23 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=17323>. Acesso em: 16.05.2016.

Declaração dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados da África Central e da África Ocidental sobre a Segurança no Espaço Marítimo Comum [Declaração de Yaoundé] (2013). Yaoundé; 25 de junho de 2013. Disponível em: <http://cggrps.org/wp-content/uploads/DECLARACAO-DE-YAOUNDE-PT.pdf>. Acesso em: 12.06.2017.

Ministério das Relações Exteriores [MIREX] (2014). *Angola Candidato a Membro-Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 26 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.panapress.com/ANGOLA_UNU_CANDIDATURA_CS.pdf. Acesso em: 07.03.2017.

MPLA (2016). *Moção de Estratégia do Candidato a Presidente do MPLA*. SAPOL, SA: Luanda.

MPLA (2011). *Programa e Estatuto do MPLA*. Luanda: Secretariado do Bureau Político do MPLA.

MPLA (2012). *Programa de Governo do MPLA para 2012-2017*.

República de Angola (2010). *Constituição da República de Angola* de 2010. Luanda: Boletim da República, I série, nº 1.

República de Angola (2013). *Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (2013-2017)*. Luanda: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.

República de Angola (2012). *Principais Documentos Orientadores da Ação Externa do Executivo: Legislatura 2012-201*.

República de Angola (2016). *Despacho Presidencial nº 258/2016 de 29 de Agosto de 2016*. Disponível em: <http://www.minfin.gv.ao/cs/groups/public/documents/document/mtex/mdyu/~edisp/427456957031116011106.pdf~1.pdf>. Acesso em: 15.06.2017.

Resolução nº 3/14 (2008). Referente ao acordo de Sede entre a República de Angola e a Comissão do Golfo da Guiné de 16 janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.parlamento.ao/documents/91849/0/AN+APROVA+PARA+RATIFICACAO+C3%87+C3%83O+DO+ACORDO+DA+COMISSAO+C3%83O+DO+GOLF+DA+GUINE>. Acesso em: 18.06.2017.

SADC (2010). *Plano Estratégico Indicativo do Órgão para a Cooperação Política, Defesa e Segurança*. (Edição Revista).

SADC (2009). *Relatório sobre o Exercício Golfinho*. Comité da SADC do Ministério das Relações Exteriores de Angola.

SONANGOL (s.d). *Histórico de Produção e Previsão de petróleo em Angola*. Disponível em: <http://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/%C3%81reasDeAtividade/Explora%C3%A7%C3%A3o%20e%20Produ%C3%A7%C3%A3o/Paginas/Mapa-de-Produ%C3%A7%C3%A3o.aspx>. Acesso em: 20.07.2017.

Santos, José Eduardo (2012). *Discurso do Camarada José Eduardo dos SANTOS, na Abertura da 5ª Sessão Ordinária do Comité Central do MPLA*. Luanda; 13 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.mpla.ao/mpla.6/discursos.15/a-prioridade-total-e-absoluta-e-melhorar-a-condicao-de-vida-dos-angolanos.a426.html>. Acesso em: 06.03.2017.

Santos, José Eduardo dos (2016). *Mensagem do Camarada Presidente José Eduardo dos Santos Sobre o Estado da Nação*. 17 de outubro de 2016. MPLA. Disponível em: <http://www.mpla.ao/mpla.6/discursos.15/estado-da-nacao-mensagem-do-camarada-presidente-jose-eduardo-dos-santos.a2718.html>. Acesso em: 03.03.2017.

Santos, José Eduardo dos (2014). *Mensagem Pronunciada na Abertura da Sessão Legislativa 2014/2015 da Assembleia Nacional*. 15 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.mpla.ao/mpla.6/discursos.15/pr-aborda-estado-da-nacao-%C2%93a-paz-consolidada-se-todos-os-dias%C2%94-.a1626.html>. Acesso em: 25.08.2016.

Santos, José Eduardo dos (2013). *Discurso pronunciado por José Eduardo dos Santos na Conferência sobre a Cultura de Paz*. ANGOP. 26 de março de 2013. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/2/13/Discurso-pronunciado-por-Jose-Eduardo-dos-Santos-Conferencia-sobre-Cultura-Paz,7b90c580-349b-4ab5-85a9-f03a099beb50.html. Acesso em: 21.01.2017.

Santos, José Eduardo dos (2011). *Discurso sobre o Estado da Nação, proferido por Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na cerimónia de abertura da IV Sessão Legislativa da II Legislatura da Assembleia Nacional*. ANGOP. 18 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/porta/discursos-do-presidente/discursos/2013/7/34/Discurso-sobre-Estado-Nacao-abertura-Sessao-Legislativa,a23295a3-5a43-4953-918e-31279468af38.html. Acesso em: 24.01.2017.

Santos, José Eduardo dos (2010). *Discurso pronunciado por Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na Cerimónia de Abertura do Ano Parlamentar da Assembleia Nacional*. ANGOP. 15 de outubro de 2010. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2010/9/41/Discurso-Presidente-sobre-estado-nacao,a2f97d55-7f2b-40f2-98a2-daf624e4c00a.html?version=mobile.

Acesso em: 04.05. 2016.

Santos, José Eduardo dos (2002). *Discurso pronunciado por sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na abertura da Reunião Metodológica do Ministério das Relações Exteriores*. ANGOP. 10 de Junho de 2002. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2002/5/24/,6c81ed54-bc68-4268-b6f2-5afa0833daf8.html?version=mobile. Acesso em: 25.04.2017.

Santos, José Eduardo dos (2002). *Mensagem à Nação de Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola*. ANGOP. 3 de abril de 2002. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/portal/discursos-do-presidente/discursos/2013/7/34/Assinatura-Acordo-Paz,7e984984-d50e-4e14-9532-7a0fe42c388e.html. Acesso em: 06.03.2017.

UA (2009). *Reforço da Decisão e Eficácia de África em Pôr Fim aos Conflitos e Sustentar a Paz*. 30-31 de Agosto de 2009. Disponível em: <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/AUREPORTTRIPOLISEP09PORT.PDF>. Acesso em: 20.05.2017.

Jornais e Revistas

África 21 (2017). *Autoridades angolanas preocupadas com instabilidade na fronteira com a RD do Congo*. 19 de abril de 2017. Disponível em: <https://africa21digital.com/2017/04/19/autoridades-angolanas-preocupadas-com-instabilidade-na-fronteira-com-a-rd-do-congo/>. Acesso em: 21.04.2017.

Almeida, Eugénio Costa e Bernardino, Luís Manuel (2013). *A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Revista Militar. 1 de janeiro de 2013. Páginas 43-61. Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=797. Acesso em: 05.03.2017.

ANGOP (2009). *Exercício “Golfinho” Testemunha Empenho para as Operações de Paz*. 1 de março de 2009. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2009/2/9/Exercicio-Golfinho-testemunha-empenho-para-operacoes-paz,a438ca75-5b45-43ea-b42c-f330416c3308.html. Acesso em: 17.05.2017.

Bernardino, Luís Manuel Brás. (2008). *Políticas de Segurança e Defesa em África e para África: O Papel das Organizações Regionais Africanas*. Forças Armadas e Guerras do

Futuro. Revista Militar. maio de 2008. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/289>. Acesso em: 20.03.2017.

Chikoti, Georges (2014). *Diplomacia Angolana em 2013*. Mwangolé, Jornal Mensal da Atualidade Angolana. Edição dos Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal. janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.embaixadadeangola.pt/wp-content/uploads/2013/11/Mwangole-651.pdf>. Acesso em: 07.02.2017.

Chikoti, Georges (2014). *Diplomacia Centrada nas Grandes Potências*. Jornal de Angola. 21 de janeiro de 2014. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/diplomacia_centrada_nas_grandes_potencias. Acesso em: 30.01.2016.

Jornal de Angola (2014). *A força da Diplomacia Angolana*. Jornal de Angola. 11 de maio de 2014. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/defendida_cultura_de_paz. Acesso em: 17/12/2016.

Jornal de Angola (2012). *IV Reunião de Ministros da Comissão do Golfo da Guiné*. 10 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=13944>. Acesso em: 30.04.2016.

Matias, Leonardo (2008). *A Política Externa e a Defesa Nacional: O Papel das Forças Armadas*. Revista Militar nº 2479/2480. agosto/setembro de 2008. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/314>. Acesso em: 06.09.2017.

Revista Golfo da Guiné (2015). *Conferência de Luanda sobre Paz e Segurança no Golfo da Guiné: Comunicado Final*. dezembro de 2015, p. 262.

Santo, Joaquim do (2012). *Angola na Solução das Crises Regionais*. Jornal de Angola. 22 de outubro de 2012. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/angola_na_solucao_das_crisis_regionais. Acesso em: 17.12. 2016.

Santos, José Eduardo dos (2011). *Presidente da República no IV Conselho Consultivo do MIREX: Política Externa Eficaz Exige Órgão Moderno*. Mwangolé. Jornal Mensal da Atualidade Angolana. fevereiro de 2011. Edição dos Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal. Disponível em: <http://www.embaixadadeangola.pt/wp-content/uploads/2013/11/Mwangole-30.pdf>. Acesso em: 08.03.2017.

Simão, Pinda (2016). *Defendida Cultura de Paz*. Jornal de Angola. 13 de dezembro de 2016. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/defendida_cultura_de_paz. Acesso em: 17/12/2016.

Van-Dúnem, Belarmino (2009). *Diplomacia nos Discursos do Presidente José Eduardo dos Santos*. Jornal de Angola. 15 de setembro de 2009. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/a_diplomacia_angolana_nos_discursos_do_presidente_jose_eduardo_dos_santos. Acesso em: 10.09.2017.

Veríssimo, Gilberto da Piedade (2015). *A região do Golfo da Guiné é uma Cintura Fragmentada*. Entrevista ao Jornal O País. 12 de outubro de 2015. Disponível em: <http://opais.co.ao/gilberto-verissimo-a-regiao-do-golfo-da-guine-e-uma-cintura-fragmentada-2/>. Acesso em: 19.02.2017.

Dissertações

Ginga, Damião Fernandes Capitão (2014). *Angola e a Complementaridade do Mar: O Mar Enquanto Fator Geoestratégico de Segurança, Defesa e de Afirmação*. (Tese de Doutoramento em Relações Internacionais). Lisboa: Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

José, Joveta (2011). *A Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil*. (Tese de Doutoramento em Ciência Política). Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pegado, Aida Maria Silvério Pinto (2014). *Angola como Potência Regional Emergente*. (Tese de Doutoramento em Estudos Africanos – Política e Relações Internacionais). Lisboa: Centro Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Veríssimo, Gilberto da Piedade (2014). *A Posição Estratégica de Angola no Golfo da Guiné: Contributo às Políticas Externa e de Defesa*. (Tese de Doutoramento em Estudos Estratégicos). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UTL).

Outras Fontes

ACNUR (2017). *ACNUR Oferece Assistência Emergencial para Refugiados da República Democrática do Congo em Angola*. 26 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/acnur-oferece-assistencia-emergencial-para-refugiados-da-republica-democratica-do-congo-em-angola/>. Acesso em: 28.05.2017.

AFRICOM (s.d). *Exercício Obangame Express*. Disponível em: <http://www.afri-com.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>. Acesso em: 14.06.2017.

Almeida, Eugénio Costa (2014). *Angola e a Pirataria Marítima no Golfo*. Disponível em: <http://www.elcalmeida.net/content/view/945/46/>. Acesso em: 10.04.2016.

Almeida, Eugénio Costa e Bernardino, Luís Manuel Brás (s.d.). *Uma Reflexão Estratégica sobre a Segurança e Defesa em Angola e a Intervenção no Contexto Regional Subsaariano*. Centro de Investigação Sol Nascente. Disponível em: http://ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N9_eugenio_almeida_e_luis_bernardino.pdf. Acesso em: 23.03.2017.

Barros, Manuel Correia de (2014). *A Segurança no Golfo da Guiné: Uma Visão Marítima de Angola*. Centro de Estudos Estratégicos de Angola. Disponível em: <http://database.jornaldefesa.pt/estrategias/JDRI%20107%20240714%20seguranca%20golfo%20guine.pdf>.

Acesso em: 08.07.2017.

Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (s.d) [CRESMAC]. Disponível em <http://cresmacpointenoire.org/>. Acesso em: 14.06.2017.

Conselho de Segurança da ONU (2012). *Resolução nº 2039, referente a Segurança Marítima no Mar do Golfo da Guiné*, 29 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.imo.org/en/OurWork/Security/Documents/4fbe210f2.pdf>. Acesso em: 06.07.2017.

Cunha, Augusto da Silva (2008). *Angola no contexto da Defesa e Segurança Marítima do Golfo da Guiné*. Cadernos Navais. Disponível em: file:///C:/Users/Indako%20Muhanda/Downloads/cadernos_navais_n26_julho_setembro_2008.pdf. Acesso em: 18.07.2017.

Chatham House (2012). *Angola e o Golfo da Guiné Rumo a uma Estratégia Marítima Integrada: Relatório da conferência do Angola Forum a bordo do HMS Dauntless em Luanda*. Chatham House. Disponível em: [file:///C:/Users/Indako%20Muhanda/Downloads/1112conference_portuguese%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Indako%20Muhanda/Downloads/1112conference_portuguese%20(4).pdf). Acesso em: 10.06.2017.

Defence Web (2013). *Namibia Hosting SADC Special Forces Exercise*. 11 de setembro de 2013. Disponível em: http://www.defenceweb.co.za/index.php?option=com_content&view=article&id=31859:namibia-hosting-sadc-special-forces-exercise&catid=50:Land&Itemid=105. Acesso em: 08.05.2017.

Engelbrecht, Leon (2011). *Defence Web. SADC encerra "Blue Cluster"*. 29 de agosto de 2011. Disponível em: http://www.defenceweb.co.za/index.php?option=com_content&view=article&id=18432:sadc-wraps-up-blue-cluster&catid=35:Aerospace&Itemid=107. Acesso em: 16.05.2017.

Gomes, Santos Luís Ivaldo Villafañe (2011). *A Arquitetura de Paz e Segurança Africana*. Fundação Eduardo de Gusmão, Brasília. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/855-Arquitetura_de_Paz_e_Seguranca_Africana_A.pdf. Acesso em: 26.03.2017.

International Institute for Strategic Studies (IISS) (2017). *The Military Balance*.

José, Joveta (s.d). *33º Encontro Anual da ANPOCS GT 19: Entre Fronteiras e Disciplinas: Estudos sobre África e Caribe Política Externa de Angola de 1992 aos dias atuais*. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt19-24/1980-raquelgomes-joanesburgo/file>. Acesso: 17.03.2017

Machado, Miguel (2015). *Exercício de Forças Especiais, “Vale do Keve 2014” (I)*. 13 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.operacional.pt/angola-exercicio-de-forcas-especiais-vale-do-keve-2014-i/>. Acesso em: 05.05.2017.

Machado, Miguel (2015). *Angola: Exercício de Forças Especiais, “Vale do Keve 2014” (Conclusão)*. 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.operacional.pt/angola-exercicio-de-forcas-especiais-vale-do-keve-2014-conclusao/>. Acesso em: 05.05.2017.

Murapa, Rukudzo (2002). *A Comunidade Desenvolvimento da África Austral: Rumo à integração Política e Económica*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/155918392/SADC>. Acesso em: 10.03.2017.

OECD (2005). *Perspetivas Económicas na África 2004/2005*. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/angola/35350793.pdf>. Acesso em: 24.04.2017.

Radio Ecclesia-Emissora Católica de Angola (2013). *4 de abril Dia da Paz e da Reconciliação Nacional*. 4 de abril de 2013. Disponível em: http://www.radioecclesia.org/index.php?option=com_flexicontent&view=items&cid=198:sociedade&id=12667:4-de-abril-dia-da-paz-e-reconciliacao-nacional#.VzR9BPnR_IU. Acesso em: 12.05.2016.

Rosa Armindo Bravo da (2010). *A Política de Defesa Angolana: Ciclo de Conferências Intituladas Visões Globais para a Defesa*. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3075/1/NeD125_ArmindoBravodaRosa.pdf. Acesso em: 08. 03.2016.

Santos, Gustavo Plácido dos (2016). *Angola no Golfo da Guiné e Atlântico Sul*. África Defence & Security. 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://africadefesaeseguranca.wordpress.com/2016/11/16/angola-no-golfo-da-guine-e-atlantico-sul/>. Acesso em: 31.01.2017.

Silva, Andréia Aparecida da; Silva, Natalalia Salamont da; Barbosa Valéria de Almeida; Henrique, Marcelo Rabelo; Baptista, Jose Abel (s.d.). *A Utilização da Matriz Swot como Ferramenta Estratégica: Um Estudo de Caso em uma Escola de Idioma de São Paulo*. SEGeT- III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia: São Paulo. Disponível em: <http://eng.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf>. Acesso em: 22.09.2017.

UE (s.d). *The Critical Maritime Routes in the Gulf of Guinea Programme* [CRIMGO].
Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-14_en.htm. Acesso em: 15.06.2017.

ANEXOS

TRATADO DA COMISSÃO DO GOLFO DA

PREÂMBULO

Nós, Chefes de Estado e de Governos

da República de Angola;

da República dos Camarões; da República do Congo;

da República Democrática do Congo; da

República do Gabão

da República da Guiné Equatorial; da República Federal da Nigéria; da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Desejosos de reforçar e consolidar as relações de fraternidade existentes entre os nossos povos;

Animados pela vontade de instaurar e/ou desenvolver relações de boa vizinhança entre os nossos Estados, assim como uma cooperação estreita e multiforme e estabelecer as nossas relações numa base de compreensão mútua e de amizade sólida;

Decididos a eliminar os obstáculos que poderiam entravar a nossa cooperação, a criar e manter as condições de paz e segurança entre os nossos países;

Conscientes da necessidade de colocar os recursos naturais dos nossos países ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso social dos nossos povos;

Persuadidos, para o efeito, que a acção comum e concertada é a garantia de uma exploração harmoniosa, racional e pacífica dos nossos recursos naturais;

Ansiosos em harmonizar as nossas políticas económicas no respeito da soberania de cada um dos nossos Estados;

Reafirmando a nossa dedicação aos princípios e objectivos das Cartas das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana/União Africana, assim como às disposições do Tratado que cria a Comunidade Económica Africana;

Tendo em mente as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em Montego Bay (Jamaica) em 10 de Dezembro de 1982;

Convencidos que os conjuntos sub-regionais e regionais constituem os elos essenciais de uma África unida, integrada e solidária;

Reconhecendo que o Golfo da Guiné contém recursos naturais que podem contribuir para o desenvolvimento económico de todos os Estados ribeirinhos e para o bem-estar geral dos nossos povos;

Desejosos de realizar a exploração destes recursos de forma a assegurar o desenvolvimento económico dos nossos Estados e o bem-estar das nossas populações;

Conscientes dos compromissos internacionais que assumimos nos planos bilateral e multilateral;

Desejosos de resolver os nossos diferendos por vias pacíficas;

Convencidos de que o diálogo e a negociação constituem os melhores meios para resolver de forma duradoira qualquer diferendo de acordo com as disposições das Cartas das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana/União Africana;

económica e comercial das riquezas naturais localizadas nos limites territoriais e nomeadamente em caso de sobreposição das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) dos Estados Membros;

De acordo com as disposições pertinentes do Comunicado Final da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do Golfo da Guiné, realizada em Libreville, a 19 de Novembro de 1999;

Acordamos o seguinte:

ARTIGO 1º **(Definições)**

Nos termos do presente Tratado, entende-se por:

- «AEC», a Comunidade Económica Africana;
- «Comissão», a Comissão do Golfo da Guiné;
- «Comité», os Comités especializados;
- «Conferências», a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo;
- «Conselho», o Conselho de Ministros;
- «Golfo», o Golfo da Guiné;
- «Altas partes Contratantes», os Estados Membros representados pelos Chefes de Estado e de Governo ou os seus plenipotenciários devidamente mandatados:
- «Estado Membro», um Estado Membro da Comissão;
- «OUA», a Organização da Unidade Africana;
- «UA», a União Africana;
- «ONU», a Organização das Nações Unidas;
- «Secretariado», o Secretariado da Comissão, «Tratado», o presente Tratado.

ARTIGO 2º

(Criação da Comissão do Golfo da Guiné)

É criada uma Comissão do Golfo da Guiné (CGG), adiante denominada a Comissão.

São membros da Comissão os Estados soberanos ribeirinhos do Golfo da Guiné, partes do presente Tratado.

A Comissão constitui um quadro de concertação dos países do Golfo da Guiné, para a cooperação e o desenvolvimento, assim como para a prevenção, gestão

das fronteiras e exploração económica e comercial das riquezas naturais localizadas nos limites territoriais e nomeadamente em caso de sobreposição das Zonas Económicas Exclusivas dos Estados Membros.

ARTIGO 3º

(Objectivos)

A Comissão tem por objectivos:

1. reforçar os laços de cooperação e solidariedade que existem entre os Estados Membros;
2. criar as condições de confiança mútua, paz e segurança propícia ao desenvolvimento harmonioso dos Estados;
3. promover uma concertação estreita na exploração dos recursos naturais do Golfo, com vista a assegurar o desenvolvimento económico dos Estados Membros e bem-estar dos seus povos;

1. promover a cooperação sectorial no quadro das disposições do Tratado que cria a Comunidade Económica Africana e a União Africana e para o efeito, contribuir para o desenvolvimento do Continente;
2. harmonizar as respetivas políticas dos Estados Membros nos assuntos de interesse comum, nomeadamente em matéria de recursos naturais;
3. proteger, preservar e melhorar o meio ambiente natural do Golfo da Guiné e cooperar em caso de calamidade natural;
4. desenvolver uma política concertada de migração e encontrar soluções adequadas aos problemas que possam surgir neste domínio;

as trocas entre os Estados Membros e entre as suas populações;

i) neste âmbito, desenvolver uma larga rede de comunicações e assegurar a integração das redes de transporte.

Artigo 4º

(Princípios)

, as Altas Partes Contratantes reafirmam solenemente o seu compromisso de respeitar os princípios contidos na Carta das Nações unidas, nas Cartas da OUA e no Ato Constitutivo da União Africana, nomeadamente;

- a) a igualdade soberana de todos os estados Membros;
- b) a não ingerência nos assuntos internos dos Estados

Membros;

- c) a resolução pacífica dos diferendos;
- 1. a intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização;
- e) a não agressão f) a não utilização do seu território para fins de atividades dirigidas contra a soberania e a integridade territoriais de um outro Estado Membro;

ARTIGO 5º

(Domínio de cooperação)

, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a juntar os seus esforços no sentido de harmonizar as suas respectivas políticas nos domínios de interesse comum.

Neste âmbito, acordam proceder a busca de esferas de interesse comum na área geográfica do Golfo da Guiné e definir as políticas comuns, nomeadamente nos domínios da paz e segurança, exploração dos hidrocarbonetos, recursos haliêuticos e minerais, do ambiente; a circulação de pessoas e bens, o desenvolvimento das comunicações; a promoção do desenvolvimento económico e da integração do Golfo.

Os Estados Membros esforçar-se-ão o por desenvolver outras actividades que julgarem necessárias para promover os objectivos da Comissão.

ARTIGO 6º

(Órgãos)

, são criados os seguintes órgãos:

1. a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo;
2. o Conselho de Ministros;
3. o Secretariado;
4. o Mecanismo Arbitral «ad hoc»

ARTIGO 7º

(A Conferência)

A Conferência é o órgão supremo da Comissão. É composta pelos Chefes de Estado e de Governo ou dos seus representantes devidamente mandatados.

Reúne-se uma vez por ano em sessão ordinária e a qualquer momento, em sessão extraordinária, sob a reserva do acordo dos 2/3 dos Estados Membros da Comissão.

ARTIGO 8º

(Atribuições da Conferência)

A Conferência tem como atribuições:

1. Definir a política geral e as grandes orientações da Comissão;
2. Controlar o funcionamento da Comissão;
3. Apreciar os relatórios do Conselho e tomar as decisões pertinentes;
4. Decidir, em última instância sobre todas as questões para as quais o Conselho não pôde tomar uma decisão;
5. Criar qualquer órgão ou Comitês Especializados da Comissão;
6. Determinar o orçamento da Comissão;
7. Nomear e exonerar o Secretário Executivo;
8. Determinar o lugar da sede da Comissão.

ARTIGO 9º
(Decisões da Conferência)

A Conferência toma as decisões por consenso ou, na falta deste, por maioria dos 2/3 dos Estados presentes.

Para reunir e deliberar legitimamente é exigido o quórum de 2/3 dos Estados Membros da Comissão.

ARTIGO 10º
(Regulamento interno da Conferência)

A Conferência adota o seu regulamento interno. Determina as modalidades do seu funcionamento, nomeadamente o modo de designação do seu presidente e a duração do seu mandato.

ARTIGO 11º
(O Conselho)

O Conselho de Ministros é composto pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros ou por qualquer outro Ministro ou autoridade designados pelos Estados Membros.

Os Ministros da Economia, dos Hidrocarbonetos, dos Recursos Haliêuticos, das Minas, do Meio Ambiente ou qualquer outro Ministro designado pelos Estados Membros podem igualmente reunir em caso de necessidade.

O Conselho reúne uma vez por ano, em sessão ordinária e a qualquer momento, em sessão extraordinária, a pedido de qualquer Estado Membro e sob reserva do acordo da maioria dos 2/3 dos Estados Membros.

ARTIGO 12º
(Atribuições do Conselho)

O Conselho responde perante a Conferência. Tem como tarefas:

- a) Preparar as sessões da Conferência;
- b) Promover quaisquer acções visando a realização dos objectivos enunciados no artigo 2º do presente Tratado, no quadro da política geral definida pela Conferência;
- c) Para o efeito, elaborar e propor medidas de política geral apropriadas;
- d) Conhecer todas as questões que a Conferência lhe enviar;
- e) Implementar a política de cooperação em conformidade com a política geral definida pela Conferência;
- f) Criar os Comitês e fixar as competências;

O Conselho é assistido, no cumprimento das suas tarefas, por Comitês especializados do presente Tratado.

ARTIGO 13º
(Decisões do Conselho)

O Conselho toma decisões por consenso ou na falta deste, por maioria de 2/3 dos Estados presentes. Para reunir e deliberar legitimamente, o quórum exigido é de 2/3 dos Estados Membros da Comissão.

ARTIGO 14º
(Regulamento interno do Conselho)

O Conselho adopta o seu regulamento interno.

ARTIGO 15º
(Os Cometes Especializados)

A Conferência pode, se julgar necessário, reestruturar os Comitês existentes ou criar novos segundo as necessidades da Comissão.

Cada Comité pode, em caso de necessidade, criar sub-comités para ajudar no cumprimento do seu mandato. Determina a composição da mesma.

ARTIGO 16º
(O Secretariado)

O Secretariado é dirigido por um Secretário Executivo nomeado pela Conferência para um mandato de três anos renovável uma vez.

ARTIGO 17º
(As funções do Secretariado)

As funções do Secretariado são:

- a) Assegurar o funcionamento regular da Comissão;
- b) Implementar as decisões da Conferência e do Conselho;
-
- d) Formular recomendações susceptíveis de contribuir para o funcionamento e desenvolvimento eficaz e harmonioso da Comissão;
- e) Assegurar os serviços técnicos das reuniões da Conferência e do Conselho, assim como das Comissões especializadas;

- f) Assumir o papel de depositário dos documentos e bens da Comissão;
- g) Preparar o orçamento da Comissão;
- h) Desempenhar outras funções que a Conferência ou o Conselho lhe confiarem.

ARTIGO 18º

(O Mecanismo Arbitral ad hoc)

É criado no seio da Comissão um Mecanismo Arbitral ad hoc

As regras de procedimento e outras questões concernentes ao Mecanismo Arbitral ad hoc serão definidas pelo Conselho e adotadas pela Conferência.

ARTIGO 19º

(Orçamento e Recursos)

Os recursos financeiros da Comissão provêm essencialmente das contribuições dos Estados Membros, doações e legados.

O Secretariado estabelece

A Conferência determina o modo de cálculo das contribuições dos Estados Membros ao orçamento da Comissão, assim como as moedas nas quais são pagas.

A Conferência, sob proposta do Conselho, aprova o regulamento financeiro que rege a aplicação das disposições do presente artigo.

ARTIGO 20º
(Resolução de diferendos)

Os Estados Membros agem coletivamente com vista a garantir a paz, segurança e estabilidade como condições prévias para a realização dos objectivos enunciados no presente Tratado. Neste âmbito, comprometem-se a resolver os seus diferendos amigavelmente. Caso contrário, as partes recorrerão ao Mecanismo Arbitral ad hoc previsto pelo presente Tratado ou a qualquer outro mecanismo de resolução pacífica de conflitos, prevista pelas Cartas das Nações Unidas, da OUA e do ato Constitutivo da União Africana.

ARTIGO 21º
(Línguas oficiais)

As línguas oficiais da Comissão são o inglês, o espanhol, o francês e o português.

ARTIGO 22º
(Estatutos, privilégios e imunidades)

A Comissão tem personalidade jurídica e possui a capacidade de:

- a) Assinar contratos;
- b) Adquirir bens móveis e imóveis, usufruir dos mesmos e aliená-los;
- c) Interpor acções judiciais.

Para o efeito, a Comissão é representada pelo Secretário Executivo.

Os privilégios e as imunidades concedidos ao Secretariado são equiparados aos que gozam as missões diplomáticas no país da sede da Comissão.

Os privilégios e as imunidades concedidos aos funcionários da Comissão são equiparados aos que gozam as missões diplomáticas no país de sede da Comissão e nos Estados Membros

ARTIGO 23º

(Criação das instituições)

Durante a sua reunião inaugural, que terá lugar num prazo de um mês a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, a Conferência nomeia o Secretário Executivo e determina o local da sede e, se for o caso, toma as disposições ne de um Secretariado provisório enquanto se aguarda pela constituição do Secretariado.

ARTIGO 24º

(Relações com outras organizações)

Com vista a realizar os seus objectivos, tal como contidos no presente Tratado, a Comissão pode assinar acordos de cooperação com outras organizações regionais, instituições inter-governamentais e com países terceiros, desde que estes acordos não sejam incompatíveis com as disposições do presente Tratado.

ARTIGO 25º

(Relações com a OUA/UA/AEC e as Comunidades Económicas Regionais)

A Comissão trabalhará com a OUA/UA/AEC e as Comunidades Económicas Regionais para a realização dos objectivos de integração efectiva e de União Africana.

Poderá, neste âmbito, estabelecer mecanismos de consulta e assinar acordos com essas organizações.

ARTIGO 26º

(Ratificação e entrada em vigor)

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes em conformidade com as suas respectivas regras constitucionais.

Entrará em vigor 30 dias após o depósito dos instrumentos de ratificação pelos 2/3 das partes signatárias do presente Tratado.

ARTIGO 27º

(Adesão e admissão)

Todo Estado Ribeirinho do Golfo da Guiné, não signatário do presente tratado no momento da sua entrada em vigor, pode, a qualquer momento, notificar o Secretário Executivo a sua intenção de aderir ao mesmo.

O Secretário Executivo informa todos os Estados Membros.

A admissão é decidida por maioria simples dos Estados Membros.

A decisão de cada Estado Membro é transmitida ao Secretário Executivo que comunica a decisão de admissão ao Estado interessado, depois de ter recebido o número de votos requeridos.

ARTIGO 28º

(Retirada)

Todo o Estado Membro desejoso de desligar-se dos compromissos assumidos nos termos do presente tratado, informa o Secretário Executivo que comunica aos outros estados Membros.

No termo de um período de seis meses, e se não reconsiderar a sua retirada, o referido Estado deixa de ser membro da Comissão.

Durante o período de seis meses acima referido, o Estado Membro que exprimir a sua intenção de retirar-se da Comissão, continua a ser vinculado às disposições do Tratado.

ARTIGO 29º

(Emenda e revisão)

Todo o Estado Membro pode submeter ao Secretariado propostas com vista . Estas propostas serão comunicadas a todos os Estados Membros pelo Secretariado no prazo de um mês.

A Conferência examina as propostas na sua próxima reunião e adota-as por maioria dos 2/3. O Secretariado submete-ratificação dos Estados Membros. As emendas entram em vigor, logo após o depósito dos instrumentos de ratificação pelos 2/3 dos Estados Membros.

ARTIGO 30º

(Cláusula de salvaguarda)

A Conferência decidirá das modalidades e das condições nas quais um Estado Membro pode ser autorizado a suspender a aplicação das disposições específicas do presente Tratado.

ARTIGO 31º

(Depositário)

O presente Tratado e os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Secretariado que remeterá cópias autenticadas a todos os Estados Membros.

O Secretariado notificará os Estados Membros as datas de depósito dos instrumentos de retificação e de adesão e fará o registo do presente Tratado junto da OUA/UA e da ONU.

Em fé de que, nós assinamos o presente Tratado.

Feito em Libreville, a 3 de Julho de 2001, em único original em inglês, espanhol, francês e português, os quatros textos fazendo igualmente fé.

Pela República de Angola **José Eduardo dos Santos** (assinado).

Pela República dos Camarões **Paul Biya**

Pela República do Congo, **Denis Sassou Nguesso**, (assinado).

Pela República Democrática do Congo, **Joseph Kabila**.

Pela República da Guiné Equatorial, **Obiang Nguema Mbasogo**.

Pela República Gabonesa, **El Hadj Omar Bongo** (assinado) Pela República Federal da Nigéria, Chefe **Olusegun Obasanjo** (assinado)

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe, **Miguel Trovoada** (assinado)



CONFERÊNCIA DE LUANDA SOBRE A PAZ E SEGURANÇA NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ
LUANDA CONFERENCE ON PEACE AND SECURITY IN THE REGION OF THE GULF OF GUINEA
CONFÉRENCE DE LUANDA SUR LA PAIX ET LA SÉCURITÉ DANS LA RÉGION DU GOLFE DE LA GUINÉE
CONFERENCIA DE LUANDA SOBRE LA PAZ Y LA SEGURIDAD EN LA REGION DEL GOLFO DE GUINEA
27-29 | Nov. | 2012

"Sem paz e segurança não há desenvolvimento"
"Without peace and security there is no development"
"Sans paix et sécurité, il n'y a pas de développement"
"Sin paz y seguridad no hay desarrollo"
"Simpleso Pela Paz e Segurança, Para o Desenvolvimento da Região do Golfo da Guiné"
"Forum on the peace and security in the Gulf of Guinea region toward the development"
"Rencontre sur la paix et la sécurité en faveur du développement de la région du Golfe de la Guinée"
"Encuentro por la paz y la seguridad, para el desarrollo de la región del Golfo de Guinea"

DECLARAÇÃO DE LUANDA SOBRE A PAZ E SEGURANÇA NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ

I - Preâmbulo

Animados pela vontade de desenvolver e estreitar as relações de boa vizinhança entre Estados da região do Golfo da Guiné, e decididos a eliminar os obstáculos que podem entravar a sua cooperação e manter as condições de paz e segurança entre eles, a República de Angola, a República dos Camarões, a República do Congo, a República Democrática do Congo, a República Gabonesa, a República da Guiné Equatorial, a República Federal da Nigéria e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, firmaram, no dia 3 de Julho de 2001, em Libreville, um Tratado instituindo a Comissão do Golfo da Guiné como um quadro permanente de acção colectiva com vista a garantir a paz, segurança e estabilidade como condição essencial para o desenvolvimento económico e progresso social dos seus povos.

Neste quadro,

Nós, os participantes à Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné, reunidos no Centro de Conferências de Talatona, na cidade de Luanda, República de Angola, entre os dias 27 e 29 de Novembro de 2012;



1. Considerando que, nos termos do artigo 1º da Carta das Nações Unidas, o propósito principal desta Organização é a manutenção da paz e segurança mundiais;
2. Considerando que o artigo 2º da Carta das Nações Unidas estabelece que os Estados-Membros resolverão as suas disputas por meios pacíficos, de modo a não colocar em perigo a paz e a segurança internacionais;
3. Reconhecendo como válido o conceito que preceitua que «a paz é mais do que a estrita ausência de conflito armado» e que ela está relacionada com a supressão de todo o tipo de violência directa ou não, política, económica, social e cultural;
4. Cientes de que a paz é inseparável da capacidade do ser humano satisfazer as suas necessidades, assim como do respeito efectivo dos direitos e dignidade humana;
5. Considerando os compromissos assumidos pelos Estados Africanos para com a paz e segurança da região através da Carta da Organização de Unidade Africana (OUA), reiterados pela Acta Constitutiva da União Africana (UA), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Protocolo sobre o Conselho de Paz e Segurança da União Africana;
6. Reafirmando os princípios e os objectivos do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, de 3 de Julho de 2001;
7. Convencidos de que sem paz e segurança, não é possível o desenvolvimento harmonioso dos Estados da região;
8. Preocupados com a recorrência de conflitos armados em alguns Estados da região da Comissão do Golfo da Guiné, os quais colocam em perigo a paz e segurança em toda a região e no continente;

9. Persuadidos de que a deterioração do meio ambiente natural da região pode contribuir para a degeneração das condições de bem-estar dos povos da região e consequentemente, gerar situações que afectem a paz e segurança;
10. Convencidos de que a imigração fora das normas nacionais estabelecidas por cada país pode gerar conflitos susceptíveis de alterar o ambiente de paz e segurança na região;
11. Preocupados com a cada vez maior inclusão da região, na rota do tráfico de drogas e do crime transnacional organizado de outra índole;
12. Preocupados com o aumento, em frequência e extensão territorial, na costa marítima da região, dos casos de pirataria e roubos a mão armada no mar;
13. Convencidos de que o respeito pela integridade territorial, soberania, interesses e objectivos dos Estados da região é uma condição decisiva para o estabelecimento, manutenção e desenvolvimento de um ambiente de paz e segurança, que facilite o progresso económico e social;
14. Convencidos da relação entre o roubo de recursos petrolíferos e o aumento no número de ataques piratas de natureza violenta na região, auxiliados pelos sindicatos internacionais que facilitam a venda dos mesmos;
15. Considerando as disposições das resoluções nº 2018 (2011) e 2039 (2012), do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
16. Convencidos de que a edificação de um futuro de paz e segurança na região passa pelo estabelecimento de relações entre os seus Estados, fundadas na confiança, solidariedade, cooperação e integração, no quadro de uma visão regional inclusiva, assim como pela promoção de uma cultura de paz entre os seus cidadãos;

**II. Exortamos os Estados da região do Golfo da Guiné, os parceiros internacionais,
tanto Estados como entidades internacionais relevantes, a:**

17. Apoiar sem reservas, e em todas as circunstâncias, os processos tendentes ao estabelecimento da paz na região, encorajando as acções no sentido de os aprofundar e abstendo-se de qualquer atitude que os possam afectar negativamente.
18. Desenvolver acções concretas no sentido da materialização na região, do «Pacto de Não Agressão e Defesa Comum da UA», com o objectivo de promover a cooperação e não agressão entre os Estados, a defesa comum, a promoção da coexistência pacífica, a prevenção de conflitos tanto inter-estatais como de natureza intra-estatal, e assegurar que os diferendos sejam resolvidos por meios pacíficos, através do diálogo e negociações.
19. Promover a confiança entre os Estados da região e entre estes com os de outras regiões, através do estabelecimento de políticas, medidas e mecanismos que fortaleçam as relações de boa vizinhança e de cooperação multilateral, fundadas na percepção de ausência de ameaça militar, pressão, coerção política ou outra contra a região ou algum dos seus integrantes e que possa pôr em causa a vida dos seus cidadãos, os valores culturais da comunidade, assim como o seu desenvolvimento sustentado e a capacidade da região se promover como actor internacional.
20. Promover um quadro legal internacional contra a compra de petróleo bruto roubado e desenvolver legislação nacional que garanta a responsabilização criminal dos responsáveis por esses actos ilegais.

21. Desenvolver políticas comuns para impedir a proliferação e tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre e assegurar a implementação dos acordos e outros mecanismos já existentes.
22. Promover o desenvolvimento de políticas concertadas de migração, assim como medidas que encorajem a imigração legal, que garanta os direitos dos migrantes e a segurança dos Estados.
23. Intensificar a luta contra a criminalidade transfronteiriça e o terrorismo internacional, harmonizando e ou estabelecendo políticas e legislação comuns sobre a matéria.
24. Promover na região um ambiente político, económico e social fundado nos valores da democracia, do respeito dos direitos humanos e da boa governação, combatendo qualquer ideologia, política ou prática que promova o racismo, o etnicismo, ou qualquer outra forma de segregação e ou de violência, e que garanta o reforço da eficácia dos serviços judiciais, a consolidação do Estado de Direito e a transparência dos processos eleitorais.
25. Promover a participação efectiva da sociedade civil no fortalecimento da democracia e da boa governação dos Estados da região, particularmente através da promoção da sua participação a nível local e da implementação de políticas para o desenvolvimento de uma imprensa livre, plural e responsável.
26. Empenhar-se na promoção de políticas que, para além de reforçarem a unidade nacional dos Estados da região num âmbito de multiculturalismo, desenvolva uma cultura de paz, diálogo e tolerância entre as populações da região.
27. Promover a cooperação económica e integração entre os Estados da região, estabelecendo um clima onde as actividades mutuamente vantajosas possam ser concretizadas pelos cidadãos (sector privado) da região, harmonizando a

exploração dos recursos naturais do Golfo da Guiné, nomeadamente os relacionados com a pesca, o gás e o petróleo, estabelecendo estratégias para o melhoramento do acesso aos mercados internacionais dos produtos regionais, e cooperando no domínio das comunicações marítimas, na integração das redes de transporte terrestres e aéreas, assim como cooperando no campo das novas tecnologias de informação e comunicação.

22. Promover política e estratégias comuns para a gestão sustentável dos recursos naturais minerais e outros, assim como a gestão salutar do meio ambiente e do ecossistema da região.
23. Elaborar políticas e estratégias comuns à região para o combate à produção e consumo, assim como à utilização do seu território como rota do tráfico para outras regiões, de substâncias psicotrópicas.
24. Fazer observar escrupulosamente as normas e princípios do Direito Internacional Humanitário e as Convenções pertinentes, mormente as Convenções de Genebra de 1949 para a protecção de civis em áreas de conflito.
25. Estar abertos à cooperação internacional, a nível global, com todos os Estados e organizações interessados na manutenção e consolidação da paz, segurança, democracia e boa governação na região do Golfo da Guiné.
26. Trabalhar em conjunto para desenvolver e implementar uma estratégia (de longo prazo) integrada de paz, segurança e desenvolvimento na região do Golfo da Guiné, tanto no mar como em terra, a nível sub-regional da CEEAC, CEDEAO e CGG, em estreita colaboração com a União Africana, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e as Nações Unidas.
27. Apreciar a possibilidade do estabelecimento de um mecanismo permanente para acompanhar e implementar a paz e a segurança na região.

Feita em Luanda, aos 29 dias do mês de Novembro de 2012.

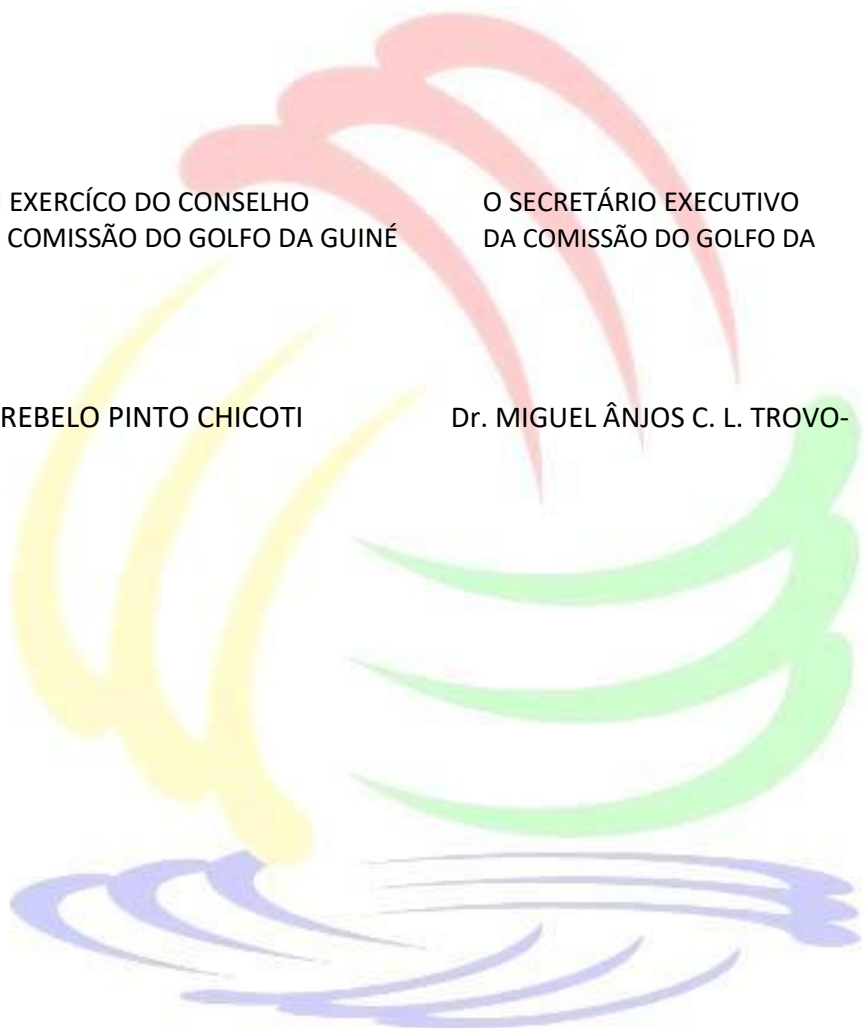
Nota: As versões originais nas línguas espanhola, francesa, inglesa e portuguesa têm todas igual validade.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO
DE MINISTROS DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ

Dr. GEORGES REBELO PINTO CHICOTI
ADA

O SECRETÁRIO EXECUTIVO
DA COMISSÃO DO GOLFO DA

Dr. MIGUEL ÂNJOS C. L. TROVO-



DECLARAÇÃO DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DOS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL E DA ÁFRICA OCIDENTAL SOBRE A SEGURANÇA NO ESPAÇO MARÍTIMO COMUM

1. Nós, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados da África Central e da África Ocidental, reunidos nos dias 24 e 25 de Junho de 2013, em Yaoundé, República dos Camarões, por ocasião da Cimeira conjunta sobre a estratégia regional de luta contra a pirataria, assaltos à mão armada e outras atividades ilícitas praticadas no mar do Golfo da Guiné,

- 1.1. Considerando a Declaração de 30 de Agosto de 2011 e a Resolução 2018 de 31 de Outubro de 2011, do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre atos de pirataria e assaltos à mão armada no Golfo da Guiné;
- 1.2. Tendo em mente a Resolução 2039, de 29 de Fevereiro de 2012, do Conselho de Segurança das Nações Unidas exortando a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comissão Golfo da Guiné (CGG) a trabalharem conjuntamente na elaboração de uma estratégia regional de luta contra a pirataria, assalto à mão armada e outras atividades ilícitas praticadas no mar, em cooperação com a União Africana (UA);
- 1.3. Conscientes de que a pirataria marítima, assalto à mão armada e outras atividades ilícitas tornam-se ameaças preocupantes no espaço marítimo da África Central e da África Ocidental e constituem uma violação do direito internacional do mar;
- 1.4. Preocupados com as graves ameaças que a criminalidade transnacional organizada, nomeadamente o tráfico de armas e de estupefacientes, tráfico de seres humanos, pirataria e assaltos à mão armada no mar, representam para a navega-

ção internacional, a segurança, o desenvolvimento socioeconómico dos nossos Estados, bem como para a paz e a estabilidade internacional;

- 1.5. Conscientes de que o desenvolvimento económico dos Estados, da África Central e da África Ocidental, depende essencialmente da sua capacidade em criar riquezas através de uma governação sustentável do seu espaço marítimo e da implementação de uma economia que respeite o ambiente.
- 1.6. Cientes também da importância dos parceiros internacionais no reforço das capacidades dos Estados-Membros e das organizações regionais na luta contra a pirataria, assalto à mão armada e outras atividades ilícitas cometidas no mar;
- 1.7. Reafirmando o nosso compromisso com a soberania e a integridade territorial dos Estados da África Central e da África Ocidental;
- 1.8. Tendo em conta que as disposições da presente Declaração se aplicam a todo o espaço marítimo da África Central e da África Ocidental;
- 1.9. Defendendo a implementação de um código de conduta transitório com vista a facilitar a adoção de um acordo multilateral vinculativo visando erradicar as atividades ilícitas ao largo das costas da África Central e da África Ocidental;
- 1.10. Reconhecendo a possibilidade dos Estados-membros da CEEAC, CEDEAO e da CGG para chegarem a acordos bilaterais vinculativos sobre a segurança marítima;
- 1.11. Congratulando-se com as contribuições dos representantes das Nações Unidas, da União Africana e dos parceiros estratégicos na luta contra a pirataria, assalto à mão armada e outras atividades ilícitas praticadas no espaço marítimo da África Central e da África Ocidental;
- 1.12. Congratulando-se também com as contribuições da Organização Marítima Internacional (OMI) e da Organização Marítima da África Ocidental e Central (OMAOC) visando assegurar

a cooperação em segurança marítima;

1.13. Baseando-se:

- nos artigos pertinentes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS);
- na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) e no Código Internacional para a proteção de navios e Instalações Portuárias (Código ISPS)
- na Convenção para a repressão de actos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima (Convenção SUA) e seus Protocolos;
- na Convenção das Nações Unidas contra o tráfico de drogas e de substâncias psicotrópicas;
- nas Resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012) do Conselho de Segurança, que apela a elaboração e a implementação de estratégias regionais, sub-regionais e nacionais de segurança marítima;
- na Estratégia Africana Integrada para os mares e os oceanos - Horizonte 2050 (Estratégia AIM 2050), adotada pela UA a 6 de Dezembro de 2012;
- na Carta Africana sobre Transportes Marítimo, adotada em 1994 e atualizada em Durban, África do Sul, em Outubro de 2009;
- na Decisão dos Ministros Africanos dos Transportes sobre a segurança marítima e a proteção do meio ambiente marinho em África;
- no Protocolo da CEEAC sobre a estratégia de segurança dos interesses vitais no mar assinado, a 24 de Outubro de 2008, em Kinshasa;
- na Declaração de Luanda sobre a Paz e a Segurança na Região do Golfo da Guiné, adotada a 29 de Novembro de 2012;
- nas disposições pertinentes:
- do Tratado de 18 de Outubro 1983, que institui a CEEAC;
- do Protocolo relativo ao Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX), de 24 de Fevereiro de 2000;
- do Tratado revisto da CEDEAO, de 23 de Julho de 1993;
- do Protocolo da CEDEAO relativo ao mecanismo de prevenção, gestão e resolução de conflitos, manutenção da paz e da segurança, de 10 de Dezembro de 1999;

- do documento quadro da CEDEAO para a prevenção de conflitos, de 16 Janeiro de 2008 (DCPC);
- do Tratado que institui a CGG, de 3 de Julho de 2001.

1.14 Congratulando-se com as iniciativas das Comunidades Económicas Regionais e da CGG, a saber:

- a Estratégia de Segurança dos interesses vitais no mar dos Estados-membros da CEEAC, aprovada em Kinshasa a 24 de Outubro de 2009;
- o desenvolvimento da estratégia marítima integrada da CEDEAO
- o desenvolvimento da Estratégia Marítima Integrada da CGG;
- a Adoção, a 6 de Dezembro de 2012, da Estratégia Africana Integrada para os Mares e os Oceanos - 2050 (Estratégia AIM 2050);

2. Declaramos o seguinte:

2.1 Comprometemo-nos sem reserva a trabalhar conjuntamente para promover a paz, a segurança e a estabilidade no espaço marítimo da África Central e da África Ocidental através da mobilização de recursos operacionais adequados, tanto institucionais como logísticos;

2.2 Apoiar a implementação da Estratégia Africana Integrada para os Mares e os Oceanos – Horizonte 2050 (Estratégia AIM 2050);

2.3 Exortamos a CEEAC, a CEDEAO e a CGG a fortalecer as actividades destinadas à cooperação, à coordenação, à partilha e à interoperabilidade dos recursos entre os Estados-Membros:

- a) Estabelecendo entre elas um quadro de cooperação intercomunitária em segurança marítima;
- b) Supervisionando o domínio marítimo através do desenvolvimento de procedimentos operacionais comuns;
- c) Facilitando a harmonização do quadro jurídico e institucional dos Estados membros;
- d) Estabelecendo um mecanismo comum de partilha de dados e informações;
- e) Instituinto uma conferência sobre o desenvolvimento e a segurança marítima;
- f) Implementando um mecanismo de financiamento baseado em contribuições;

Exortamos também a cada uma das Comunidades Económicas Regionais e a CGG a:

- a) Desenvolver e adotar uma estratégia regional contra a pirataria, assaltos à mão armada e outras atividades ilícitas praticadas no mar, em linha com a estratégia Africana integrada para os Mares e Oceanos – Horizonte 2050 (Estratégia AIM 2050);
- b) Continuar a implementação e a operacionalização de mecanismos de coordenação que permita aos seus Estados membros uma acção eficaz contra todas as ameaças marítimas;

2.5. Os Estados membros comprometem-se a:

- a) Proceder a recolha e troca de informações entre eles, com os mecanismos regionais de coordenação e apoio de parceiros estratégicos;
- b) Reforçar a capacidade dos responsáveis pela aplicação da lei no domínio da segurança marítima;
- c) Aumentar a sensibilização no domínio marítimo;
- d) Elaborar e implementar legislação nacionais pertinentes;
- e) Desenvolver políticas nacionais de luta contra a pirataria, roubo à mão armada e outras atividades ilícitas cometidas no mar;
- f) Estabelecer estruturas nacionais de coordenação da acção do Estado no mar, com poderes suficientes para desempenhar as suas missões;
- g) Prever mecanismos nacionais de financiamento de políticas de luta contra a pirataria, assaltos à mão armada e outras atividades ilegais praticadas no mar;
- h) Organizar a aquisição e a manutenção dos principais equipamentos marítimos nos espaços marítimos respetivos.

2.6. Exortamos os parceiros estratégicos internacionais a apoiarem as iniciativas inerentes à implementação desta cooperação regional;

2.7. Solicitamos ao Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Presidente da Comissão da União Africana que apoiem os esforços visando a mobilização de recursos para a implementação da presente Declaração;

2.8. Decidimos continuar a acompanhar esta questão

Feito em YAOUNDÉ, a 25 de Junho de 2013
o Presidente da República de Angola

EDUARDO DOS SANTOS

Presidente da República de Benim

BONI YAYI

O Presidente da República do Burkina Faso

BLAISE COMPAORE

O Presidente da República de Cabo Verde

JORGE CARLOS FONSECA

O Presidente da República do Congo

DENIS SASSOU NGUESSO

O Presidente da República da Costa de Marfim

ALASSANE DRAMANE OUATTARA

Presidente da República dos Camarões

PAUL BIYA

O Chefe de Estado de Transição da República Centro Africana

MICHEL DJOTODIA

O Presidente da República Democrática do Congo

JOSEPH KABILA KABANGE

Presidente da República do Gabão

ALI BONGO ONDIMBA

O Presidente da República da Gâmbia

YAHYA JAMMEH

O Presidente da República da Guiné

ALPHA CONDE

O Presidente da República da Guiné Equatorial

TEODORO OBIANG NGUEMA MBASOGO

O Presidente da República do Mali

DIOCOUNDA TRAORÉ

O Presidente da República do Gana

JOHN DRAMANI MAHAMA

Presidente da República da Guiné-Bissau

MANUAL SERIFO NHAMADJO

O Presidente da República da Libéria

ELLEN JOHNSON SIRLEAF

O Presidente da República do Níger

MAHAMADOU ISSOUFOU

Anexo 04 - Resolução nº 2039 do Conselho de Segurança da ONU, de 29 de Fevereiro de 2012, referente a Segurança Marítima no Mar do Golfo da Guiné

United Nations

S/RES/2039 (2012)*



Security Council

Distr.: General
29 February 2012

Resolution 2039 (2012)

Adopted by the Security Council at its 6727th meeting, on 29 February 2012

The Security Council,

Recalling its statement of 30 August 2011 and its resolution 2018 (2011) of 31 October 2011, on piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea,

Expressing its deep concern about the threat that piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea pose to international navigation, security and the economic development of states in the region,

Recognizing that piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea affect littoral countries, including their hinterland areas and landlocked countries in the region,

Expressing its concern over the threat that piracy and armed robbery at sea pose to the safety of seafarers and other persons, including through their being taken as hostages, and deeply concerned by the violence employed by pirates and persons involved in piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea,

Affirming that international law, as reflected in the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982, in particular its articles 100, 101 and 105, sets out the legal framework applicable to countering piracy and armed robbery at sea, as well as other ocean activities,

Affirming its respect for the sovereignty and territorial integrity of the States of the Gulf of Guinea and their neighbours,

Further affirming that the provisions of this resolution apply only with respect to the situation in the Gulf of Guinea,

Recognizing the urgent need to devise and adopt effective and practical measures to counter piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea,

Emphasizing the importance of building on existing national, regional and extraregional initiatives to enhance maritime safety and security in the Gulf of Guinea,

Welcoming the initiatives already taken by States in the region and regional organizations, including the Economic Community of Central African States

* Reissued for technical reasons on 19 March 2012.

12-24771* (E)



(ECCAS), the Economic Community of West African States (ECOWAS), the Gulf of Guinea Commission (GGC) and the Maritime Organization for West and Central Africa (MOWCA), to enhance maritime safety and security in the Gulf of Guinea,

Noting the ECCAS comprehensive joint maritime security architecture to counter piracy in the Central African subregion, including the strategy adopted by the ECCAS Peace and Security Council in February 2008, the establishment of the Regional Centre for Maritime Security in Central Africa (CRESMAC) in Pointe-Noire, Congo, as well as the multinational coordination centres in the region,

Further noting the preparatory steps taken by ECOWAS towards developing a maritime security approach through an Integrated Maritime Security Strategy and an Integrated Maritime Plan,

Noting the importance of adopting a comprehensive approach led by the countries of the region to counter the threat of piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea and their underlying causes,

Also noting the need for international assistance as part of a comprehensive strategy to support national and regional efforts to assist States in the region with their efforts to address piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea,

Stressing that the coordination of efforts at the regional level is necessary for the development of a comprehensive strategy to counter the threat of piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea, in order to enable the prevention and interdiction of such criminal activities and to ensure that persons engaging in piracy and armed robbery at sea are prosecuted and punished if convicted, with due regard for internationally recognized rules and principles of international law,

Reiterating that States in the region have a leadership role to play in countering the threat and addressing the underlying causes of piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea, in close cooperation with organizations in the region, and their partners,

Welcoming the contributions by Member States and international organizations in support of ongoing national and regional efforts to secure Gulf of Guinea coastal areas and conduct naval operations, including the joint patrols carried out by the Federal Republic of Nigeria and the Republic of Benin off the coast of Benin, and also welcoming further contributions, upon request,

Expressing its concern about the serious threats to international peace and stability in different regions of the world, in particular in West Africa and the Sahel Region, posed by transnational organized crime, including illicit weapons and drug trafficking, piracy and armed robbery at sea,

Affirming its full commitment to promoting the maintenance of peace and stability in the Gulf of Guinea region,

1. *Welcomes* the report of the Secretary-General's assessment mission on piracy in the Gulf of Guinea, which was dispatched to the region from 7 to 24 November 2011;

2. *Encourages* national authorities, as well as regional and international partners to consider implementing the recommendations of the assessment mission, as appropriate;

3. *Stresses* the primary responsibility of the States of the Gulf of Guinea to counter piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea and in this context urges them through ECCAS, ECOWAS and the GGC to work towards the convening of the planned joint Summit of Gulf of Guinea States to develop a regional anti-piracy strategy, in cooperation with the African Union;
4. *Requests* the Secretary-General through the United Nations Office of West Africa (UNOWA) and the United Nations Office of Central Africa (UNOCA) to support States and subregional organizations in convening the joint Summit, as referenced in resolution 2018 (2011), to the extent feasible;
5. *Urges* States of the region of the Gulf of Guinea to take prompt action, at national and regional levels with the support of the international community where able, and by mutual agreement, to develop and implement national maritime security strategies, including for the establishment of a legal framework for the prevention, and repression of piracy and armed robbery at sea and as well as prosecution of persons engaging in those crimes, and punishment of those convicted of those crimes and encourages regional cooperation in this regard;
6. *Encourages* Benin and Nigeria to extend their joint patrols beyond March 2012, while the countries of the Gulf of Guinea continue to work towards building their capacities to independently secure their coastlines and *also encourages* international partners to consider providing support, as needed, in that regard and to the extent feasible;
7. *Encourages* the States of the Gulf of Guinea, ECOWAS, ECCAS and GGC, to develop and implement transnational and transregional maritime security coordination centres covering the whole region of the Gulf of Guinea, building on existing initiatives, such as those under the auspices of the International Maritime Organization (IMO);
8. *Encourages* international partners to provide support to regional States and organizations for the enhancement of their capabilities to counter piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea, including their capacity to conduct regional patrols, to establish and maintain joint coordination centres and joint information-sharing centres, and for the effective implementation of the regional strategy, once adopted;
9. *Requests* the Secretary-General to support efforts towards mobilizing resources following the creation of the regional strategy to assist in building national and regional capacities in close consultation with States and regional and extraregional organizations;
10. *Further requests* the Secretary-General to keep the Security Council regularly informed through UNOWA and UNOCA, on the situation of piracy and armed robbery at sea in the Gulf of Guinea, including on progress made regarding the joint Summit as well as by ECOWAS, ECCAS and the GGC to develop a comprehensive strategy to counter piracy and armed robbery at sea;
11. *Decides* to remain seized of the matter.

Anexo 05 - Resolução 3/14 de 16 Janeiro de 2008, referente ao Acordo de Sede entre a República de Angola e a Comissão do Golfo da Guiné



Quinta-feira, 16 de Janeiro de 2014

I Série – N.º 11

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

Ano

| | |
|----------------|----------------------|
| As três séries | Kz: 470 615.00 |
| A 1.ª série | Kz: 277 900.00 |
| A 2.ª série | Kz: 145 500.00 |
| A 3.ª série | Kz: 115 470.00 |

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Resolução n.º 3/14:

Aprova, para ratificação, o Acordo de Sede da Comissão do Golfo da Guiné, criado em Libreville, de 2 a 3 de Julho de 2001 e assinado em Luanda, a 31 de Março de 2008.

Ministérios da Administração do Território e da Educação

Decreto Executivo Conjunto n.º 16/14:

Cria as Escolas do Ensino Primário n.º 801-Manuel Ngola, n.º 802-Elizeu Miguel Vunge, n.º 803-Paulino Jorge, n.º 804-Miguel Lomba, n.º 806 - Mene Kitelembe e n.º 807, situadas no Município de Pango-Aluquem, Província do Bengo, com 7 salas de aulas, 14 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Decreto Executivo Conjunto n.º 17/14:

Cria a Escola do I Ciclo do Ensino Secundário n.º 814, situada no Município de Pango-Aluquem na Província do Bengo, com 12 salas de aulas, 24 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 18/14:

Cria a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário n.º 55 — Instituto Médio Politécnico do Namibe — Pascoal Luvualo, situada no Município sede da Província do Namibe, com 18 salas de aulas, 54 turmas, 3 turnos, e aprova os quadros de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 19/14:

Cria a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Tuku, no Município do M'banza Congo, Província do Zaire, com 20 salas de aulas, 40 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

a 31 de Março de 2008, decidiram estabelecer a sua Sede na capital da República de Angola;

Considerando que o objectivo desta Organização é reforçar as relações de cooperação, promoção do progresso e do desenvolvimento económico e social da Sub-Região;

Considerando que a instalação da Sede da Comissão do Golfo da Guiné na República de Angola confere ao nosso País elevado grau de responsabilidade e reforço do seu prestígio na arena internacional;

Havendo necessidade de criação de condições materiais, humanas e logísticas que permitam o funcionamento normal e condigno da Comissão do Golfo da Guiné;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea k) do artigo 161.º e da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado, para ratificação, o Acordo de Sede da Comissão do Golfo da Guiné, criada em Libreville, de 2 a 3 de Julho de 2001 e assinado em Luanda, a 31 de Março de 2008.

2.º — A presente Resolução entre em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 28 de Novembro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução n.º 3/14 de 16 de Janeiro

Considerando que os Estados-Membros da Comissão do Golfo da Guiné representados pelos respectivos Chefes de Estado e de Governo, na Conferência realizada em Luanda,

ACORDO DE SEDE ENTRE A REPÚBLICA DE ANGOLA E A COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ

A República de Angola e a Comissão do Golfo da Guiné, adiante designadas por «Partes»;

Considerando os objectivos enunciados pelo Tratado Institutivo da Comissão do Golfo da Guiné;

Considerando a decisão da Conferência dos Chefes de Estados e de Governos da Comissão do Golfo da Guiné de estabelecer a Sede desta Comissão em Luanda;

Reconhecendo as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de Abril de 1961, por um lado, e o artigo 22.º do Tratado Institutivo da Comissão do Golfo da Guiné relativo ao Estatuto, Privilégios e Imunidades da Comissão e seu pessoal para facilitar a aplicação satisfatória do Tratado, assim como a preparação dos trabalhos e dos intervenientes no quadro deste bem como a execução das medidas tomadas para a sua implementação, por outro lado;

Desejando regular as modalidades relativas ao estabelecimento da Sede da Comissão do Golfo da Guiné na República de Angola;

Acordam o seguinte:

CAPÍTULO I

Definições

ARTIGO 1.º **(Definições)**

Para efeitos do presente Acordo, entende-se por:

- a) «*C. G. G.*», designa a Comissão do Golfo da Guiné;
- b) «*Sede*», os edifícios, locais, construções ou parte destas que são propriedade da Comissão ou que lhe são afectos, utilizados ou ocupados por ela;
- c) «*Governo*», o Governo da República de Angola;
- d) «*Secretário Executivo*», o Secretário Executivo da Comissão;
- e) «*Autoridades angolanas Competentes*», as autoridades nacionais competentes segundo as leis e regulamentos da República de Angola;
- f) «*Membro da Comissão*», designa todo o Membro da Comissão;
- g) «*Representantes de um Estado-Membro*», designa todo o delegado ou representante mandatado por um Estado-Membro;
- h) «*Reuniões da Comissão*», designa as reuniões convocadas, Conferência, pelo Conselho da Comissão ou qualquer outra Conferência Internacional convocada pela Comissão, pelo Comité ou outro órgão subsidiário;
- i) «*Arquivos da Comissão*», designa a correspondência, os documentos, os manuscritos, as fotografias, filmes e registos sonoros, propriedade da Comissão ou em sua posse;
- j) «*Bens*», designa todos os bens móveis e imóveis, fundos, rendimentos e haveres propriedade da Comissão, detidos por estes ou administrados pela Comissão;

k) «*Funcionários da Comissão*», designa os funcionários da Comissão, isto é todos os membros do pessoal da Comissão sem distinção de nacionalidade;

l) «*Leis e Regulamentos*», o conjunto de textos legais e regulamentos editados pelas Autoridades Competentes da República de Angola;

m) «*Secretariado*», o Secretariado da Comissão.

CAPÍTULO II

Sobre o Estatuto, Personalidade Jurídica, Privilégios e Imunidades Relativas à Comissão

ARTIGO 2.º **(Estatuto da Comissão do Golfo da Guiné)**

1. A Comissão agirá em conformidade com os objectivos traçados no Tratado Institutivo, tendo em conta os seus princípios fundamentais contidos no mesmo e em outros instrumentos convencionais de direito internacional, para o exercício de actividades sob autoridade e responsabilidade do Secretário Executivo da Comissão.

ARTIGO 3.º **(Personalidade jurídica)**

A Comissão do Golfo da Guiné possui personalidade jurídica e goza de capacidade jurídica necessária para exercer as suas funções e atingir os seus objectivos, em conformidade com o Tratado Institutivo da Comissão, em particular contratar, adquirir e alienar bens móveis e imóveis e para ser parte em juízo.

CAPÍTULO III

Imunidades de Jurisdição

ARTIGO 4.º **(Imunidades e Privilégios da Comissão)**

1. A Sede da Comissão, assim como os seus bens e haveres, gozam no território nacional, de imunidade de jurisdição contra todo o procedimento judiciário, administrativo ou de execução.

2. A Sede da Comissão, os arquivos, documentos, correspondência, correio e o mobiliário do Secretariado são invioláveis.

3. A Comissão do Golfo da Guiné não permitirá que as suas instalações possam servir de local de refúgio a qualquer indivíduo perseguido para execução de sentença condenatória, flagrante delito, mandato judicial de captura ou decisão de expulsão emanadas das autoridades angolanas.

4. O Secretário Executivo poderá, contudo, renunciar, expressamente as imunidades nos parágrafos 1 e 2 do presente artigo quando necessário for.

5. As autoridades competentes do Estado de Sede tomarão todas as medidas necessárias para facilitar a entrada em território da República de Angola das pessoas visadas pelo presente Acordo, e garantirá através de meios adequados a protecção, segurança e tranquilidade da Sede da Comissão com vista ao bom funcionamento da instituição.

CAPÍTULO IV

Da Inviolabilidade dos Bens, Haveres, Arquivos e Documentos da Comissão

ARTIGO 5.º (Bens e haveres)

1. Os bens e haveres da Comissão, seja qual for o lugar onde se encontrem e qualquer que seja o seu detentor, não podem ser objecto de busca, penhor, arresto, requisição, confisco, expropriação ou de qualquer outra forma de constrangimento administrativo judiciário ou legal.

2. Os locais da Comissão e dependências daquela, o mobiliário e outros bens da Comissão, bem como os meios de transporte não poderão ser objecto de buscas, confisco, requisição, expropriação ou qualquer outra medida de intervenção similar, seja ela de carácter executivo, judiciário ou legislativo.

3. Os documentos, a correspondência e o correio da Comissão são invioláveis, bem como as publicações, as fitas cinematográficas, as gravações sonoras e visuais, assim como qualquer outra forma de expressão, dirigidos à Comissão ou enviados por ela.

CAPÍTULO V

Das Isenções, Liberdade de Comunicação, Facilidades de Câmbio, e Garantias da Comissão

ARTIGO 6.º (Isenção de impostos e taxas)

A Comissão, os seus bens, haveres e outros bens de uso oficial estão isentos de:

- a) Todos os direitos aduaneiros ou encargos equivalentes e de quaisquer outros impostos, taxas, contribuições, proibições ou restrições de importação ou exportação no que se refere a artigos, bens e veículos que o Secretariado importe para o seu uso oficial;
- b) A Comissão está também isenta de impostos sobre os rendimentos obtidos no exercício da sua actividade estatutária e na prossecução dos fins que lhe foram atribuídos com exclusão de quaisquer outros;
- c) As formalidades necessárias para a efectivação das isenções, as quais o Secretariado tem direito em virtude do parágrafo anterior do presente artigo, serão realizadas através do Ministério das Relações Exteriores e dos outros organismos governamentais competentes.

ARTIGO 7.º (Liberdade de comunicação)

1. A Comissão goza nas suas comunicações oficiais de um tratamento igual ao que é dado pelo Governo a todas as Missões Diplomáticas ou outras Representações de Organizações internacionais acreditadas junto deste, assim como o que prevê o artigo 22.º do Tratado Institutivo da Comissão.

2. A Comissão tem o direito de empregar os códigos, assim como enviar e receber a sua correspondência por correios e malas diplomáticas.

ARTIGO 8.º (Câmbios e transferências)

1. Sem estar limitado por qualquer controlo, regulamentações ou moratórias financeiras, a Comissão pode, quando se torne necessário ao desempenho das suas actividades oficiais e de acordo com os objectivos e a legislação em vigor aplicada às Missões Diplomáticas:

- a) Deter fundos, divisas ou valores mobiliários de qualquer natureza e possuir contas em qualquer moeda;
- b) Transferir livremente de, e para o exterior do território angolano os seus fundos, divisas ou valores mobiliários e converter as divisas que detenha.

ARTIGO 9.º (Garantia de prestação de serviços públicos)

1. As autoridades competentes angolanas asseguram que a Sede da Comissão seja provida com os serviços públicos necessários, incluindo água, electricidade, correios e telecomunicações, em condições não menos favoráveis que as eventualmente forem oferecidas a qualquer Missão Diplomática e organizações internacionais acreditadas na República de Angola.

2. No caso de qualquer interrupção prolongada ou ameaça de interrupção desses serviços, as autoridades competentes poderá a pedido da Comissão tomar medidas apropriadas para assegurar que as actividades da Comissão não fiquem prejudicadas.

CAPÍTULO VI

Privilégios e Imunidades das Pessoas

ARTIGO 10.º (Privilégios e imunidades dos Representantes dos Estados-Membros)

Os Representantes dos Estados-Membros da Comissão, junto dos órgãos principais ou subsidiários que participam em conferências e reuniões convocadas pela Comissão gozam durante o exercício das suas funções ou em viagens para a República de Angola dos seguintes privilégios e imunidades:

- a) De inviolabilidade pessoal, incluindo imunidade de prisão ou detenção;
- b) Imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa;
- c) Inviolabilidade de todos os papéis e documentos;
- d) Isenção de impostos sobre os salários;
- e) Imunidade em matéria de apreensão e detenção dos seus objectos pessoais e oficiais, abrangendo as suas palavras e escritas, realizadas na qualidade de Representantes do Estado-Membro;
- f) De direito de fazer uso de códigos e de receber documentos ou correspondência por correio ou através de malas seladas;

- g) Isenção pessoal e seus cônjuges de medidas restritivas de imigração, registo de estrangeiros e de facilidades em matéria de regulamentos de câmbios reconhecidas pelo Estado aos representantes, funcionários e agentes de nível comparável à dos outros Estados Membros;
- h) Das mesmas facilidades e imunidades em relação às suas bagagens pessoais, aquelas que são concedidas às Missões Diplomáticas de nível comparável.

CAPÍTULO VII

Dos Privilégios e Imunidades do Secretário Executivo, dos Seus Adjuntos e Altos Funcionários

ARTIGO 11.º (Privilégios e imunidades)

1. Além dos privilégios e imunidades previstos no artigo 10.º do presente Acordo, o Governo concede ao Secretário Executivo, seus adjuntos e altos funcionários, os privilégios, imunidades e facilidades equiparados aos diplomatas de categoria idêntica, de acordo com as disposições da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, de 18 de Abril de 1961.

2. O cônjuge, filhos menores e outros membros do agregado familiar do Secretário Executivo, do Secretário-Adjunto e altos funcionários que se encontrem a seu cargo beneficiarão de um tratamento idêntico ao que é habitualmente concedido a membros de Missões Diplomáticas de categoria idêntica.

CAPÍTULO VIII

Dos Privilégios e Imunidades dos Funcionários da Comissão

ARTIGO 12.º (Privilégios e Imunidades dos demais funcionários)

1. Sob reserva das disposições do presente Acordo, os funcionários e outros membros do pessoal da Comissão gozam, em todo o território da República de Angola, dos mesmos privilégios e imunidades que os agentes diplomáticos, de acordo com as disposições do artigo 22.º do Tratado Institutivo da Comissão, nomeadamente:

- a) Imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa para os actos cometidos no exercício das suas funções na sua qualidade oficial, incluindo as suas intervenções orais e escritas;
- b) De imunidade em matéria de apreensão e detenção: os seus objectos pessoais e oficiais não podem ser arrestados;
- c) O preceituado nas alíneas a) e b) do presente artigo é extensivo aos membros da família que com eles vivam;
- d) Em caso de crise internacional, beneficiam das mesmas facilidades de repatriamento no que res-

peita à sua pessoa, cônjuge e demais membros da sua família que vivam a seu cargo;

- e) A aquisição, importação, transferência de viaturas são regulados com as leis em vigor na República de Angola aplicáveis às organizações internacionais e aos membros residentes das Missões Diplomáticas;
- f) Gozam do direito de importar, com isenção legal do pagamento de impostos, os seus mobiliários, objectos pessoais e automóveis oficiais, por ocasião da sua primeira entrada em funções no País da Sede;
- g) São isentos de qualquer imposto ou taxa sobre os seus ordenados, honorários ou emolumentos pagos pela Comissão, salvo se estes são de nacionalidade angolana ou se tiverem a sua residência permanente na República de Angola;
- h) Podem deter títulos estrangeiros ou outros bens mobiliários ou imobiliários durante a sua estada ao serviço da Comissão;
- i) Gozarão das mesmas isenções e facilidades em matéria monetária e cambiária que se outorgam aos funcionários de Missões Diplomáticas e organizações internacionais acreditada na República de Angola;
- j) A todos os funcionários da Comissão, bem como aos respectivos membros de família que com eles convivam, são-lhes outorgados um cartão de identidade que comprova a sua qualidade, compatível com os privilégios e imunidades previstas no presente Acordo.

CAPÍTULO IX

Dos Privilégios e Imunidades de Outros Funcionários da Comissão

ARTIGO 13.º (Demais Funcionários)

1. As pessoas que não possuam a nacionalidade de um Estado-Membro da Comissão, convidadas a tomar parte dos trabalhos ou a deslocarem-se à Comissão por razões oficiais, gozam no território do Estado de Sede, durante o exercício das suas funções e no decurso da sua viagem ou em proveniência do lugar da Comissão de privilégios, imunidades e facilidades habituais.

2. Os membros das famílias dos funcionários da Comissão que fazem parte do seu agregado beneficiam das imunidades que se seguem:

- a) Inviolabilidade pessoal;
- b) Imunidade de jurisdição;
- c) Isenção de taxas e impostos;
- d) Isenção aduaneira;
- e) Isenção de inspecção das suas bagagens pessoais, salvo se existir motivos sérios de que contenham

objectos que não obtenham benefícios de isenção, ou de objecto cuja importação e exportação é proibida pela legislação ou submetida a regulamentos e quarentena do Estado angolano.

3. Os membros do pessoal técnico administrativo da Comissão, assim como as suas respectivas famílias que fazem parte dos seus agregados que não são de nacionalidade angolana ou que não tenham residência permanente na República de Angola beneficiam de privilégios e imunidades nos termos do parágrafo 2 do presente artigo. Todavia a imunidade de jurisdição civil e administrativa aplicar-se-á apenas aos actos realizados no exercício das suas funções.

4. Os funcionários da Comissão cidadãos do Estado Angolano, e pessoas com residência permanente em Angola, beneficiam dos privilégios e imunidades de jurisdição, e de inviolabilidade apenas pelos actos oficiais, realizados no exercício da sua função.

CAPÍTULO X **Dos Deveres e Obrigações da Comissão** **e Seus Funcionários**

ARTIGO 14.º **(Colaboração entre as Partes)**

1. A Comissão colabora com o Governo da República de Angola para garantir o respeito das leis e regulamentos vigentes com vista a prevenir qualquer abuso que o uso dos privilégios e imunidades previstos no presente Acordo possa dar lugar.

2. No recrutamento de pessoal não electivo ou designado pelos respectivos Estados Membros, a Comissão do Golfo da Guiné obedecerá a critérios consensuais, tendo em conta que:

- a) Os postos de Secretário e Secretários Executivos-Adjuntos são da competência da Conferência;
- b) Os postos de Direcção são da responsabilidade dos Estados-Membros quanto à sua designação;
- c) Os demais postos não referidos nas alíneas a) e b) do presente artigo, excepto os funcionários de base cuja a prioridade será dada aos cidadãos angolanos, são da responsabilidade do Secretariado da Comissão.

2. Os privilégios e imunidades previstos no presente Acordo são concedidos aos funcionários, agentes e demais pessoas nele referidas no único interesse da Comissão. Não é permitido às pessoas nesta qualidade o exercício de qualquer actividade lucrativa ou remuneratória, salvo o trabalho realizado exclusivamente no âmbito da Comissão,

3. O Secretário Executivo poderá suspender temporariamente ou retirar as imunidades ao funcionário ou agente da Comissão que tenha cometido falta grave, ou em caso em que a imunidade impeça a realização de justiça sem prejuízos para os interesses da Comissão.

CAPÍTULO XI **Das Disposições Finais**

ARTIGO 15.º **(Disposições alternativas)**

1. O Governo da República de Angola e a Comissão do Golfo da Guiné poderão concluir outros Protocolos Adicionais, julgados necessários para a realização dos objectivos que são fixados à Comissão.

2. As disposições do presente Acordo e dos Protocolos Adicionais são interpretadas e aplicadas de acordo com o seu objecto para permitir à Comissão alcançar nas melhores condições os objectivos que lhe são fixados.

ARTIGO 16.º **(Emendas)**

O presente Acordo poderá ser emendado a qualquer momento, por consenso das Partes. As emendas entrarão em vigor nos termos do n.º 2 do artigo 18.º

ARTIGO 17.º **(Resolução de diferendos)**

Todos os litígios surgidos na interpretação e aplicação do presente Acordo devem ser resolvidos amigavelmente. Em caso de insucesso, o litígio é submetido às instâncias da Comissão nos termos do artigo 18.º do Tratado Institutivo.

ARTIGO 18.º **(Entrada em vigor, duração e termo)**

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da recepção da notificação da República de Angola sobre o cumprimento das formalidades internas em Angola para o efeito, e permanecerá em vigor por tempo indefinido.

2. O presente Acordo e os Protocolos Adicionais deixarão de vigorar seis meses após a notificação da intenção da sua denúncia por uma das Partes à outra Parte, excepto as disposições que podem aplicar-se ao fim normal das actividades da Comissão e a cessação dos seus bens e haveres.

Feito em Luanda, aos 31 de Março de 2008, em quatro exemplares originais em língua portuguesa, espanhola, francesa, inglesa, e fazendo todos igualmente fé.

Pela República de Angola, *João Bernardo de Miranda*.

Pela Comissão do Golfo da Guiné, *Carlos Alberto Menezes Bragança Gomes*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO **DO TERRITÓRIO E DA EDUCAÇÃO**

Decreto Executivo Conjunto n.º 16/14 **de 16 de Janeiro**

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as con-

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT